



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

**Brasília – DF
2019**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 170, de 2018, e da Portaria TCU nº 369, de 2018.

Consolidação das informações sobre o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

LISTAS

Lista de quadros

- Quadro 1 – Informações sobre o CGE
- Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados
- Quadro 3 – Indicadores da estratégia
- Quadro 4 – Despesas de pessoal
- Quadro 5 – Informações sobre as contratações de estagiários
- Quadro 6 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais
- Quadro 7 – Contratos de locação de imóvel
- Quadro 8 – Audiências públicas interativas nas comissões da Câmara dos Deputados
- Quadro 9 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2018
- Quadro 10 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores
- Quadro 11 – Despesas de custeio/Outras despesas correntes
- Quadro 12 – Mapa de redução de despesas
- Quadro 13 – Situação dos PADs e sindicâncias instauradas e/ou em curso em 2018
- Quadro 14 – Aplicação de penalidades em 2018
- Quadro 15 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Lista de siglas

Siglas pertencentes à Câmara dos Deputados

Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão
CamaraNet – Portal Corporativo da Câmara dos Deputados na Intranet
CD – Câmara dos Deputados
CDGOF – Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira
CDTI – Comitê Diretivo de Tecnologia de Informação e Comunicação
Ceam – Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais
Ceap – Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar
Cedi – Centro de Documentação e Informação
Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação
Cetec – Centro de Tecnologia Norte
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
Conle – Consultoria Legislativa
Conof – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Coped – Comissão Permanente de Disciplina
CotasNet – Sistema de Controle de Cotas Parlamentares
CSG – Comitê Setorial de Gestão

Demais Siglas

AH – Análise Horizontal
ASGP – Associação dos Secretários-Gerais de Parlamentos
AV – Análise Vertical
CID – Classificação Internacional de Doenças
CNE – Cargo de Natureza Especial
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Condesaud – Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSV – *Comma-Separated Values*
DF – Distrito Federal
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
EC – Emenda Constitucional
e-Pub – Electronic Publication
FM – Frequência Modulada
GDF – Governo do Distrito Federal
GitHub - Plataforma de Hospedagem de Código-Fonte

Siglas pertencentes à Câmara dos Deputados

Ctran – Coordenação de Transportes
DataCâmara – Serviço de Análise de Dados para Gestão

Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar
Decom – Departamento de Comissões
Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Demed – Departamento Médico

Demap – Departamento de Material e Patrimônio
Depes – Departamento de Pessoal

Depol – Departamento de Polícia Legislativa
Derpd – Departamento de Relações Públicas e
Detaq – Departamento de Taquigrafia
Detec – Departamento Técnico
DG – Diretoria-Geral

Dileg – Diretoria Legislativa
Dirad – Diretoria Administrativa
Direx – Diretoria Executiva

Ditec – Diretoria de Inovação e Tecnologia da
Dmídias – Departamento de Mídias Integradas
DRH – Diretoria de Recursos Humanos

EcoCâmara – Comitê de Gestão Ambiental
eDoc – Solução de Tramitação de Documentos
e-Democracia – Portal criado para ampliar a participação social no processo legislativo
E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados
EVC – Escola Virtual da Cidadania

FRCD – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados
Infoleg – Informações Legislativas
LabHacker – Laboratório Hacker
MOB – Projeto Mobilidade Sustentável

PACC – Plano Anual de Compras e Contratações

Peti – Plano Estratégico de TIC
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PEC Gestão – Programa de Educação Continuada em Gestão
PDC – Projeto de Decreto Legislativo

PL – Projeto de lei

Demais Siglas

GND – Grupo de Natureza de Despesa
GPE – Grupo de Pesquisa e Extensão

GRU – Guia de Recolhimento da União
Habit – Sistema de Habitação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IPSAS – International Public Sector Accounting Standards

JSON – JavaScript Object Notation

LAI – Lei de Acesso à Informação
LBI – Lei Brasileira de Inclusão
Libras – Língua Brasileira de Sinais
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MF – Ministério da Fazenda
Mpog – Ministério do Planejamento e Gestão
NBC TSP – Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público

OGP – Open Government Partnership
ONU – Organização das Nações Unidas
PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PCA – Prestação de Contas Anual
PDF – Portable Document Format
PGR – Procuradoria-Geral da República

RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RP – Restos a Pagar

RPNP – Restos a Pagar Não Processados

RPP – Restos a Pagar Processados
RPPS – Regime Próprio dos Servidores Públicos
SAAN – Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte

Sefti – Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação

SGMN – Setor de Garagens e Manutenção Norte
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SQN – Superquadra Norte

Siglas pertencentes à Câmara dos Deputados

PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular

PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável

RAE – Reunião de Avaliação Estratégica

Secin – Secretaria de Controle Interno

Secom – Secretaria de Comunicação Social

SGM – Secretaria-Geral da Mesa

Sicod – Sistema de Controle de Débitos

Sigmas – Sistema de Gestão de Material e Serviços

Sileg – Sistema de Informação Legislativa

Siorc – Sistema de Gestão Orçamentária

SP – Secretário Parlamentar

Taxi Leg – Sistema de Agenciamento de Transporte por meio de Aplicativo

Demais Siglas

SQS – Superquadra Sul

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STN – Secretária do Tesouro Nacional

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade da Federação

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

UIP – União Interparlamentar

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Unesco – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura

VPA – Variação Patrimonial Aumentativa

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

XLS – Extensible Language Spreadsheet

XML – Extensible Markup Language

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.....	9
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	11
1.1 Finalidade e Competências.....	11
1.2 Missão e Visão	11
1.2.1 Missão	11
1.2.2 Visão.....	12
1.3 Estrutura Organizacional.....	12
1.3.1 Mesa (2017 -2018)	14
1.3.2 Comitê de Gestão Estratégica (CGE)	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	17
1.5 Modelo de Negócio	19
1.6 Ambiente Externo.....	19
1.6.1 Ações Nacionais e Internacionais.....	20
2 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES	21
2.1 Governança no Parlamento	21
2.1.1 Governança político-legislativa.....	22
2.1.2 Governança administrativa.....	23
2.2 Estrutura de Governança	23
2.2.1 Nível corporativo.....	24
2.2.2 Nível setorial	24
2.2.3 Comitês temáticos	24
2.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	27
2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	27
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	30
3.1 Planejamento Organizacional.....	30
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	32
3.1.2 Resultados do planejamento estratégico.....	32
3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados	37
3.2.1 Análise de dados e organização de informações gerenciais	37
3.3 Informações sobre Indicadores de Desempenho	37
4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	41
4.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	41
4.1.1 Execução por grupo de despesa.....	42
4.1.2 Execução por grupo e elemento de despesa	43
4.1.3 Execução orçamentária por ação.....	44
4.1.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	44
4.1.5 Principais desafios e ações futuras	45
4.2 Gestão de Pessoas.....	46
4.2.1 Composição e distribuição da força de trabalho.....	46

4.2.2	Estratégia de recrutamento e alocação e outros desafios da área de gestão de pessoas	48
4.2.3	Demonstrativo das despesas de pessoal	49
4.2.4	Avaliação de desempenho, carreira e remuneração.....	51
4.2.5	Controle sobre acumulação remunerada de cargos	51
4.2.6	Aposentadoria.....	52
4.2.7	Pensão civil.....	53
4.2.8	Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho.....	53
4.2.9	Capacitação e desenvolvimento de pessoas.....	57
4.2.10	Responsabilidade social.....	62
4.2.11	Contratação de pessoal de apoio.....	62
4.3	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	62
4.3.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	62
4.3.2	Gestão do patrimônio imobiliário da União	66
4.3.3	Central de compras	71
4.4	Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	72
4.4.1	Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados	72
4.4.2	Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação	73
4.4.3	Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados da área de TI.....	74
4.4.4	Recursos de TI e contratações mais relevantes	79
4.5	Gestão da Comunicação Administrativa	82
4.6	Gestão de Licitações e Contratos	82
4.7	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	84
4.8	Medidas Relativas à Acessibilidade	85
4.9	Gestão de Fundos	86
4.10	Gestão da Informação.....	86
4.10.1	Organização da informação legislativa.....	86
4.10.2	Gestão dos acervos informacionais	87
4.10.3	Disseminação da informação.....	89
5	RESULTADOS E RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE ...	91
5.1	Resultados dos Trabalhos Legislativos	91
5.1.1	Estudos legislativos	91
5.1.2	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	92
5.1.3	Corregedoria Parlamentar.....	92
5.1.4	Gestão de riscos e medidas de economia nas comissões.....	92
5.1.5	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC	92
5.1.6	Outras iniciativas no âmbito das comissões da Câmara	93
5.2	Canais de Acesso do Cidadão	93
5.2.1	Canais bilaterais de interação	94
5.2.2	Perfil dos usuários dos canais bilaterais	95
5.2.3	Avaliação de satisfação dos cidadãos-usuários	96
5.2.4	Canais multilaterais de interação.....	97

5.2.5	Posse dos deputados federais em 2019.....	100
5.3	Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados	100
5.3.1	Portal da Câmara dos Deputados.....	100
5.3.2	Ações de transparência.....	101
5.4	Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade.....	104
5.4.1	Rede legislativa de rádio e TV	104
5.4.2	Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.....	105
5.4.3	Divulgação institucional e apoio a eventos	107
5.4.4	Centro Cultural Câmara dos Deputados	108
5.4.5	Interação com o público infante-juvenil – programa Plenarinho	108
5.4.6	Programas permanentes de interação com o público.....	109
6	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO	112
6.1	Resumo do Processo para determinar a Materialidade das Informações constantes do Relatório de Gestão de 2018	112
6.2	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	112
6.2.1	Deliberações expedidas pelo TCU em 2018	112
6.2.2	Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores.....	113
6.2.3	Deliberação decorrente do julgamento de contas anual	114
6.2.4	Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal (NRF).....	114
6.2.5	Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal	115
6.3	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	115
6.4	Atividades do Sistema de Correição.....	117
6.4.3	Outras informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho	118
6.5	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	119
6.6	Sistemática de Apuração de Custos.....	119
7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	120
7.1	Declaração do Contador da Câmara dos Deputados	120
7.2	Demonstrações Contábeis	121
7.3	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	128
7.3.1	Informações gerais	128
7.3.2	Resumo das principais práticas contábeis	128
7.3.3	Composição dos principais itens das demonstrações contábeis	131
8	ANEXOS E APÊNDICES	143
8.1	Declaração de Integridade do Relato Integrado	143

Mensagem do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia

O ano de 2018 será lembrado como um tempo de grandes desafios para o Brasil. Nesse intenso período, a Câmara dos Deputados foi, simultaneamente, o esteio da estabilidade política e a grande articuladora das medidas que iniciaram a recuperação econômica do País.

Nossa democracia parlamentar, mesmo diante dos desafios, permaneceu capaz de oferecer ao Brasil aquilo que ela tem de proeminente: a construção do caminho pelo diálogo, alicerçada no respeito mútuo, na valorização dos compromissos firmados pelas lideranças partidárias e na sensibilidade às críticas e preocupações expressas pela sociedade organizada e pelos atores políticos e econômicos.

Assim, o País não sucumbiu à estagnação. Um caminho promissor foi pavimentado para o nosso futuro. A Casa empenhou-se, com sucesso, na aprovação de medidas que combateram a crise econômica e fiscal. Além disso, a Câmara teve participação ativa na resolução da greve dos caminhoneiros, aprovando medidas legislativas que resultaram na pacificação do embate. No campo da educação, foi fortalecido o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A Câmara aprovou ainda, sob o comando de nossa bancada feminina, conquistas históricas para a pauta das mulheres. Vedou-se a discriminação salarial com base no sexo ou etnia. Garantiu-se o atendimento específico e especializado para mulheres vítimas de violência doméstica no SUS. Assegurou-se até três dias por ano de dispensa remunerada para a realização de exames preventivos de câncer. Foram tipificados os crimes de importunação sexual e divulgação de cenas de estupro, cristalizando no ensejo a importância de fomentar a participação da Mulher no cenário político nacional. Ainda há muito a empreender, mas a bancada feminina da 56ª legislatura, que foi eleita em outubro de 2018, é a maior da história do Parlamento brasileiro.

No campo da segurança pública, registro também avanços importantes, em especial a instituição do Sistema Único de Segurança Pública, que permitirá a integração inteligente dos esforços de prevenção e repressão à criminalidade.

Foi criado o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (OLERJ), para fiscalizar o planejamento, a execução de metas e o resultado das ações da intervenção. Os indicadores monitorados pelo observatório estão disponíveis no sítio olerj.camara.leg.br.

Melhorias na gestão da Câmara permitiram aumento de receitas e redução de despesas no orçamento da Casa. A economia foi transferida ao Tesouro Nacional, sendo R\$ 200 milhões destinados especificamente a medidas de fortalecimento das políticas de segurança pública e de combate à violência contra a mulher.

Em 2018, a Câmara também dialogou de forma mais intensa com as possibilidades e riscos oferecidos pelas novas tecnologias e pelas redes sociais. Uma legislação inovadora sobre proteção de dados pessoais foi introduzida em favor do direito fundamental à autodeterminação informativa. Tornaram-se realidade a duplicata eletrônica e os aplicativos de transporte - iniciativa legislativa que se posiciona hoje como referência no cenário internacional.

A Câmara, outrossim, reforçou a comunicação e a interação “on line” com a população, publicando suas contas em redes sociais dentre as mais acompanhadas do País, o que aproxima os brasileiros da Casa que os representa. Nessa mesma linha, aprovou-se a numeração única de proposições que tramitam entre a Câmara e Senado, facilitando o acesso à informação e aumentando a transparência do processo legislativo.

O esforço empreendido por Deputados e Deputadas para salvaguardar os interesses dos cidadãos brasileiros no plano internacional foi intensificado pela prática da diplomacia parlamentar, favorecendo o diálogo com parlamentos e governos estrangeiros e projetando os interesses da sociedade para além de nossas fronteiras.

Na pauta de nossa Casa, Deputadas e Deputados tiveram voz e vez: o engajamento de cada um foi decisivo para as conquistas listadas acima. Trabalhamos com todos os matizes políticos representados no Congresso para construir uma agenda plural e democrática, comprometida em primeiro lugar com o crescimento justo e sustentável do Brasil.

Rodrigo Maia

Presidente

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Finalidade e Competências

A Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos por uma legislatura (4 anos), pelo sistema proporcional, em cada Estado da federação e no Distrito Federal. As competências desta Casa legislativa, estabelecidas na Constituição Federal, abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (art. 49 a 51 e art. 70).

1.2 Missão e Visão

A missão e a visão de futuro institucionais são ligadas aos macroprocessos finalísticos: “representar o povo brasileiro”; “elaborar diplomas legais”; e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”, cuja competência é atribuída aos parlamentares pela Constituição Federal.

1.2.1 Missão

“Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.”

A Câmara dos Deputados, como parte do Poder Legislativo Federal, é um dos principais pilares do Estado Democrático de Direito. É a instituição que viabiliza o exercício do poder popular por meio dos representantes eleitos¹.

A promoção do desenvolvimento nacional com justiça social é também um dos objetivos que inspiraram os Constituintes de 1988 e que continua a guiar os deputados, servidores e demais colaboradores que compõem a Câmara dos Deputados, no espírito do enunciado no preâmbulo e art. 3º da Constituição Federal.

A declaração de missão institucional tem por objetivo motivar os colaboradores da Câmara dos Deputados a agirem no sentido de apoiar os deputados no atendimento dos anseios dos cidadãos, por meio da representação, da elaboração de leis e da fiscalização dos atos praticados pelo Estado.

¹ Constituição Federal de 1988, Art. 1º, parágrafo único.

1.2.2 Visão

“Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.”

A visão de futuro considera o horizonte estratégico de 2023, ano em que o Parlamento Brasileiro comemora 200 anos de existência. Em sua essência constam elementos fundamentais da democracia.

A participação dos cidadãos é entendida como prática democrática, que deve ser aperfeiçoada e exercida em um ambiente propício, a fim de que possa colaborar para a resolução dos problemas da sociedade. Faz parte desse ambiente propício o acesso transparente a informações relevantes para o legítimo debate entre os setores da sociedade.

A consolidação da Câmara dos Deputados como o centro de debate dos grandes temas nacionais busca fortalecer a principal vocação institucional, que é a discussão de assuntos de interesse da sociedade, visando à elaboração e à revisão de proposições legislativas, para o aprimoramento do ordenamento jurídico brasileiro, bem como a fiscalização dos atos do Poder Executivo e o bom emprego de recursos públicos pelos órgãos do Estado.

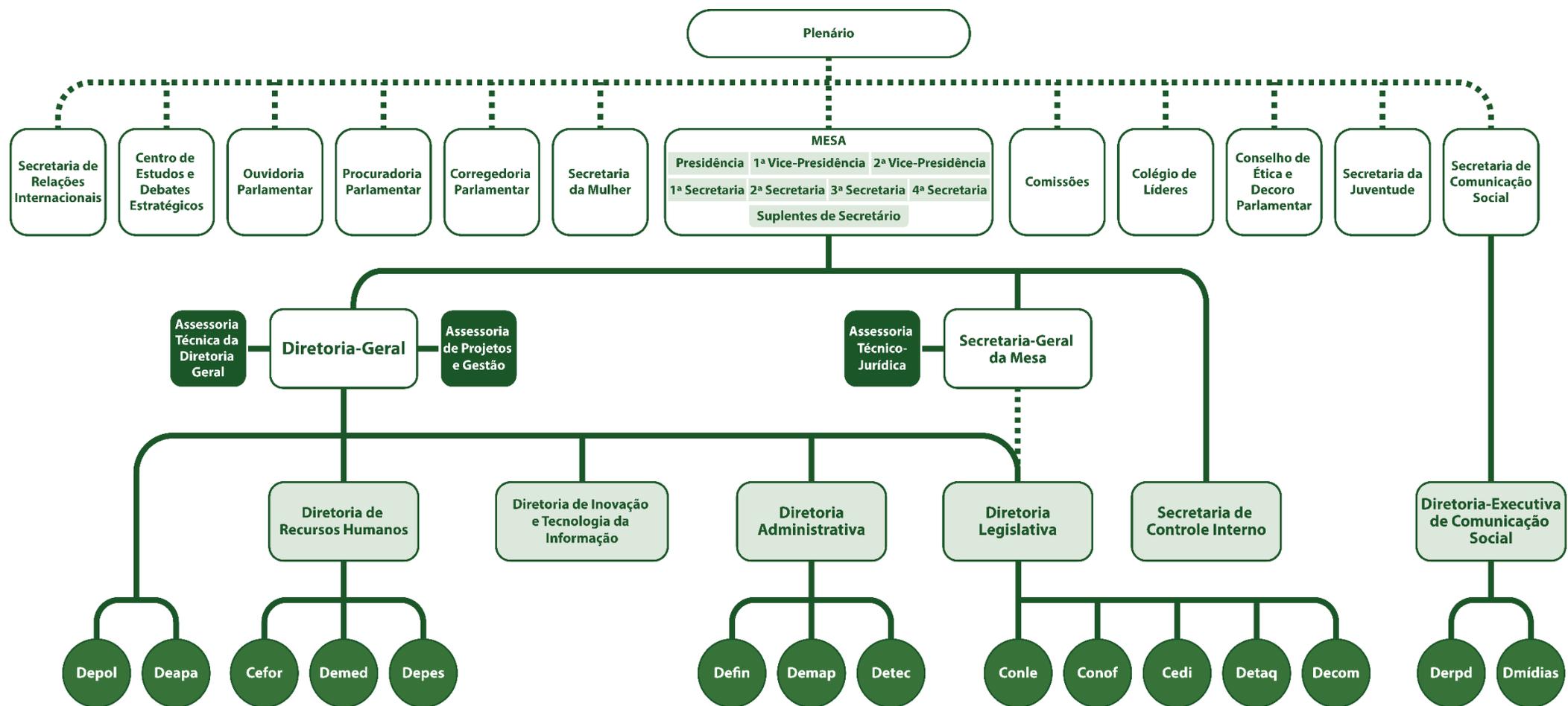
1.3 Estrutura Organizacional

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, os quais contam com o suporte de estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essas estruturas técnicas são diretamente subordinadas à Mesa², órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, cujos titulares são parlamentares, eleitos entre os pares, para mandato de dois anos.

A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos, centros e coordenações, enquanto a SGM é estruturada em assessorias e coordenações.

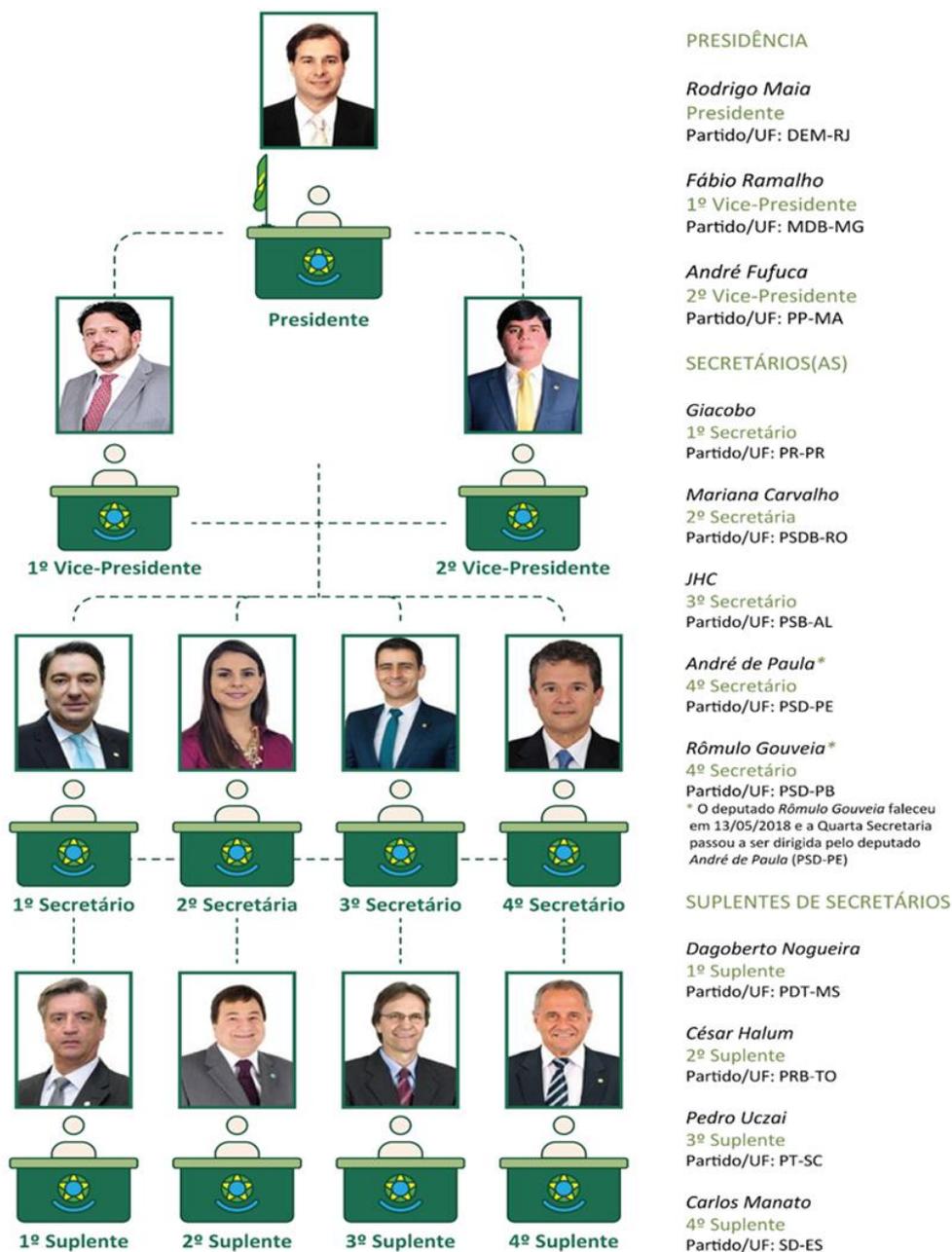
A visualização gráfica dessa estrutura é apresentada na próxima página.

² Art. 14, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispõe que a Mesa compõe-se de Presidência e de Secretarias, constituindo-se, a primeira, do presidente e de dois vice-presidentes e, a segunda, de quatro secretários.



1.3.1 Mesa (2017 -2018)

A Mesa dirige os trabalhos legislativos e os serviços administrativos. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Compõe-se da Presidência, duas Vice-Presidências, quatro Secretarias, quatro Suplências e órgãos auxiliares. A competência dos membros da Mesa foi fixada pelo [Ato da Mesa nº 95, de 2013](#) e sua composição ao final do ano de 2018 era a seguinte.



1.3.2 Comitê de Gestão Estratégica (CGE)

Instância deliberativa de governança, diretamente subordinada à Mesa, e superior às áreas técnico-administrativa e técnico-legislativa, em matérias de gestão estratégica e governança, à qual se vinculam os Comitês Setoriais de Gestão e os Comitês Temáticos. A estrutura de Governança da Gestão Estratégica desta Casa é apresentada no [Capítulo 2](#) deste relatório.

O quadro apresentado a seguir relaciona os órgãos que compõem o CGE com informações sobre suas principais competências e titulares responsáveis.

Quadro 1 – Informações sobre o CGE

Instância administrativa	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2018
DIRETORIA-GERAL (DG)	Planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa.	Lúcio Henrique Xavier Lopes	Diretor-Geral	1º de janeiro a 31 de dezembro
		Mauro Limeira Mena Barreto	Diretor-Geral Adjunto	1º de janeiro a 31 de dezembro
SECRETARIA-GERAL DA MESA (SGM) ³	Assessorar a Mesa da Câmara dos Deputados, em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Wagner Soares Padilha	Secretário-Geral da Mesa	1º de janeiro a 22 de maio
		Leonardo Augusto de A. Barbosa	Secretário-Geral da Mesa	23 de maio a 31 de dezembro
		Égio Almeida Andrade ⁴	Secretário-Geral da Mesa Adjunto	1º de janeiro a 4 de abril
			SGM Adjunto de Plenário	5 de abril a 31 de dezembro
		Fernando Sabóia Vieira	SGM Adjunto de Coordenação Técnico-Jurídica	23 de maio a 31 de dezembro
Virgínia Queiroz Alves	SGM Adjunto de Planejamento da Atividade Legislativa	23 de maio a 31 de dezembro		
ASSESSORIA DE PROJETOS E GESTÃO (APROGE)	Promover, planejar, coordenar e orientar, assessorando o Diretor-Geral, a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planejar e coordenar ações de cooperação técnica.	Antonio Carvalho e Silva Neto	Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão	1º de janeiro a 31 de dezembro
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS (DRH)	Planejar, dirigir e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.	Milton Pereira da Silva Filho	Diretor de Recursos Humanos	1º de janeiro a 31 de dezembro

³ Em 2018, diante do progressivo aumento do volume e complexidade das demandas sob responsabilidade da Secretaria-Geral da Mesa (SGM), o titular do órgão passou a ser auxiliado por três Secretários-Gerais da Mesa Adjuntos, conforme disposto no [Ato da Mesa nº 228, de 25 de abril de 2018](#).

⁴ A função de Secretário-Geral da Mesa Adjunto foi renomeada em 5 de abril de 2018 para Secretário-Geral da Mesa Adjunto de Plenário, nos termos da delegação de competência estabelecida na Portaria DG nº 570, de 2012, e da alteração efetuada pelo Ato da Mesa nº 222, de 2018.

Instância administrativa	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2018
DIRETORIA ADMINISTRATIVA (DIRAD)	Planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, material, patrimônio, comunicações (protocolo, correspondências, captação audiovisual, etc.), transporte, espaços físicos, segurança do trabalho, alimentação, serviços gerais, obras e manutenção das instalações e equipamentos, proporcionando o suporte para a atividade legislativa.	Romulo de Sousa Mesquita	Diretor Administrativo	1º de janeiro a 31 de dezembro
DIRETORIA LEGISLATIVA (DILEG)	Planejar, coordenar e dirigir as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das Comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.	Afrísio de Souza Vieira Lima Filho	Diretor Legislativo	1º de janeiro a 31 de dezembro
DIRETORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (DIREX-SECOM)	Divulgar as atividades da Câmara dos Deputados; gerenciar os veículos de comunicação da Casa (TV, Rádio, Agência de Notícias e Jornal da Câmara); gerenciar o trabalho de assessoria de imprensa; e promover ações de relações públicas e divulgação institucional que aproximem o Poder Legislativo da sociedade.	David Miranda Silva Almeida	Diretor-Executivo de Comunicação Social	1º de janeiro a 31 de dezembro
DIRETORIA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DITEC)	Conduzir os assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e prover as soluções e serviços dessa natureza para apoio ao processo legislativo, à atuação parlamentar e ao cidadão; fomentar e prover a inovação de TIC; gerir ações associadas à Governança de TIC de acordo com o modelo de governança de TIC e o modelo de governança institucional.	Sebastião Neiva Filho	Diretor de Inovação e Tecnologia de Informação	1º de janeiro a 31 de dezembro
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SECIN)	A Secin tem por propósito exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF).	João Luiz Pereira Marciano	Secretário de Controle Interno	1º de janeiro a 31 de dezembro

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Câmara dos Deputados realiza a missão institucional de representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social. Para tanto, desempenha um conjunto de atividades fundadas em três macroprocessos finalísticos: “elaborar diplomas legais”, “representar o povo brasileiro” e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”. Esses macroprocessos impactam diretamente os usuários externos, vinculam-se à atuação parlamentar e constituem a razão de ser da Câmara dos Deputados. O desempenho da sua atividade finalística é aferida por meio do voto popular no período de eleições legislativas – momento em que os cidadãos expressam sua aprovação ou descontentamento quanto ao desempenho de seus representantes.

O [quadro 2](#), apresentado na próxima página, descreve os macroprocessos finalísticos e apresenta suas respectivas atividades, produtos, insumos, responsáveis e clientes.

Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, medidas provisórias, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções).	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas.	Proposições	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; Senado; TCU; Poder Executivo; Poder Judiciário.
		Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo.	Debate; apreciação; diploma legal.			
		Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).				
Fiscalizar os seus atos e os dos demais Poderes.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de CPI, planos de execução e proposições relacionadas.	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa; Plenário; comissões; deputados.	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União.
Representar o povo brasileiro.	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral.	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; República.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa.

Iniciaram-se, em 2018, estudos para reformular a arquitetura de processos vigente, a qual apresenta uma lacuna na representação de processos críticos da área finalística, nomeadamente os processos “Realizar Sessão Plenária”, “Realizar Reunião de Comissão” e “Gerir a Movimentação Parlamentar”. A proposta da nova arquitetura, além de suprir tal lacuna, busca indicar a relação entre os trabalhos desenvolvidos nesta Casa e suas transversalidades. A visão a ser proporcionada pela arquitetura de processos reformulada poderá subsidiar a execução da estratégia, o aperfeiçoamento da gestão, a racionalização na alocação de recursos e a melhoria de processos essenciais para funcionamento da Câmara, com foco na prestação de serviços aos parlamentares e à sociedade.

1.5 Modelo de Negócio

A Câmara dos Deputados, como órgão integrante do Poder Legislativo, existe para garantir que os interesses dos cidadãos brasileiros estejam representados na esfera federal da estrutura do Estado brasileiro.

Por iniciativa própria ou por meio da apreciação de propostas legislativas de iniciativa de terceiros, principalmente do Poder Executivo, os parlamentares criam ou modificam normas que interferem diretamente no dia a dia dos cidadãos, instituindo direitos, regulando as relações sociais e estabelecendo as condições para o bem-estar da sociedade e o funcionamento das organizações.

Também é de sua responsabilidade, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a fiscalização dos atos do Poder Executivo, a avaliação da eficácia das políticas públicas e da aplicação dos recursos financeiros arrecadados por meio dos impostos e contribuições recolhidos de pessoas físicas e jurídicas.

A atividade finalística de uma casa legislativa normalmente se diferencia da atividade dos demais órgãos da administração pública. Na Câmara dos Deputados, como em outras casas legislativas, os processos de trabalho que entregam valor para a sociedade são desenvolvidos por agentes políticos, escolhidos diretamente pela população.

Os servidores de Estado executam ações de suporte ao trabalho dos deputados e visam permitir que os representantes do povo tenham as condições necessárias para o desempenho no seu mandato parlamentar. Paralelamente, atividades de suporte têm alcançado graus de especialização e relevância em suas interações com a sociedade e outros parlamentos, na geração de informação e conhecimento, derivando daí também processos por meio dos quais a Câmara dos Deputados entrega valor para a sociedade.

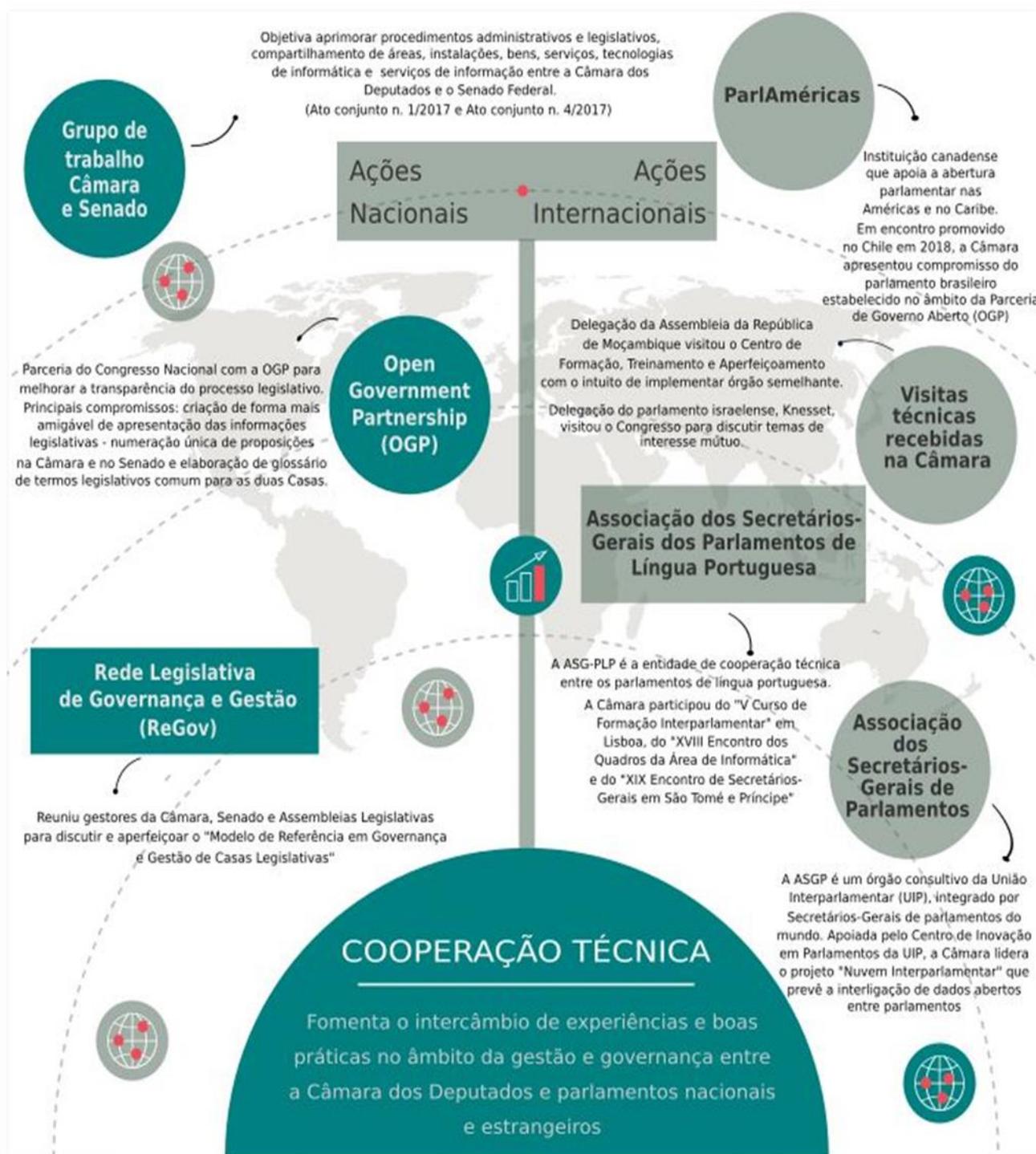
A participação da sociedade, que começa no momento das eleições, é essencial para que a Câmara dos Deputados tenha sucesso no cumprimento da sua missão constitucional. Os deputados, os partidos políticos e as bancadas traduzem a diversidade de ideias que a sociedade faz representar no momento do voto e durante toda a legislatura, por meio da participação direta ou por manifestações de diversas naturezas.

1.6 Ambiente Externo

A Câmara dos Deputados desenvolve atividades que fomentam o intercâmbio de experiências e boas práticas no âmbito da gestão, do apoio à atividade parlamentar, das atividades de suporte e organização, da transparência, da prestação de contas, entre outros temas.

Nesse sentido, a Cooperação Técnica é uma importante ferramenta para a Câmara dos Deputados compreender o ambiente externo, a partir da realização de atividades que possibilitam o debate, a discussão e o amadurecimento dos temas supracitados, tanto em suas dependências como por meio do envio de gestores a fóruns, encontros e outros eventos de treinamento e/ou capacitação realizados por instituições ou parlamentos, seja no cenário nacional ou internacional, dando visibilidade aos trabalhos técnicos de alto nível desenvolvidos por esta Casa. A seguir, destacam-se as principais ações em âmbito nacional e internacional.

1.6.1 Ações Nacionais e Internacionais



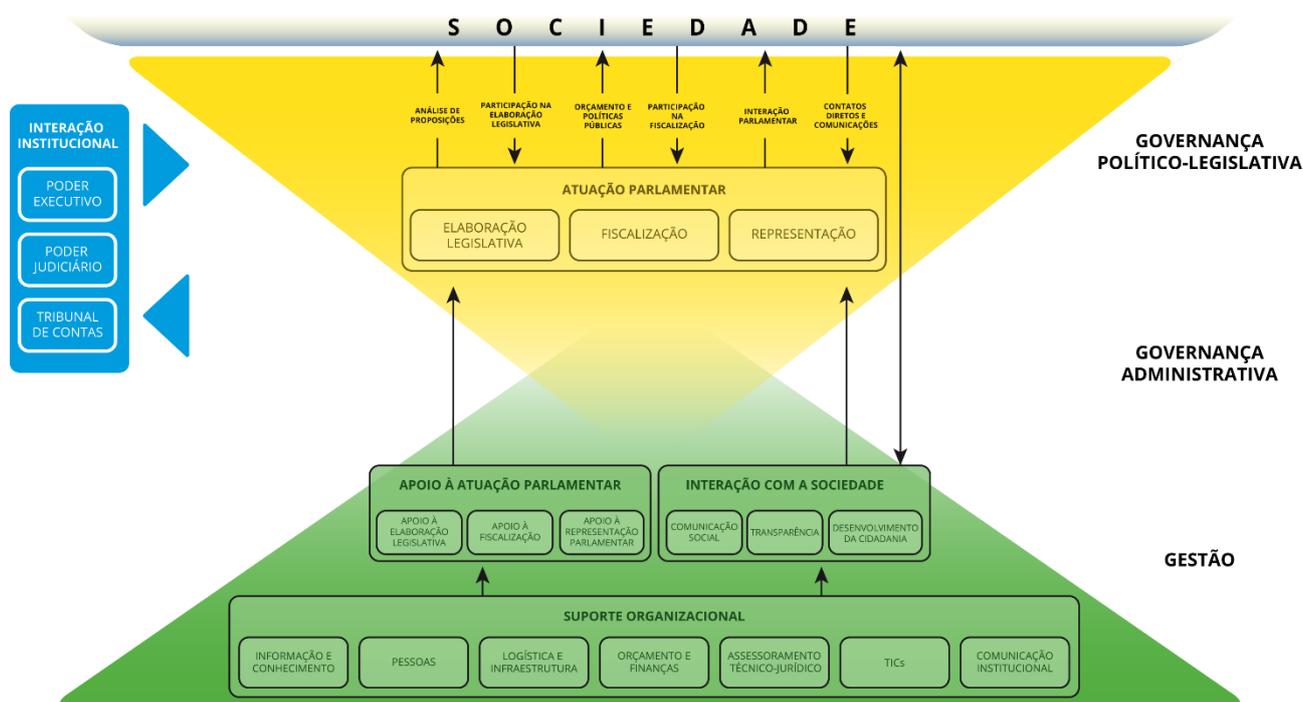
2 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

2.1 Governança no Parlamento

A governança em parlamentos é um tema ainda bastante recente que suscita discussões entre acadêmicos e profissionais especialistas no assunto. O debate deriva de características peculiares da estrutura e das funções de um parlamento, que não são encontradas em outros órgãos de Estado ou em empresas privadas.

O funcionamento da governança da Câmara dos Deputados, conforme detalhado na figura abaixo, se divide em dois níveis:

- **Governança político-legislativa**, que se refere ao processo político-democrático da interação entre parlamentares e entre os parlamentares e os cidadãos, no exercício das funções constitucionais de “Representar”, “Elaborar Leis” e “Fiscalizar”; e
- **Governança administrativa**, que se refere aos processos de governança que tangem à gestão dos serviços prestados pela Câmara, com vistas a garantir os serviços necessários para a plena execução do processo político-democrático e prestar serviços de logística, infraestrutura e informação a parlamentares e cidadãos.



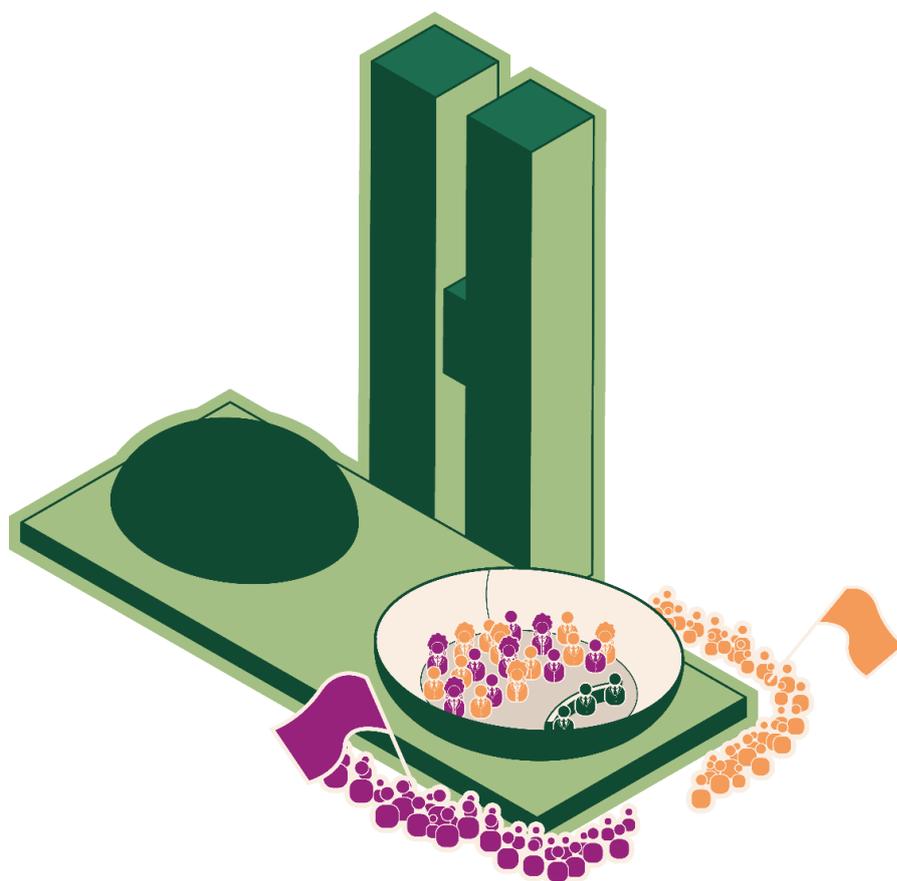
Fonte: Modelo de Governança e Gestão de Casas Legislativas adaptado pelo Comitê de Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados.

2.1.1 Governança político-legislativa

O nível mais elevado da governança em um parlamento é a governança político-legislativa, resultante da defesa de ideias divergentes, típica da atividade parlamentar. O parlamento existe justamente para contemplar os variados pontos de vista, buscando construir acordos em torno de temas muitas vezes polêmicos.

A governança político-legislativa se estabelece pela relação entre os parlamentares e os cidadãos. A diversidade de partidos e inclinações políticas dos parlamentares é reflexo da diversidade de opiniões de seus eleitores. Ao longo da legislatura (período de quatro anos em que ocorrem as atividades legislativas), os cidadãos avaliam as decisões tomadas pelos parlamentares.

Esta forma de governança é típica de parlamentos, e não funciona pela lógica gerencial. Não se podem estabelecer metas para o número de proposições legislativas a serem aprovadas em um ano, por exemplo, pois é muito difícil prever os rumos da discussão política, pela aprovação ou rejeição de cada matéria. O resultado é fruto do debate livre entre os representantes das variadas correntes de opinião popular. Por isto, cabe aos eleitores avaliar esses resultados.



A governança político-legislativa acontece em um ambiente de ideias divergentes. Este tipo de governança deve espelhar o livre exercício da política em ambiente democrático.

Por isto, não é possível estabelecer metas para a atividade política sob a lógica gerencial.

O mais importante é que o parlamento ofereça os serviços necessários para que o processo legislativo seja plenamente executado.

Por conta dessa dinâmica pouco previsível, não é neste nível de governança que ocorrem as decisões sobre o funcionamento dos serviços da Casa. Os serviços da Câmara dos Deputados são planejados e seguem a lógica gerencial. As decisões que tocam o funcionamento da Casa são típicas da governança administrativa.

2.1.2 Governança administrativa

A governança administrativa da Câmara dos Deputados visa manter o funcionamento dos serviços da Casa, para que os parlamentares possam exercer suas funções de mandato e para garantir que os cidadãos tenham acesso às informações que necessitarem sobre o processo legislativo e sobre a atuação de seus representantes.

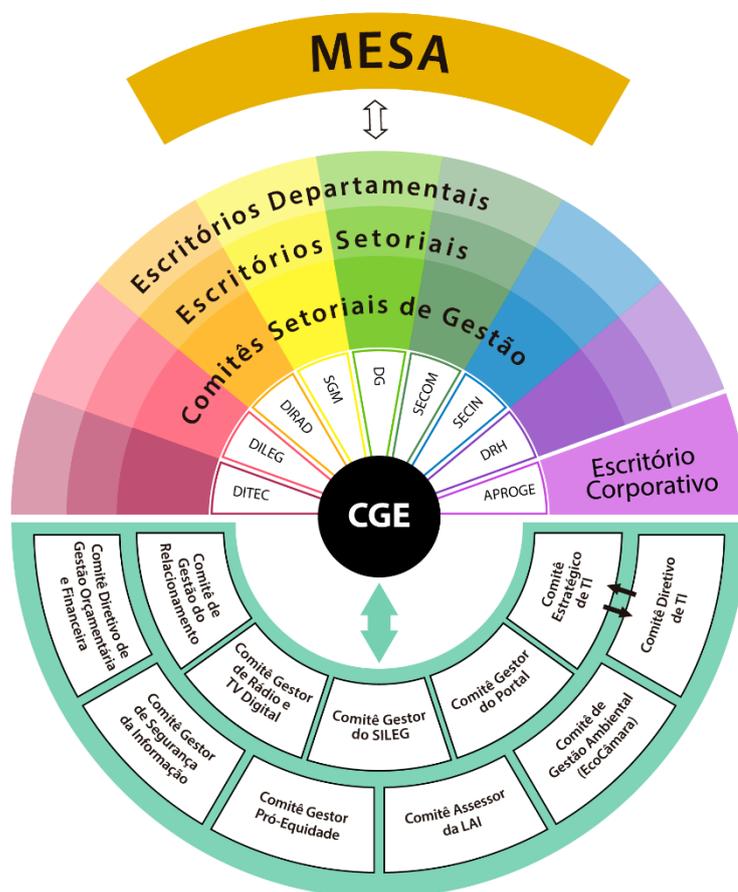
A maior parte das decisões estratégicas que tocam à administração da Câmara dos Deputados são tomadas na interação entre a Mesa e o Comitê de Gestão Estratégica.

A Mesa estabelece diretrizes para a atuação das unidades administrativas e aprova o [Planejamento Estratégico da Casa](#). O Comitê de Gestão Estratégica (CGE), seguindo as diretrizes da Mesa, coordena as unidades administrativas para o alcance das diretrizes estratégicas. Há um contínuo processo de alinhamento de decisões entre a Mesa e o CGE.

2.2 Estrutura de Governança

Em 2018, a Câmara dos Deputados reorganizou a estrutura de governança da gestão estratégica, alinhando-a às práticas mais modernas no setor público. Essa reorganização se deu com a aprovação do [Ato da Mesa nº 245, de 2018](#) e dos Atos do Presidente do CGE nº [01/2018](#), [02/2018](#) e [03/2018](#).

A figura a seguir demonstra a estrutura de governança administrativa da Câmara dos Deputados.



2.2.1 Nível corporativo

Compete ao CGE deliberar, orientar, acompanhar o processo de gestão e garantir a continuidade administrativa, atuando sobre os objetivos, processos, programas e projetos estratégicos corporativos. É a instância superior da Gestão Estratégica da Casa e atua conforme as diretrizes da Mesa.

Cabe à Secretaria de Controle Interno a avaliação dos controles de gestão da Casa, bem como a interação com o Tribunal de Contas da União.

A função de Escritório Corporativo é exercida pela Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge) e tem como objetivo primordial prestar serviços de assessoramento e consultoria em planejamento estratégico, gestão de projetos, de processos e de riscos. Também compete ao Escritório Corporativo coordenar a Rede da Estratégia, composta pelos escritórios corporativo e setoriais, e pelos agentes de gestão, a fim de disseminar as práticas de gestão e governança para o nível setorial e alinhar as ações à estratégia.

2.2.2 Nível setorial

O nível setorial é composto por oito Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) e seus respectivos Escritórios Setoriais, que lhes prestam assessoramento. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão estratégica da respectiva diretoria ou secretaria. Cada Comitê Setorial é formado pelos titulares dos departamentos ou unidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSGs coordenam a execução setorial dos trabalhos administrativos e técnico-legislativos, sendo responsáveis por alinhar e priorizar iniciativas no seu âmbito de atuação, com vistas a aumentar o desempenho gerencial da Câmara.

Os Escritórios Setoriais são núcleos integrantes de uma diretoria ou secretaria e têm como função principal prestar assessoria e consultoria aos CSGs e à unidade organizacional a que se vinculam sobre programas, projetos e processos estratégicos desenvolvidos e gerenciados. Devem atuar de forma alinhada com as metodologias e orientações do Escritório Corporativo.

2.2.3 Comitês temáticos

Além das instâncias de governança dedicadas à implantação e à evolução da gestão estratégica, a Casa conta com comitês temáticos, que são colegiados especializados com a atribuição de deliberar, de forma vinculante ou não, sobre temas que envolvem diferentes unidades administrativas. Nas [páginas seguintes](#), apresentam-se esses comitês, bem como os principais resultados em 2018.

Comitê Gestor de Rádio e TV Digital

[Portaria nº 290, de 2014](#)

Principais atribuições

Gerir a implantação da Rede Legislativa de TV Digital e da Rede Legislativa de Rádio da Câmara dos Deputados.

Principais resultados em 2018

Ocorreram inaugurações de TV Digital e a Rede Legislativa de Rádio ampliou o número de cidades com transmissores de 5 para 9. Para divulgar as ações da Rede Legislativa e orientar os parceiros, foi atualizada a [página da Rede Legislativa de Rádio e TV](#). Fornecimento de suporte à atualização tecnológica para transmissão de rádio e TV. Por solicitação do Secretário de Comunicação, Deputado Márcio Marinho, foram definidos novos termos para os acordos de rádio e TV digital, para que as obrigações dos parceiros ficassem mais explícitas.

Comitê Gestor do Portal

[Portaria nº 123, de 2004](#), e [Portaria nº 97, de 2016](#)

Principais atribuições

Gerir o portal institucional da Câmara dos Deputados, nos ambientes internet, intranet e extranet.

Principais resultados em 2018

- Foram iniciadas as atividades de reformulação do portal, por meio do projeto Virada Digital. Esta foi a principal demanda dos membros do Comitê ao longo do ano, buscando alcançar as premissas de simplificar a linguagem do portal, basear-se no ponto de vista do cidadão, investir prioritariamente no formato para celular ("mobile first"), analisar estatísticas de acesso para avaliar o interesse dos cidadãos por cada página, facilitar o acesso aos canais de participação popular na atividade legislativa e aprimorar as ferramentas de busca de informações.
- Está sendo elaborada a Carta de Serviços ao Cidadão, que será disponibilizada no portal da Câmara dos Deputados e atualizada periodicamente.

Comitê Gestor do Sistema de Informação Legislativa da Câmara dos Deputados (CG-Sileg)

[Portaria- SGM nº 1, de 2012](#)

Principais atribuições

Analisar, propor e acompanhar ações para o aperfeiçoamento do Sistema de Informação Legislativa (Sileg).

Principais resultados em 2018

- Concluídas as implementações de 31 solicitações de ajustes e aprimoramentos para o Sileg, Autenticador e funcionalidades do Portal referentes ao Sileg.
- Acompanhamento dos projetos de implementação do sistema Infoleg – Autenticador e Infoleg – Fase Inicial do Processo Legislativo, que deverão substituir o autenticador atual do Sileg e as funcionalidades de recebimento de proposição e despacho inicial, com os requisitos necessários ao Processo Legislativo em modo eletrônico
- Adequação do Sileg para extrações de dados a serem utilizados no novo portal da Câmara dos Deputados, decorrentes de entregas do projeto Virada Digital.

Comitê Gestor Pró-Equidade

[Portaria nº 79, de 2014](#)

Principais atribuições

Promover a igualdade de condições e oportunidades, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho, bem como prevenir e coibir as discriminações de qualquer natureza.

Principais resultados em 2018

- Campanhas sobre diversidade e prevenção da violência no trabalho.
- Atendimentos individuais (servidores e gestores) para orientações sobre diversidade, equidade e relacionamentos interpessoais.
- Palestras sobre Gênero.
- Participação na ambientação de pré-adolescentes e novos servidores.
- Participação em eventos externos de capacitação.
- Participação em Encontro com as Assembleias Legislativas.
- Apresentação do Comitê ao Parlamento de Israel.

Comitê Gestor do Relacionamento

[Portaria nº 111, de 2013](#)

Principais atribuições

Contribuir para o aprimoramento da Gestão do Relacionamento no âmbito da Câmara dos Deputados.

Principais resultados em 2018

- Consolidação do uso Sistema Informatizado para Atendimentos;
- Implementação de pesquisa de satisfação para os atendimentos prestados;
- Elaboração de manual de procedimentos de atendimento e implementação de boas práticas;
- Capacitação de equipes de atendimento de órgãos integrados ao Comitê Gestor do Relacionamento.

Comitê Assessor da LAI

[Portaria nº 101, de 2013](#)

Principais atribuições

Assessorar o Diretor-Geral no planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e controle das atividades e projetos relacionados à adequação da Câmara dos Deputados à [Lei n. 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Principais resultados em 2018

Para aprimoramento da qualidade das respostas às demandas por informação, o comitê promoveu a assistência e orientação a servidores, padronizou o fluxo e o uso formulários, e adotou medidas para definir o papel dos órgãos na elaboração das respostas.

Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)
[Portaria nº 16, de 2017](#)

Principais atribuições

Discutir e supervisionar as aquisições e a gestão orçamentária e financeira da Câmara dos Deputados.

Principais resultados em 2018

- Delimitação e apoio à implementação de diretrizes para a melhoria contínua dos processos licitatórios (Planos Anuais de Compras e Contratações - PACCs).
- Estabelecimento de regras de governança para execução dos planos de compras.
- Definição de alçadas de decisão em relação à aquisição de bens e contratações de serviços.
- Monitoramento de medidas aprimoramento da gestão financeira e orçamentária, em virtude de demandas resultantes de auditorias internas e externas.
- Análise de aquisições de alto vulto.

Comitê Diretivo de TI (CDTI)
[Portaria nº 406, de 2013](#)

Principais atribuições

Receber, priorizar e acompanhar a execução das demandas de TIC.

Principais resultados em 2018

- Apreciação e deliberação de demandas extemporâneas do portfólio 2017-2018.
- Apresentação da situação dos projetos do portfólio.
- Apresentação do *roadmap* da contratação de fábrica de software.
- Apresentação da pesquisa de qualidade dos sistemas.
- Avaliação de riscos e ações necessárias referentes ao portfólio 2017-2018.
- Apresentação do Novo Painel de Projetos, que permite o monitoramento do status dos projetos da Casa.

Comitê Estratégico de TI (CETI)
[Portaria nº 406, de 2013](#)

Principais atribuições

Estabelecer diretrizes, objetivos e metas de tecnologia da informação e comunicação alinhados à estratégia da Câmara dos Deputados.

Principais resultados em 2018

- Apreciação da minuta de Portaria sobre Papéis e Responsabilidades sobre Serviços de TIC.
- Aprovação da redução do número de impressoras por usuários, parte do Plano de Logística Sustentável e da Política de Impressão.
- Apreciação do resultado da pesquisa de satisfação dos usuários da Ditec.
- Deliberação sobre assinatura de Acordo de Nível de Serviço Internet – Ditec e Diretoria-Geral.

Comitê Gestor de Segurança da Informação
[Ato da Mesa nº 47, de 2012 \(criação\)](#) e [Portaria nº 407, de 2013 \(instalação\)](#)

Principais atribuições

Propor, promover e acompanhar as ações que dizem respeito à Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados.

Principais resultados em 2018

O CGSI realizou três reuniões em 2018. Dentre os assuntos tratados e ações implementadas destacam-se:

- Discussão das minutas de normas sobre contratação de serviços em nuvem e sobre papéis e responsabilidades sobre serviços de informação na CD elaboradas pela DITEC;
- Estudos acerca da elaboração de plano de ação para mitigação de riscos no trato com informações pessoais;
- Estudos sobre padronização de procedimentos para realização de inventário de ativos informacionais.

Comitê de Gestão Ambiental – EcoCâmara
[Portaria nº 119, de 2010](#), e [Portaria nº 214, de 2015](#)

Principais atribuições

Promover a gestão da sustentabilidade na Câmara dos Deputados de forma integrada com os diversos setores da Casa.

Principais resultados em 2018

- Criação do 1º Plano de Logística Sustentável (PLS) da Câmara dos Deputados (Portaria DG nº 53/2018).
- Acompanhamento de indicadores e da implantação do PLS.
- Assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal e com a Câmara Legislativa do DF.
- Participação em eventos de compartilhamento de boas práticas em sustentabilidade.
- Assessoramento quanto às providências ao atendimento da Lei Distrital n. 5.610/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos.
- Inauguração da [Praça da Logística Reversa](#), espaço com coletores de resíduos para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado: pilhas e baterias, lixo eletrônico, isopor, esponjas e cartões de crédito.
- Ações de reaproveitamento de material de consumo.
- Campanhas educativas e de conscientização.

2.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Câmara dos Deputados aprovou, em 24 de maio de 2018, a Política Corporativa de Gestão de Riscos, instituída por meio do [Ato da Mesa nº 233, de 2018](#). Essa política é aplicável a todos os planos, processos de trabalho, projetos e demais atividades desenvolvidas nos níveis estratégico, tático e operacional na Câmara dos Deputados.

Além disso, a Casa divulgou a Metodologia Corporativa de Gestão de Riscos (MCGR), que contempla orientações sobre identificação e categorização dos riscos, avaliação dos riscos determinados em termos de sua probabilidade e impacto, e identificação de ações a serem adotadas para o tratamento dos riscos determinados e identificação do responsável pelas ações de controle.

Esse Ato da Mesa também definiu as áreas responsáveis por gerenciar os Planos de Gestão de Riscos relacionados aos processos críticos, ou seja, “Realizar Sessões Plenárias”, “Realizar Reuniões de Comissão” e “Gerir Movimentação Parlamentar”. Neste sentido, elaboraram-se os seguintes Planos de Gestão de Riscos para:

- ✓ Garantir o fornecimento adequado de energia elétrica e iluminação para sessões plenárias (concluído em 28/6/2018);
- ✓ Garantir o fornecimento adequado de energia elétrica e iluminação para reuniões de comissões (concluído em 28/6/2018);
- ✓ Realizar reuniões de comissões pelo Departamento de Comissões (Decom). Após concluído esse plano (em 8/10/2018), realizaram-se, ainda em 2018, duas reuniões de monitoramento de riscos, resultando em 11 ações de mitigação concluídas.

Mesmo antes da publicação da política corporativa de gestão de riscos, a Câmara dos Deputados adotou medidas para controle de riscos específicos, tais como: o [Ato da Mesa nº 47, de 2012](#) (Política de Segurança da Informação), a [Portaria nº 406, de 2013](#) (modelo de governança de TIC), [Decisão nº 1, de 2013](#), do Comitê Estratégico de TIC (diretrizes de tecnologia da informação e comunicação para o quadriênio de 2014 a 2017), e o Plano de gerenciamento de riscos do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados, iniciado em 2012.

A Gestão de Riscos se incorporou às práticas administrativas da Casa como uma atividade contínua. Portanto, o monitoramento de riscos é realizado periodicamente e as ações de mitigação serão gradualmente implementadas.

2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O art. 265 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela [Resolução n. 17, de 1989](#), prevê que o sistema de controle interno será coordenado e executado por órgão integrante da estrutura administrativa da Casa. Nesse sentido, a [Resolução n. 69, de 1994](#), instituiu a Secretaria de Controle Interno (Secin), com o propósito de exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos nos arts. 37 e 74 da Constituição Federal de 1988.

Quanto ao posicionamento hierárquico, a Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa Diretora, a quem compete a suprema direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno. O art. 4º da

[Resolução n. 69, de 1994](#), dispõe que o Secretário de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após escolha pelo voto da maioria absoluta dos membros da Mesa Diretora, dentre servidores públicos de carreira técnica ou profissional da Câmara dos Deputados que atendam aos requisitos previstos no art. 73 da Constituição Federal. O Secretário de Controle Interno reporta-se diretamente ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O [Ato da Mesa n. 133, de 2016](#), conferiu nova estrutura à Secin e atualizou seu rol de competências com o objetivo de aproximar a Secretaria da governança institucional, visto que as boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses, preservando e otimizando o valor da instituição. O órgão de controle interno exerce um papel fundamental no sentido de promover o ajuste entre os objetivos estabelecidos pela alta gestão e os controles internos estabelecidos pelas áreas nos processos. O mesmo Ato criou o Núcleo Setorial de Gestão, a fim de fortalecer o suporte ao modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados, com o diferencial de também apoiar os Escritórios Setoriais de Gestão das demais Diretorias e Secretarias da Casa no acompanhamento das recomendações feitas pela Secin.

Para dar cumprimento à sua função institucional, a Secin conta atualmente com a seguinte estrutura administrativa:

- a) Núcleo de Análise de Atos de Pessoal (Napes);
- b) Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop);
- c) Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Nualc);
- d) Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh);
- e) Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati);
- f) Núcleo Setorial de Gestão (NSG); e
- g) Seção Administrativa (Secad).

A auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. Essa independência encontra-se enfatizada no [Estatuto da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados](#), instituído pela Portaria Secin n. 1 de 2016. O Estatuto define o propósito, a autoridade, a responsabilidade e o escopo da função auditoria interna, alinhado com as boas práticas associadas ao tema, e estabelece a posição dessa atividade na Câmara dos Deputados. O Estatuto contém, ainda, o Código de Ética da Secin, que estabelece os princípios e valores que devem pautar os trabalhos desenvolvidos na Secretaria e nortear o comportamento profissional dos seus servidores.

O escopo da atividade de auditoria interna da Secin engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos processos internos da Câmara dos Deputados. As ações de controle desenvolvidas visam auxiliar a Casa a realizar a estratégia definida, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada destinada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos da gestão e de governança. A atuação da Secin se concretiza por meio das seguintes ações de controle: auditoria (avaliação), consultoria (assessoramento), levantamento de auditoria, inspeção, auditoria de gestão e análise de atos de pessoal, sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis.

Quanto à sistemática de comunicação das ações de controle, o Plano Anual de Controle Interno (Paci), que define e justifica as ações planejadas a serem realizadas no período subsequente, é submetido previamente à Mesa Diretora, para revisão e aprovação, e publicado no boletim

administrativo para conhecimento geral da Casa. Na elaboração do Paci, busca-se alinhamento entre as atividades da Secin com os objetivos institucionais, considerando-se a estrutura de gerenciamento de riscos. Além disso, as ações de controle são consubstanciadas em relatórios dirigidos aos responsáveis pelas unidades administrativas auditadas e são realizados monitoramentos reiterados, bem como manifestações em processos. Caso ocorra a baixa de uma recomendação cujos riscos ainda se mantenham relevantes, tal situação é previamente relatada à alta administração e as informações pertinentes são incluídas no Relatório de Auditoria de Gestão (RAG).

As ações de controle planejadas e executadas pela Secin podem ser consultadas no [Portal da Câmara](#) na internet.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

Quando se pensa em planejamento estratégico em parlamentos, é importante levar em consideração as peculiaridades das casas legislativas. Mais do que considerar as funções organizacionais tradicionalmente divididas em atividades meio e finalísticas, há dois campos distintos de atuação: um político, cujas atividades são exercidas pelos deputados, e um técnico-administrativo e técnico-legislativo, que é exercido por servidores do Estado e pessoal contratado.

De forma geral, os planos estratégicos de parlamentos focam na melhoria dos processos de apoio à atividade parlamentar e nos processos administrativos. Não é comum encontrar planejamento formal relacionado à atuação política, que é orientada pelo ambiente político-institucional.

A estratégia organizacional da Câmara dos Deputados tem, portanto, natureza técnico-administrativa e técnico-legislativa, e não política. Atua no campo da melhoria organizacional relacionada aos processos de trabalho de apoio à representação política, elaboração legislativa, fiscalização e controle, de relacionamento com o cidadão, de educação para cidadania, de governança e de gestão administrativa.

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados foi estruturado a partir de um ciclo de longo prazo, que vai de 2012 a 2023 ([Ato da Mesa nº 59, de 2013](#)). Esse documento inclui a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as respectivas linhas de atuação, conforme se observa na [figura](#) apresentada na [página seguinte](#).

Entre as melhorias previstas na estratégia desde a sua concepção estão:

- a) o atendimento aos requisitos previstos na Lei de Acesso à Informação;
- b) a instituição de governança corporativa e sistema para o atendimento ao cidadão por meio dos diversos canais disponibilizados pela Casa;
- c) o desenvolvimento de aplicativos móveis para o cidadão e o legislador com notícias sobre a Câmara dos Deputados e com informações detalhadas sobre deputados, sessões no plenário Ulysses Guimarães, reuniões nas comissões, proposições e legislação;
- d) o desenvolvimento de sistema automatizado de registro de presença, eleição e votação nas comissões da Câmara dos Deputados, proporcionando substancial eficiência, integridade, agilidade e segurança a esses processos;
- e) a definição de política de aperfeiçoamento do processo de relacionamento com a sociedade por meio das redes sociais; e
- f) o desenvolvimento de um novo Portal da Câmara dos Deputados com foco no cidadão.



MISSÃO

Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.

VISÃO

Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.

VALORES

Ética; Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

LINHAS DE ATUAÇÃO



1. Sintonia

Ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade

- 1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada;
- 1.2 Sistematizar o uso institucional das mídias sociais e tecnologias para compreender os interesses do cidadão.



2. Transparência

Ampliar a transparência das atividades e informações da Câmara dos Deputados e das Políticas Públicas

- 2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações em linguagem clara e de forma inclusiva;
- 2.2 Promover a transparência ativa e o controle social;
- 2.3 Ampliar a divulgação da atividade parlamentar e das ações institucionais em diferentes plataformas.



3. Interação

Fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativo e de fiscalização e controle

- 3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados;
- 3.2 Aprimorar os instrumentos de manifestação e participação da sociedade no processo legislativo de forma a qualificar e fortalecer a Democracia Representativa.



4. Qualidade das Leis

Melhorar a qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro

- 4.1 Aprimorar os mecanismos de sistematização e publicação de diplomas legais de forma a subsidiar a consolidação e revisão de normas;
- 4.2 Desenvolver meios que possibilitem a avaliação da necessidade, viabilidade e potenciais impactos associados à implementação das leis;
- 4.3 Desenvolver instrumentos que aprimorem o processo legislativo e que permitam aferir o resultado e avaliar a aplicação das leis.



5. Fiscalização

Aprimorar a avaliação e a fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado

- 5.1 Desenvolver mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para a eficiência e a efetividade das ações do Estado;
- 5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com cidadãos, órgãos governamentais e com a sociedade organizada;
- 5.3 Promover ações que estimulem o uso adequado de recursos públicos;
- 5.4 Desenvolver instrumentos de Inteligência Legislativa para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização e controle.



6. Cidadania

Fomentar a educação política e a cidadania ativa

- 6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, a legislação vigente, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados;
- 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo;
- 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa;
- 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno;
- 6.5 Fortalecer a preservação e a divulgação da memória do Legislativo.



7. Gestão

Aperfeiçoar a gestão da Câmara dos Deputados

- 7.1 Aprimorar a governança, o processo decisório, as práticas de gestão e a cooperação entre as áreas;
- 7.2 Aprimorar a gestão da informação e intensificar a aplicação de práticas de gestão do conhecimento;
- 7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e segurança das pessoas, da informação e do patrimônio;
- 7.4 Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral;
- 7.5 Melhorar a eficiência administrativa, a qualidade do gasto e a utilização dos recursos;
- 7.6 Ampliar o compartilhamento de serviços entre a Câmara e o Senado e a cooperação com parlamentos;
- 7.7 Fomentar a inovação no Poder Legislativo.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados é composto por sete diretrizes estratégicas e 26 linhas de atuação para o período de 2012 a 2023. Em 2018, houve a manutenção do portfólio de projetos corporativos de 2017 e a revisão do planejamento, com o objetivo de alinhar à estratégia da Casa após avaliação da primeira metade do ciclo de planejamento.

O processo de revisão foi composto por pesquisa com os membros dos comitês e escritórios de gestão e a Rede da Estratégia, com o objetivo de avaliar a pertinência de cada uma das linhas de atuação estabelecidas em 2012 e a percepção dos resultados alcançados. Além disso, foi promovido um encontro com os gestores da alta administração para identificar ações a serem empreendidas no próximo ciclo.

A revisão culminou na manutenção das sete diretrizes estratégicas e no estabelecimento de novas linhas de atuação, aprovadas pelo Comitê de Gestão Estratégica em reunião de avaliação estratégica extraordinária, conforme [figura](#) apresentada na [página anterior](#). O [Ato da Mesa nº 250, de 2018](#), aprovou a atualização do planejamento estratégico.

3.1.2 Resultados do planejamento estratégico

Com base no planejamento estratégico de longo prazo de 2012 a 2023, desdobram-se planos de curto prazo para um período de dois anos, que refletem as prioridades da Câmara em função do ambiente social, econômico, tecnológico e político. Cada período compõe-se de programas, projetos e ações selecionadas com a finalidade de construir as condições necessárias para a Câmara dos Deputados cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro.

A estratégia da Casa é colocada em prática por meio dos projetos corporativos, principalmente voltados para o aperfeiçoamento dos macroprocessos de suporte à atividade legislativa e parlamentar, e do alinhamento das diversas unidades em suas ações setoriais. O portfólio é avaliado sistematicamente pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), em Reuniões de Avaliação Estratégica trimestrais.

Dos 12 projetos corporativos do [portfólio de 2018](#), 5 foram encerrados e incorporados aos processos da Casa e 7 permanecerão no portfólio 2019-2020. Esses projetos já apresentam resultados relevantes que alavancam a estratégia. Dos projetos em andamento, somente um tem foco exclusivo na diretriz estratégica “Gestão”. Os demais caminham por linhas de atuação voltadas à transparência, interação, qualidade das leis e cidadania. Os resultados estão relacionados a seguir:

3.1.2.1 Projetos Encerrados



Diretriz Fiscalização

Aprimoramento do Processo de Fiscalização e Controle

Como parte do Projeto e visando ao fortalecimento da atuação da Câmara dos Deputados como instância orientadora do controle externo na Administração Pública Federal, a [Resolução nº 25, de 2017](#), instituiu o Plano Anual de Fiscalização e Controle (PAFC), que tem por objetivo selecionar programas e ações do governo federal que serão objeto de instrumentos legislativos de fiscalização ao longo de uma sessão legislativa, e o Relatório de Acompanhamento de Fiscalização e Controle (RAFC), que apresenta os resultados decorrentes da aplicação do Plano. Em 2018, esses instrumentos foram utilizados como uma execução piloto e estruturou-se todo o processo de trabalho, sendo consolidado como prática central na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.



Diretrizes Sintonia, Transparência, Interação e Cidadania

Modernização das Redes Sociais

O processo de uso e disseminação de informações via redes sociais da Câmara dos Deputados foi aperfeiçoado durante o ano de 2018. Ferramentas de escuta e adequação de linguagem foram algumas das ações que visam à melhoria do relacionamento com o cidadão. As normas de governança e gestão das redes foram estabelecidas pelo [Ato da Mesa nº 244, de 2018](#), e o Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais da Câmara dos Deputados foi criado por meio do [Ato do Presidente do CGE nº 4, de 2018](#).



Diretriz Gestão

Serviço de Preservação Digital

A Câmara dos Deputados implantou serviço de preservação de documentos digitais, adotando padrões, procedimentos e sistema apropriados, de modo a garantir integridade, autenticidade, preservação e acesso às informações digitais pelo público interno bem como pela sociedade no longo prazo, destacando-se como pioneira e protagonista quanto à preservação digital.

Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais

Com instalações e equipamentos modernos, o novo edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados (CEAM-SIA) foi ocupado de forma racional e otimizada em aproximadamente seis meses após a entrega da obra.

eDoc

Desde 2017, a Câmara dos Deputados passou a adotar sistema eletrônico de gestão de documentos, proporcionando não só agilidade na tramitação e análise de processos, mas também eficiência administrativa alinhada à política de sustentabilidade.

3.1.2.2 Projetos em Andamento



Diretrizes Transparência, Fiscalização e Gestão

Modernização da Cota Parlamentar

Com o objetivo de reduzir as operações manuais de conferência de documentos fiscais reembolsáveis da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar e ampliar a transparência e o controle social sobre essas despesas, foi lançada nova versão do sistema de controle de cotas parlamentares.



Diretrizes Transparência, Interação e Cidadania

Virada Digital

A primeira etapa do projeto do novo Portal da Câmara dos Deputados, com foco no cidadão, será lançada em janeiro de 2019. As principais alterações são a apresentação de informações por temas e novas páginas amigáveis sobre as proposições legislativas, o processo legislativo, os deputados, incluindo seus gastos e participação em comissões, além da personalização dos programas institucionais por público. O conceito do novo Portal foi apresentado aos novos parlamentares.



Diretrizes Transparência e Interação

Plataforma Digital para Projetos de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)

A partir do acesso ao serviço digital de verificação de dados de eleitores (ambiente de testes) disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e da utilização da tecnologia *blockchain*, a Câmara dos Deputados está desenvolvendo plataforma tecnológica para viabilizar a apresentação eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular, com recursos para o cadastramento de projetos, o recebimento de subscrições eletrônicas, a validação das subscrições recebidas e a publicação na internet do andamento do processo de apoio. O [Projeto de Lei nº 7.574, de 2017](#), que institui as regras para projetos de lei iniciativa popular, não foi apreciado pelo Plenário da Casa. Ainda como parte do projeto, foi desenvolvido um [portal](#) para que a Comissão de Legislação Participativa receba sugestões legislativas da sociedade civil organizada.



Diretrizes Qualidade das Leis e Gestão

Infoleg Parlamentar

A modernização, a integração e o aperfeiçoamento dos processos de registro de informações sobre parlamentares e órgãos legislativos, como dados legislativos, administrativos, biográficos e de imagem, vêm assegurando substancial salto qualitativo aos processos críticos da Casa, especialmente ao processo “Gerir a movimentação no mandato parlamentar”.

Infoleg – Sistema de Informações Legislativas

A nova plataforma tecnológica para suporte ao processo legislativo na Câmara dos Deputados está sendo desenvolvida de forma modular. O Infoleg-Authenticador, que compreende a fase de apresentação de proposições, encontra-se em fase final. Por meio dos avanços alcançados nessa fase será possível, também, dar início ao processo legislativo eletrônico. O Infoleg-Comunicados Legislativos foi encerrado e passa a ser a ferramenta oficial para fornecer ao deputado e seus assessores informações consolidadas relativas às reuniões de comissões e à tramitação de proposições.



Câmara de Inovação

No intuito de tornar o ambiente da Câmara dos Deputados mais favorável à inovação, o escopo do projeto foi redefinido, sua equipe capacitada e métodos com abordagem proativa e criativa para a solução de problemas foram testados.

Gestão de Custos para a Decisão

Está sendo desenvolvida sistemática de apropriação de custos de unidades administrativas e escolha de alternativas de ação voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório.

A [figura](#) apresentada na [próxima página](#) mostra a execução do planejamento estratégico comparado ao número de projetos corporativos desenvolvidos por linhas de atuação. Trata-se de importante instrumento de análise do nível geral de execução da estratégia, auxiliando tanto na tomada de decisões quanto na definição de prioridades. Observa-se que cada projeto pode impactar simultaneamente mais de uma linha de atuação.

As linhas de atuação não evoluem apenas por ações corporativas, mas também é perceptível sua evolução a partir de projetos setoriais e ações institucionais.

A título de exemplo, a linha de atuação relacionada aos serviços comuns ao Parlamento (diretriz estratégica “Gestão”) avançou por meio do estabelecimento de um grupo de trabalho composto pelas duas casas legislativas, conforme mencionado no [item 1.6.1](#).

A diretriz “Cidadania” também vem sendo constantemente reforçada, tendo em vista o aprimoramento contínuo dos [programas educacionais da Casa](#), até mesmo com novas páginas do Portal dedicadas a crianças e jovens, aos universitários, aos professores e à sociedade civil organizada.

A diretriz “Fiscalização” foi objeto de uma relevante ação técnica solicitada pelo Presidente da Casa, que instituiu o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, por meio do [Ato da Mesa nº 217, de 2018](#), com o objetivo de acompanhar o planejamento da intervenção e fomentar a produção de pesquisas e estudos sobre o tema. Maiores informações podem ser obtidas no link: <http://olerj.camara.leg.br/>.

A diretriz “Sintonia” foi contemplada com os estudos legislativos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos e as Consultorias Legislativa e de Orçamento, informados no [item 5.1.1](#).

As linhas de atuação referentes a práticas de cidadania no âmbito interno e à consolidação de normas, embora ainda não priorizadas pela Casa, justificaram sua permanência no planejamento estratégico revisado, por terem sido consideradas importantes norteadoras para o alcance da visão de futuro em 2023.

Linhas de Atuação - Ciclo 2012-2023		Demonstrativo de execução do Planejamento Estratégico por meio de Projetos Corporativos	
		Projetos 2018	Total de Projetos 2012-2023
SINTONIA	1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada	0	3
	1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais	1	3
	1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas	0	1
TRANSPARÊNCIA	2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	4	13
	2.2 Estimular o controle social	2	3
INTERAÇÃO	3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	3	10
	3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar	1	2
QUALIDADE DAS LEIS	4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para a elaboração de leis e códigos	0	0
	4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência.	0	1
	4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	4	8
FISCALIZAÇÃO	5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado	1	1
	5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle	1	1
	5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos	2	2
	5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização	1	1
CIDADANIA	6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos Deputados	2	6
	6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo	0	0
	6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa	0	0
	6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno	0	0
GESTÃO	7.1 Aprimorar o processo decisório, os indicadores de desempenho e a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos	2	8
	7.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas	7	15
	7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e a continuidade dos serviços	7	10
	7.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida	1	3
	7.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos	8	9
	7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento	0	0

Observação: As linhas de atuação representadas na Figura são anteriores à revisão do planejamento estratégico.

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

O monitoramento e avaliação do desempenho e dos riscos da gestão é competência do CGE, no contexto corporativo (detalhadas no [Ato da Mesa nº 245, de 2018](#), art. 12), e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial, em Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs). As regras para realização das RAEs estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE nº 3, de 2018](#). As RAEs são realizadas nas esferas corporativa e setorial, de acordo com a abrangência das questões a serem avaliadas.

3.2.1 Análise de dados e organização de informações gerenciais

A [Portaria DG nº 166, de 2016](#), estruturou o processo de trabalho de análise de dados e organização de informações para auxiliar a tomada de decisões, com as finalidades de prover a alta direção da Casa com dados consistentes para a tomada de decisão, de acompanhar de modo organizado os principais indicadores da gestão e, também, de encorajar as demais unidades administrativas a adotarem uma cultura de gestão baseada em análise de dados. O normativo atribuiu o nome de DataCâmara ao processo de análise de dados para gestão.

Os principais processos que foram criados a partir da implantação do DataCâmara foram:

- a) organizar bases de dados, cruzando informações de tabelas ou fontes;
- b) analisar dados gerenciais;
- c) desenvolver análises e estudos estatísticos, qualitativos e quantitativos;
- d) propor o desenvolvimento, a aquisição, a manutenção e a atualização de software de análise de dados e informações;
- e) auxiliar o Comitê de Gestão Estratégica a levantar dados e desenvolver estudos estatísticos;
- f) elaborar painéis informacionais (*dashboards*) para a alta gestão; e
- g) desenvolver treinamentos sobre análise de dados para compartilhar boas práticas com outras unidades administrativas e incentivar o crescimento da cultura de tomada de decisão com base em dados.

Com o apoio do DataCâmara, várias unidades administrativas da Casa produziram seus próprios *dashboards*.

3.3 Informações sobre Indicadores de Desempenho

Avaliar o desempenho da Câmara dos Deputados por meio do resultado da atividade parlamentar é uma prerrogativa exclusiva da sociedade que, por meio do voto, julga a cada quatro anos se o seu representante deve ser reconduzido para mais um mandato parlamentar ou não.

Quadro 3 – Indicadores da estratégia

Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	2017	2018	Meta 2018
2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações	Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação	Índice construído a partir de adaptação do questionário de auditoria do Tribunal de Contas da União ao portal da Câmara dos Deputados com foco na Lei de Acesso à Informação.	Razão do somatório da pontuação dada às questões (0 - 0,5 - 1) sobre o total de questões.	Percentual	Anual	83,5%	86%	90%	90%
	Acessos aos serviços voltados para a sociedade	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação de acessos aos serviços da Câmara dos Deputados construídos para a sociedade. Entende-se por serviços de TIC da Câmara à sociedade o <i>site</i> e os aplicativos para dispositivos móveis.	Variação percentual dos acessos aos serviços de TIC disponibilizados pela Câmara à sociedade em relação ao ano base 2014.	Percentual	Mensal	4%	110%	1.072%	50%
3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados	Índice de interação da sociedade com a Câmara dos Deputados	Indicador elaborado a partir de recorte feito sobre o questionário do Índice de Transparência do Legislativo, construído pelo Senado Federal. Utilizamos a dimensão Participação e Controle Social para estabelecer um nível de interação entre a sociedade e a Câmara dos Deputados.	Média entre aspectos e critérios estabelecidos no questionário a partir da definição de pesos para cada tipo de resposta.	Percentual	Anual	66,7%	75%	91%	75%
	Acessos a aplicativos para dispositivos móveis	Indicador do Plano Estratégico de TI (Peti). Mostra a variação dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis Infoleg e Câmara Notícias.	Variação percentual dos acessos aos aplicativos para dispositivos móveis dirigidos à sociedade em relação a 2014.	Percentual	Mensal	-	139%	17%	100%
4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo	Pessoas treinadas por ano em processo legislativo	Quantitativo anual de servidores que passaram por algum curso de treinamento em disciplinas que envolvem o processo legislativo no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).	Quantidade absoluta de pessoas treinadas no ano.	Valor/ano	Anual	697	1.060	860	1.000

Linha de atuação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Fórmula de cálculo	Unidade de medida	Frequência	2016	2017	2018	Meta 2018
7.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos e o uso de indicadores de desempenho	Capacitação – planejamento estratégico	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em planejamento.	Razão do quantitativo de membros dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) treinados na disciplina sobre o total de servidores dos escritórios de gestão estratégica (corporativo e setoriais) .	Percentual	Anual	66%	69%	58%	70%
	Capacitação – gestão de projetos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de projetos.		Percentual	Anual	70%	55%	50%	75%
	Capacitação – gestão de processos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de processos.		Percentual	Anual	58%	56%	49%	70%
	Capacitação – gestão de riscos	Percentual de servidores dos escritórios de gestão estratégica treinados em gestão de riscos.		Percentual	Anual	19%	39%	31%	30%
	Índice de Desempenho do Escopo do Portfólio Corporativo (IDE-P)	Grau de execução do portfólio de projetos corporativos, a partir da conclusão de suas entregas.	Média aritmética dos Índices de Desempenho do Escopo (IDEs) dos projetos componentes do portfólio corporativo. Cálculo do IDE: as entregas dos projetos são ponderadas de acordo com sua complexidade e esforço para conclusão. $IDE = (\sum \text{Pontos das entregas realizadas}) / (\sum \text{Pontos das entregas planejadas})$.	Percentual	Trimestral	83%	82%	91%	85%

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Na tentativa de estabelecer modelos de avaliação relacionados à estratégia, foi estabelecido um piloto de indicadores acompanhados nos anos 2016, 2017 e 2018, conforme mostra o [quadro anterior](#), que contém as linhas de atuação vigentes até 2018. Após a terceira medição, a experiência-piloto não se mostrou adequada para retratar a evolução e a persecução da estratégia da Câmara dos Deputados, uma vez que seus fatores apresentam mais aspectos quantitativos sem grandes desdobramentos qualitativos para o desenvolvimento institucional.

O **Índice de aderência da Câmara dos Deputados à Lei de Acesso à Informação (LAI)**, vinculado à linha de atuação “facilitar o acesso da sociedade às informações”, foi balizado pelo questionário do Tribunal de Contas da União sobre o portal. De acordo com a medição adotada pela Câmara, a meta foi superada, mantendo um patamar de excelência da Casa em matéria de transparência⁵.

Para o **indicador “acesso aos serviços voltados para a sociedade”**, verificou-se a superação da meta, em função do lançamento do novo serviço de dados abertos e de sua divulgação na *Campus Party* 2018, que resultou em mais de 800 milhões de consultas no ano.

A linha de atuação “aperfeiçoar os meios para que o cidadão possa interagir com a sociedade” é monitorada por dois indicadores: **“Índice de interação da sociedade com a Câmara”** e **“Acessos a aplicativos para dispositivos móveis”**. A meta do primeiro indicador foi superada devido, em grande parte, a uma maior adequação à LAI, a ampliação dos mecanismos de captação de opinião estimulada da população e sua contribuição no processo legislativo. Quanto aos dispositivos móveis, não houve o alcance da meta. Isso porque o número de acessos ao aplicativo Infoleg⁶ permaneceu estável, em face do início do recesso parlamentar seguido do período de eleições federais, que fez com que as atividades legislativas da Casa fossem reduzidas no segundo semestre.

As demais linhas de atuação selecionadas para o piloto referem-se à promoção do aperfeiçoamento legislativo e a práticas de gestão. A Câmara utilizou **“indicadores de capacitação”** de equipes que sinalizaram oportunidades de melhoria para a gestão da Casa. A capacitação em práticas de gestão manteve-se em níveis aceitáveis para a instituição, ou seja, cerca de 50% dos membros de escritórios de gestão foram treinados. A procura por cursos sobre processos diminuiu em razão do ano eleitoral. Embora seja importante conhecer essa informação, os indicadores não retratam de forma direta a evolução da estratégia.

O **“Índice de Desempenho do Escopo do portfólio corporativo”**, acompanhado nas reuniões de avaliação de desempenho pelo CGE, superou a meta, o que demonstra um crescimento da maturidade da Casa em gestão de projetos.

No sentido de encontrar um novo balizador para a avaliação da estratégia, a Câmara dos Deputados, em conjunto com outras casas legislativas, tem empreendido um esforço para o desenvolvimento de um modelo próprio de governança e gestão que possa refletir o nível de maturidade dos processos relacionados às áreas de apoio técnico-administrativo e legislativo, conforme citado no [item 1.6.1](#).

⁵ Conforme o Ofício 518/2018 TCU/Sefti, a Câmara dos Deputados alcançou a nota 0,85 no índice de transparência. No entanto, a Câmara dos Deputados divergiu da avaliação do Tribunal e aguarda a resposta sobre a revisão de cálculo.

⁶ Ferramenta de acompanhamento da agenda diária das atividades legislativas.

4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão Orçamentária e Financeira

O Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin) é o responsável por planejar, dirigir e executar, na parte referente às unidades orçamentárias da Câmara dos Deputados, as atividades relativas ao plano plurianual, ao orçamento, à contabilidade, à programação e gestão financeiras e à gestão da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar – Ceap.

A atividade-fim da Câmara dos Deputados (CD) compõe, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 2016), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Em 2018, a CD recebeu a dotação orçamentária de R\$ 6,12 bilhões. Desse total foram pagos R\$ 5,46 bilhões, o que equivale a 89,1% do autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2018 (LOA/2018). A evolução dos gastos nos últimos três anos foi de aproximadamente 5% no triênio, considerando as despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal e impôs uma limitação das despesas contraídas pelos órgãos da administração pública federal. Segundo o Novo Regime Fiscal, o limite financeiro de despesas primárias de cada órgão equivale ao montante de despesas primárias pago pelo órgão no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior.

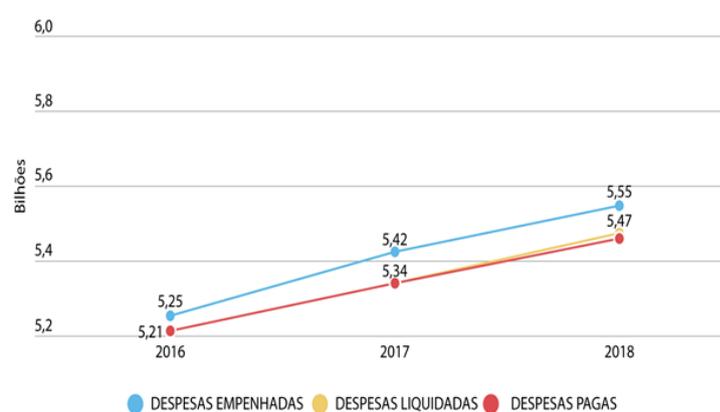
No caso da Câmara dos Deputados, as despesas primárias pagas em 2016, incluídos os restos a pagar, totalizaram R\$ 5,07 bilhões. Em 2017, embora o limite de acréscimo com relação a 2016 pudesse chegar a 7,2% (R\$ 5,43 bilhões), as despesas pagas do órgão somaram R\$ 5,13 bilhões - uma variação de apenas 1,2%.

Em 2018, a Câmara registrou um dispêndio de R\$ 5,29 bilhões de despesas primárias, montante correspondente a 4,4% a mais que em 2016, percentual significativamente inferior ao limite imposto pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, de equivalente a 10,4%.

A execução das despesas pagas em 2017 e 2018 conforma certa tendência de crescimento de despesas em ritmo inferior ao limite constitucional. Ressalte-se, ainda, que a própria EC nº 95/2016 prevê a possibilidade de acréscimo ao limite de despesas primárias de cada órgão, desde que haja compensação equivalente a, no máximo, 0,25% do montante cabível ao Poder Executivo, nos exercícios de 2017 a 2019 (art. 107, §§ 7º e 8º do ADCT). Como se percebe, a Câmara dos Deputados não precisou recorrer à flexibilização do balizamento constitucional para comportar suas despesas.

Entre as medidas para a manutenção das despesas do órgão dentro do limite imposto pelo Novo Regime Fiscal, pode-se mencionar o controle rigoroso das despesas efetuadas pela Casa, em

Evolução dos gastos 2016 - 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

especial, daquelas caracterizadas como despesas continuadas. A propósito dessa economia orçamentária, é importante mencionar que, em 2018, o Presidente da Câmara dos Deputados disponibilizou, por meio do Ofício nº 346/2018, R\$ 200 milhões do orçamento da Casa para o Poder Executivo. Esses recursos foram destinados à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro por meio da abertura de crédito extraordinário, objeto da Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018.

4.1.1 Execução por grupo de despesa

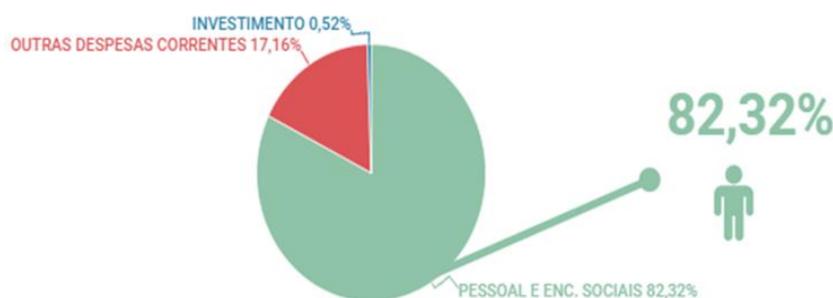
A LOA/2018 consignou à Câmara dos Deputados a dotação orçamentária de R\$ 6,12 bilhões, sendo R\$ 4,92 bilhões para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$ 1,08 bilhão para outras despesas correntes e R\$ 127,70 milhões para despesas de investimentos. Após o crédito extraordinário que cancelou R\$ 200 milhões, a dotação atualizada da CD em 2018 foi de R\$ 5,92 bilhões.

Nesse contexto, em sua totalidade, as despesas executadas equivaleram a 93,7% da dotação atualizada. Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram 96,4% da dotação. Por sua vez, as despesas de custeio obtiveram 89,3% e as despesas de investimentos 24,7% da dotação atualizada em 2018, conforme figura ao lado.

Percebe-se que mais de 80% das despesas executadas na Casa integram o grupo pessoal e encargos sociais. Os gastos com inativos e pensionistas apresentam tendência de crescimento, devido ao número elevado de servidores aptos à aposentadoria.



Despesas executadas por GND



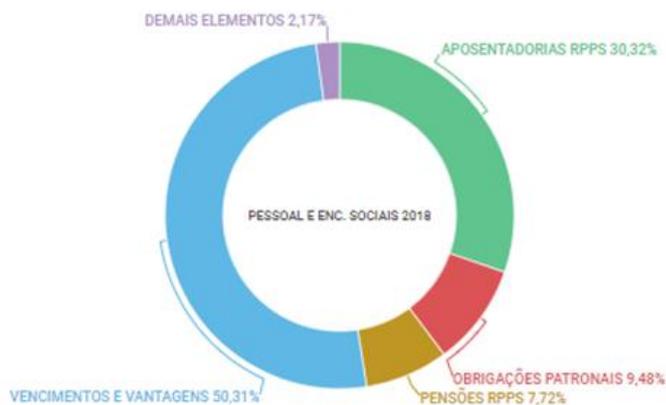
A baixa execução em investimentos se deve, entre outros, às medidas de contenção de despesas. No que tange à ação “Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados”, foram disponibilizados R\$ 3 milhões de dotação na LOA, porém, nenhum valor foi executado, porque não foi possível concluir a contratação

das instalações para ampliar o datacenter na edificação, em razão da necessidade de compatibilizar projetos no âmbito do Departamento Técnico. Na ação “Comunicação e Divulgação Institucional”, houve uma redução na aquisição de equipamentos para a Rede Legislativa, já que, em algumas capitais, as transmissões estão sendo viabilizadas por meio de parceria com o Senado Federal, ficando as despesas restritas, no âmbito da Câmara dos Deputados, à contratação de serviços de manutenção, garantia e reposição de peças/equipamentos de transmissores. Por fim, quanto à ação “Reforma dos Imóveis Funcionais”, não houve autorização para continuidade da obra.

4.1.2 Execução por grupo e elemento de despesa

No grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais (GND 1), os principais dispêndios executados na Câmara dos Deputados, em 2018, foram com vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e aposentadorias e pensões.

O GND 3 (Outras Despesas Correntes) compreendeu as despesas com prestação de serviços e manutenção, tais como locação de mão de obra e outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.



Finalmente, no GND 4 – Investimentos, os principais gastos foram com obras e instalações, equipamentos e material permanente.



Observando o comportamento da despesa por GND nos últimos 3 anos, conforme os gráficos abaixo, nota-se que o ritmo do acréscimo de despesas executadas no GND 1 (6,2%), de 2016 a 2018, foi menor que o IPCA acumulado no período (6,8%). A mesma contenção de despesas se verificou no GND 3, majoradas em 3,7% no triênio analisado. Já em relação ao GND 4, percebe-se uma abrupta redução nas despesas executadas em 2017 relativamente a 2016. Em 2018, em que pese uma retomada dos investimentos, a execução das despesas foi, ainda, inferior em aproximadamente R\$ 1 milhão em relação a 2016.

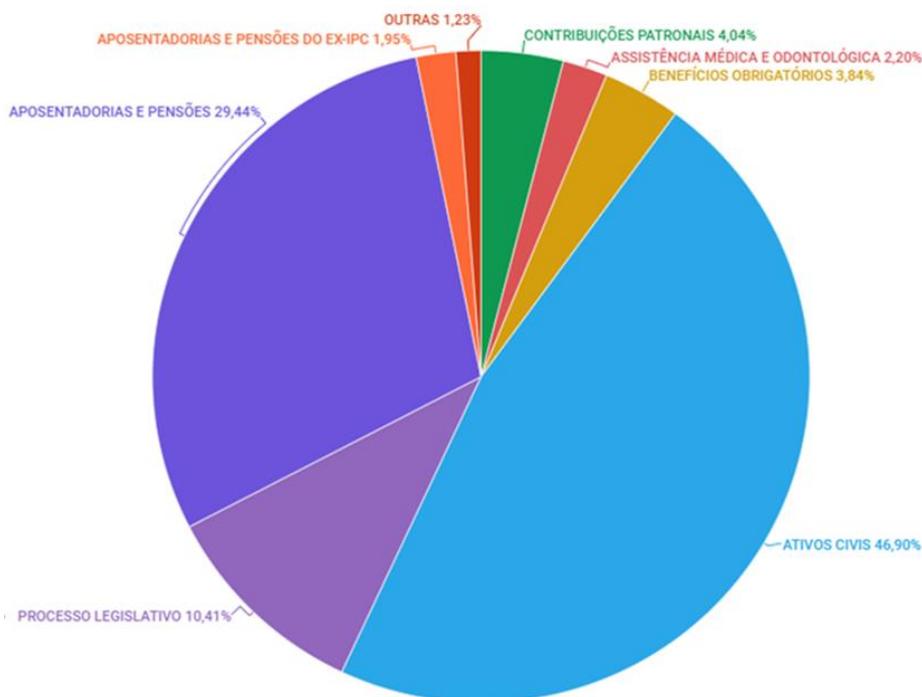


4.1.3 Execução orçamentária por ação

Analisando a execução das despesas da Câmara por ação, observa-se que a maior parte das despesas executadas em 2018 foi concentrada nas ações que abrangem gastos com pessoal: a) R\$ 2,60 bilhões com “Ativos Civis” e b) R\$ 1,63 bilhão com “Aposentadorias e Pensões da União”.

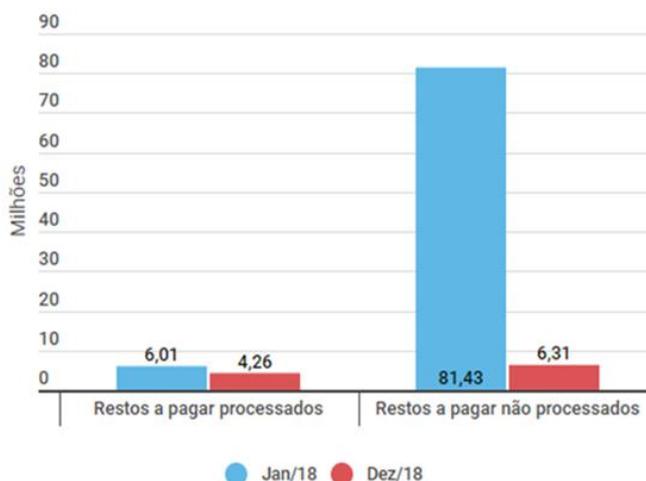
Também merecem destaque as despesas com “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, da ordem de R\$ 578,12 milhões, que estão relacionadas principalmente aos contratos e convênios com pessoas jurídicas e às reformas nos edifícios que compõem o complexo arquitetônico da Câmara dos

Deputados. Essa ação também contempla a atividade finalística do órgão, porque envolve a produção legislativa e o acompanhamento das operações de fiscalização e controle pela CD.



4.1.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Em dezembro de 2018, o saldo de restos a pagar processados foi reduzido a R\$ 4,26 milhões - um decréscimo de 30% quando comparado ao montante no início do exercício (R\$ 6,01 milhões). Aproximadamente 20% deste valor (R\$ 1,25 milhões) foram cancelados, enquanto 10% foram pagos em 2018. A maior parte desse montante remanescente se deve à retenção de valores devidos a fornecedores e que aguardam a conclusão de processo administrativo.



Com relação aos restos a pagar não processados, verifica-se que mais de 90% do montante registrado em janeiro de 2018 (R\$ 81,43 milhões) foi pago ou cancelado, restando apenas R\$ 6,31 milhões a pagar.

Restos a pagar processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2018 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – a ser inscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2018 = A – B – C + D
2017	717.594,09	380.793,58	0	133.913,63	470.714,14
2016	380.628,24	80.379,09	0	0	300.249,15
2015	101.774,50	75.432,97	0	0	26.341,53
2014	1.624.299,06	44.882,45	1.247.661,46	0	331.755,15
2013	3.152.142,77	53.372,89	0	0	3.098.769,88
2012	4.349,01	2.996,83	0	0	1.352,16
2011	26.690,80	0	0	0	26.690,80
2010	359,74	0	0	0	359,74
TOTAL	6.007.838,21	637.857,83	1.247.661,46	133.913,63	4.256.232,55
Restos a pagar não processados					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2018 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – a ser inscrito como RP processado (D)	Saldo em 31/12/2018 = A – B – C + D
2017	73.220.219,40	55.043.715,74	13.577.886,70	133.913,63	4.464.703,33
2016	4.939.837,12	271.528,20	4.664.688,92	0	3.620,00
2015	1.958.847,97	1.415.176,86	22,48	0	543.648,63
2014	140.802,73	1.350,00	0	0	139.452,73
2013	931.180,67	9.250,00	0	0	921.930,67
2012	129.631,88	0	0	0	129.631,88
2011	8.372,00	0	0	0	8.372,00
2010	97.208,68	0	0	0	97.208,68
TOTAL	81.426.100,45	56.741.020,80	18.242.598,10	133.913,63	6.308.567,92

OBS: A coluna "D" contempla os valores originalmente inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2018, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

Outras informações a respeito da execução orçamentária dos restos a pagar podem ser consultadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis (nota 27).

4.1.5 Principais desafios e ações futuras

A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, limitou as despesas primárias para cada órgão federal. Nesse contexto, o maior desafio dos diversos órgãos para os anos vindouros, no que tange aos aspectos orçamentário e financeiro, é a adequação das despesas ao limite constitucional.

No caso da Câmara dos Deputados, em que as despesas de pessoal equivalem a mais de 80% da execução orçamentária total do órgão, o desafio maior será exatamente neste grupo de despesa, especialmente em razão das aposentadorias e pensões que deverão ser concedidas nos próximos exercícios. Essas aposentadorias e pensões continuam gerando despesa para o órgão, o que limitará sobremaneira a ocupação das vagas abertas.

A título de exemplo, em 2018, houve a concessão de 106 aposentadorias e apenas 37 servidores entraram em exercício. Diversas unidades administrativas do órgão já sentem a carência de servidores. O gráfico ao lado representa, dentre as ações de pagamento de pessoal, a evolução do percentual cabível às ações de pessoal ativo e inativo/pensionista.

Verifica-se que, desde 2015, a despesa com pessoal ativo foi reduzida em mais de 3 pontos percentuais, ao passo que a despesa com pessoal inativo/pensionista foi acrescida no mesmo percentual.

Evolução da despesa executada com Pessoal Ativo e Inativo/Pensionista (%)



Fonte: Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

* Inativos/Pensionistas inclui as despesas com aposentados e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas

Além das despesas com pessoal (GND 1), a Câmara dos Deputados deve continuar empreendendo ações de controle sobre as demais despesas de caráter continuado de modo a não comprometer as atividades essenciais da Casa nem a observância do Novo Regime Fiscal.

Nesse contexto, as principais ações futuras a serem adotadas pela Casa envolvem a readequação/relocação de seu pessoal para suprir as diversas atividades do órgão, buscando eficiência e otimização de processos, assim como manter controle das demais despesas continuadas, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

4.2 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas, de forma ampla, está pautada pela [Lei nº 8.112, de 1990](#), e pelo [Ato da Mesa nº 76, de 2013](#), que institui a Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados e tem por finalidade orientar as ações e as decisões referentes a essa área, além de estabelecer seus princípios e diretrizes.

É também norteador das ações em gestão de pessoas o [Ato da Mesa nº 151, de 2014](#), que institui a Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho da Câmara, consoante a linha de atuação estratégica definida como "Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida".

4.2.1 Composição e distribuição da força de trabalho

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



Apresenta-se a seguir a distribuição dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados por sexo, etnia/raça, faixa etária e escolaridade.

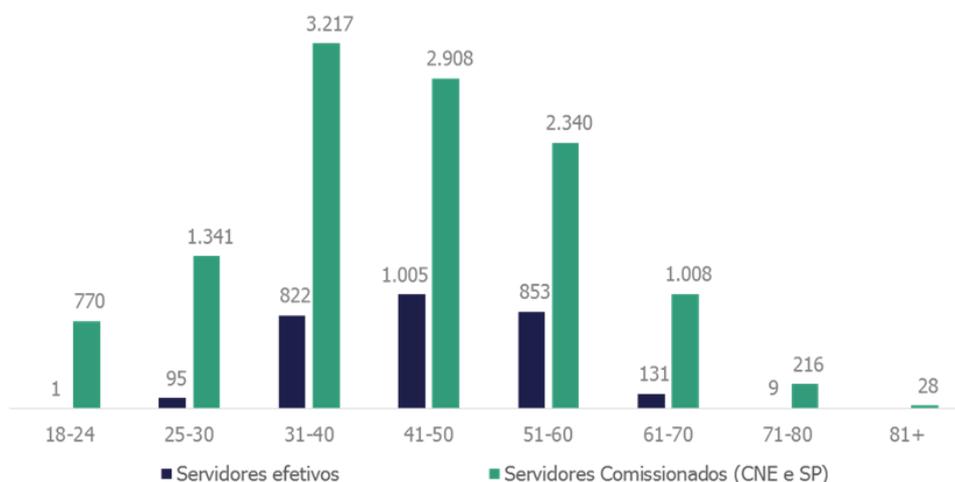
TABELA - QUANTIDADE DE SERVIDORES POR SEXO E RAÇA/COR



Efetivos(as)	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informado	Total
♂ Homens	13	522	1	311	32	853	1732
♀ Mulheres	18	420	2	204	20	568	1232
Servidores(as) comissionados							
♂ Homens	25	2686	11	1581	331	2131	6765
♀ Mulheres	43	2303	15	1383	225	1869	5838

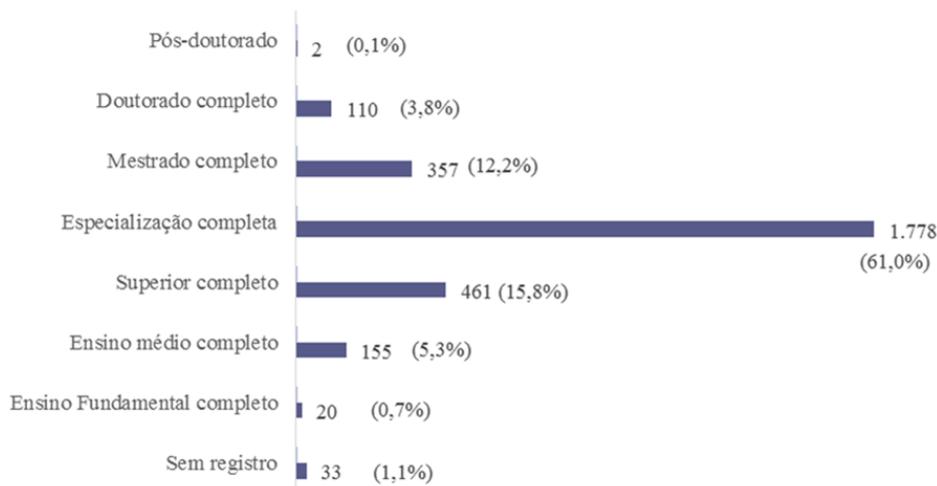
Os dados de raça e cor foram obtidos por meio de pesquisa realizada no mês de março/2018, na qual a maioria dos servidores fizeram a autodeclaração de etnia. O quantitativo pode apresentar uma variação, em decorrência do número de servidores que se aposentaram ao longo do exercício ou foram exonerados.

Servidores por faixa etária



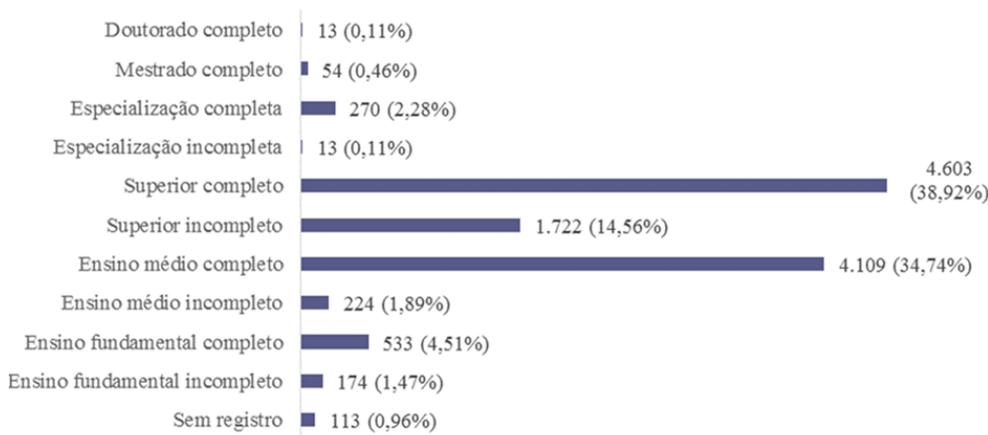
Em geral, a faixa etária dos servidores é um dado que norteia políticas de saúde, qualidade de vida e o controle acerca das previsões de aposentadoria na Casa.

Servidores efetivos por escolaridade



A maioria dos servidores efetivos (61%) possui, além de um nível superior, uma especialização completa. Esse dado demonstra o esforço dos servidores e o incentivo da instituição em manter um quadro técnico atualizado e capacitado. Entre os servidores comissionados, a maioria possui nível médio ou nível superior.

Servidores comissionados por escolaridade (CNE e SP)



Fonte: Departamento de Pessoal.

4.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação e outros desafios da área de gestão de pessoas

O [Ato da Mesa nº 131, de 2016](#), regulamenta a alocação de servidores ocupantes de cargos efetivos na Casa. O normativo tem como propósito melhor distribuir e movimentar os servidores efetivos entre as unidades administrativas, bem como adequar o perfil individual às características das tarefas executadas em cada área de trabalho, além de propor uma participação mais ativa da área de pessoal nos processos administrativos que envolvam mudanças de lotação entre os órgãos, para que não haja excesso nem desfalque de servidores nas áreas.

Em relação à alocação de servidores, a Câmara mantém um serviço voltado ao atendimento de servidores que buscam uma nova tarefa e/ou local de trabalho.

Ainda está em curso a construção de uma nova estratégia, tendo como foco a Política de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados. O objetivo é criar e desenvolver programas alinhados às diretrizes e aos princípios estabelecidos pela gestão estratégica da Câmara e pela Política, bem como imprimir maior eficiência à gestão de pessoas. A próxima fase consistirá em estabelecer indicadores e priorizar novas ações.

4.2.2.1 Concursos públicos, reintegrações e nomeações

Os atos firmados pelo Presidente desta Casa, no que diz respeito à nomeação de servidores ocupantes de cargos efetivos, e o quantitativo dos que retornaram à atividade em 2018, por reversão e reintegração⁷, estão relacionados abaixo.

Quantitativo de Servidores Efetivos que Entraram em Exercício em 2018



Quantitativo de Servidores Efetivos que Retornaram à Atividade em 2018



Ao final de 2018, não havia concursos públicos vigentes e tampouco previsão de realização de certames.

4.2.3 Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União, está demonstrada por meio do quadro a seguir, que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente aos exercícios de 2017 e 2018

⁷ Sendo 4 por reversão, 1 reintegração e 1 retorno à atividade (dados coletados em 31/12/2018).

Quadro 4 – Despesas de pessoal

Tipologia / exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores ^{(1) (2)}	Decisões judiciais ⁽²⁾	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários ⁽¹⁾	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2018	208.520.676	-	17.028.598	-	27.213.190	7.891.854	-	3.047.027		263.701.345
2017	218.200.705	-	17.787.122	-	8.639.893	8.541.250	-	1.725.173		254.894.143
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2018	920.151.996	116.826.716	90.141.910	79.286.861	45.041.746	39.387.001	194.932	1.437.150		1.292.468.312
2017	927.583.109	111.860.105	89.981.401	81.953.439	44.260.907	36.658.472	224.959	1.368.619		1.293.891.011
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade jurisdicionada										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)										
2018	798.778.482	-	66.772.643	32.417.212	194.718.350	8.530.577	10.512	4.600.538	91.584	1.105.919.898
2017	755.476.149	-	63.217.622	35.412.463	188.211.126	6.269.907	10.925	6.517.031		1.055.115.223
Servidores cedidos com ônus										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário										
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenação de Pagamento de Pessoal/Sigesp e Coordenação de Administração Financeira/Defin.

Observação:

* Trata-se de despesas com a força de trabalho.

**A contabilização das despesas com servidores cedidos pela Câmara, cedidos à Câmara dos Deputados e sem vínculo (comissionados) não possibilita o desdobramento dessas informações. Portanto, indica-se como "servidores sem vínculo" (investidos em cargo em comissão) os cedidos à Câmara e "servidores de carreira vinculados ao órgão" (servidores concursados de nível médio e nível superior) aqueles cedidos pela Câmara.

(1) Valores de 2017 foram alterados para inclusões de assistência médica referente Pró-Saúde-Escolha Dirigida e reembolso de despesas de assistência à saúde de parlamentares.

(2) Valores de 2017 de "Decisões judiciais" foram realocados para coluna de "Despesas de exercícios anteriores".

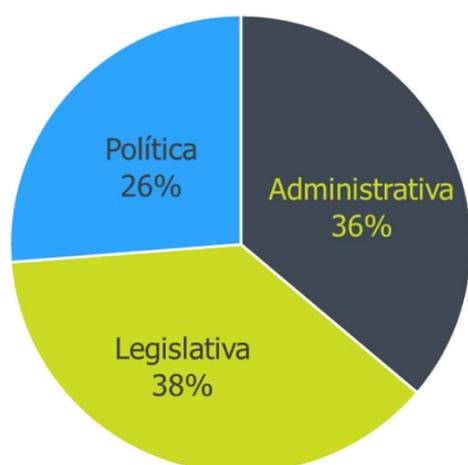
4.2.4 Avaliação de desempenho, carreira e remuneração

A avaliação de desempenho, regulamentada pelas [Resolução nº 21, de 1992](#), [Resolução nº 39, de 1982](#), [Resolução nº 30, de 1990](#), [Portaria nº 166, de 2007](#), [Portaria nº 145, de 2008](#), é realizada somente para fins de progressão funcional dos servidores efetivos, de acordo com o plano de carreira. Em 2018, 1.256 servidores foram avaliados. Destes, apenas 0,15% não tiveram progressão por apresentarem desempenho insuficiente.

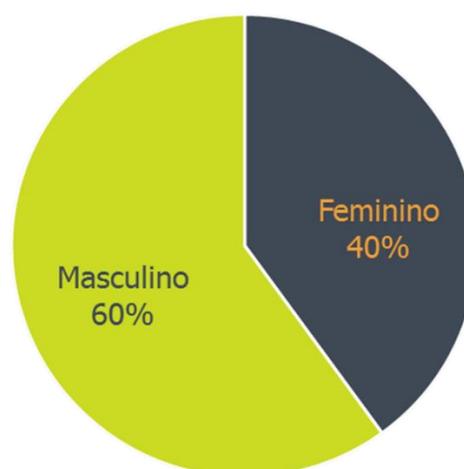
Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Em 2018, 68 servidores concluíram o estágio probatório⁸.

A carreira legislativa contempla também funções comissionadas, que são ocupadas exclusivamente por servidores efetivos. Na Câmara, existem funções comissionadas gerenciais e de assessoria. O quantitativo de cada função encontra-se no site da [transparência da CD](#). Os gráficos abaixo ilustram a distribuição dessas funções por área de atuação e por gênero.

Funções comissionadas por área



Funções comissionadas por gênero



Observação: área política: órgãos vinculados diretamente a um deputado; área legislativa: órgãos que assessoram diretamente a atividade parlamentar; e área administrativa: demais órgãos da Casa.

As informações quanto à remuneração podem ser obtidas no [Portal da Câmara](#)⁹.

4.2.5 Controle sobre acumulação remunerada de cargos

Os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor. Ao identificar a situação de acumulação de cargos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam anualmente declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade.

⁸ O estágio probatório é regulamentado pela [Lei nº 8.112, de 1990](#), [Portaria nº 70, de 1997](#), e [Portaria nº 365, de 2014](#).

4.2.6 Aposentadoria

Ao longo dos últimos anos, o corpo funcional de carreira vem apresentando significativa diminuição, tendo em vista que o ingresso de servidores tem acontecido em menor escala que as vagas surgidas, principalmente devido às aposentadorias. A Câmara já possui 3.312 servidores aposentados. Deste total, no ano de 2018, foram concedidas 106 aposentadorias, o que representa 3% dos cargos efetivos existentes. A reposição de pessoal perfaz o total de 37 novos servidores aprovados em concursos públicos, quantitativo inferior aos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional, em 2018, foi acrescido de 69 cargos desocupados, totalizando 728 vagas, ou 20% do total de 3.640 cargos efetivos existentes. Mais informações acerca dos cargos vagos estão no [portal da Câmara](#).

Essa tendência deve permanecer, porque existem 619 servidores aptos a se aposentarem nos próximos 3 anos. Registra-se que, em 2019, 396 servidores poderão exercer o direito de aposentadoria, elevando o déficit, caso não haja reposição. Na página de transparência da Câmara ([Recursos Humanos](#)), podem ser obtidas mais informações sobre aposentadoria.

Até o ano de 2015, observava-se que a média de idade dos servidores no momento da aposentadoria, aumentava gradativamente. Após o início da apreciação da proposta de reforma da previdência (PEC 287/2016), apresentada em dezembro de 2015, registrou-se queda na média de idade nos anos seguintes.

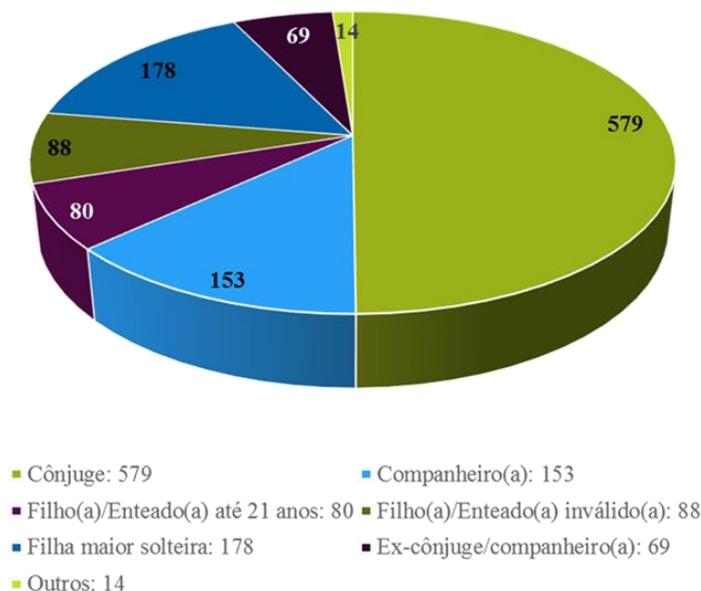


Caso não ocorra reposição com a realização de concursos públicos, alguns órgãos da Casa poderão ter suas atividades comprometidas em virtude da carência de pessoal. Os cargos de Analista Legislativo - Técnico em Material e Patrimônio, Analista Legislativo - Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Analista Legislativo - Contador e Analista Legislativo - Médico, de acordo com projeções de aposentadorias para os próximos 3 anos, poderão ter um déficit de até 70%, 50%, 45%, e 29%, respectivamente, no número de servidores.

Tendo em vista as dificuldades no recrutamento de novos servidores, a Câmara, a fim de minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores, buscou fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do [Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho](#), [Programa de Valorização do Servidor](#) e [Programa de Educação Continuada em Gestão](#).

4.2.7 Pensão civil

Em 2018, existiam 1.161 beneficiários de pensão civil, conforme detalhado abaixo.



4.2.8 Indicadores de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

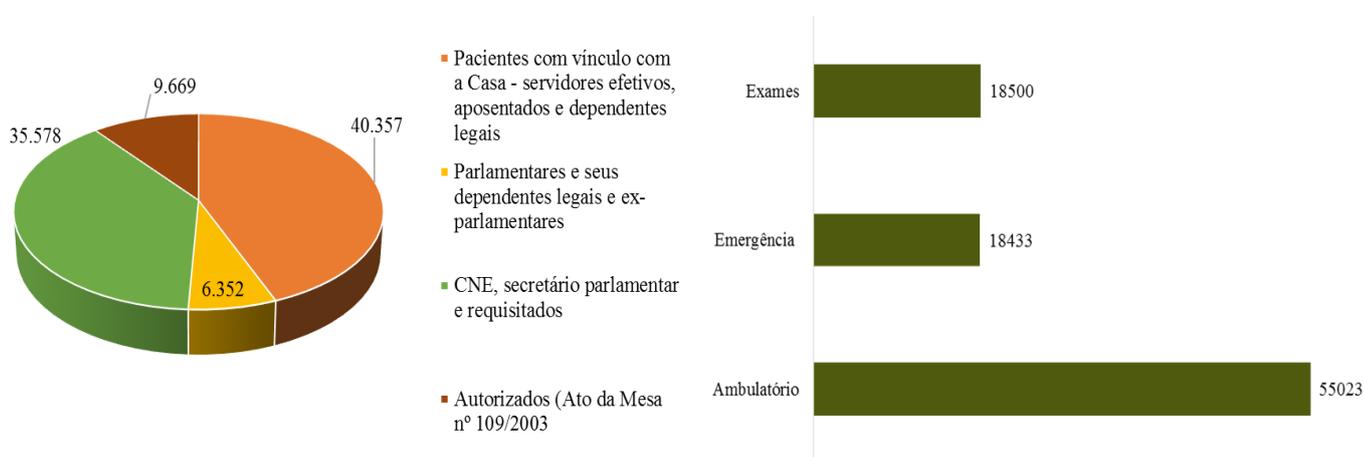
A Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pelo [Ato da Mesa nº 151, de 2014](#), estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e a avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos.

Mediante a atuação do Departamento Médico, em ações conjugadas com outros órgãos da Casa, a Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações.

4.2.8.1 atendimentos e Procedimentos Realizados

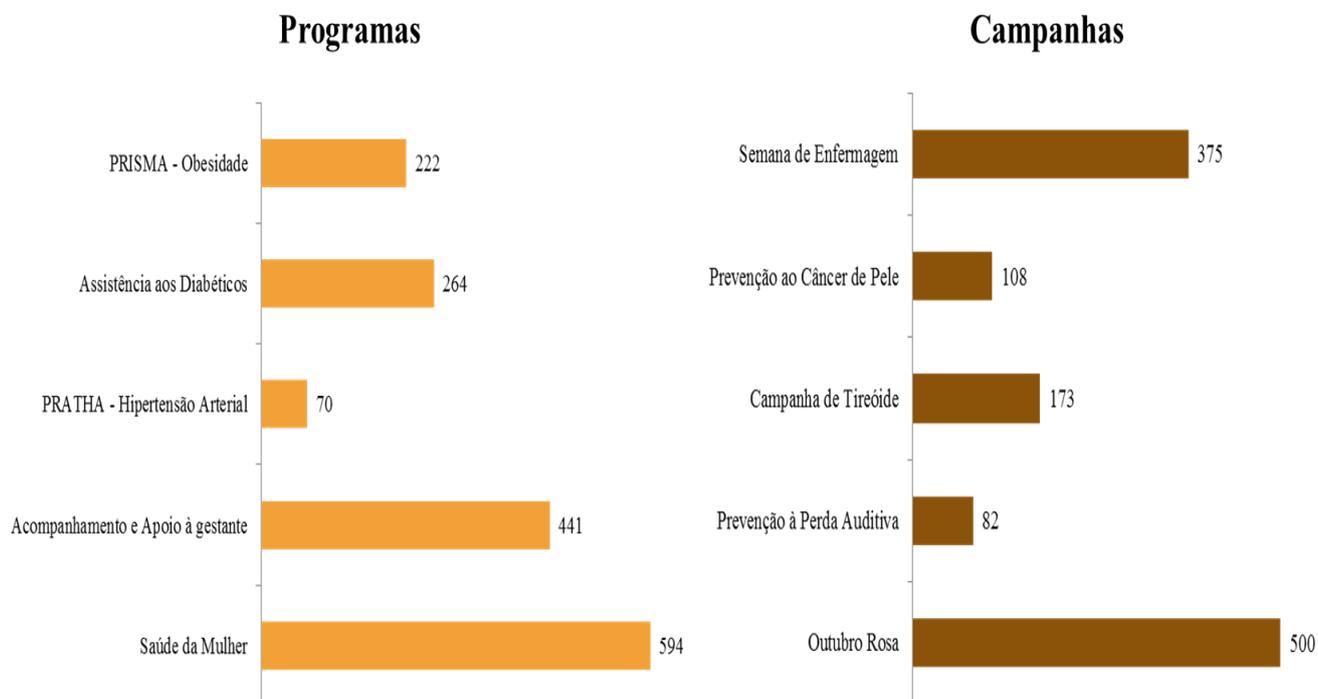
Em 2018, a Câmara dos Deputados realizou 91.956 atendimentos emergenciais, de ambulatorio e para exames diagnósticos. As figuras abaixo demonstram os atendimentos conforme vínculo com a Casa e categoria de assistência. Destes, 20% foram atendimentos emergenciais.

Atendimentos realizados em 2018



4.2.8.2 Indicadores de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho

Com o foco nos objetivos estratégicos da área de RH, foram realizados programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral, cujos quantitativos de atendimentos/procedimentos realizados em 2018 são apresentados a seguir.



4.2.8.3 Absenteísmo

Em 2018, foram registrados 8.181 dias de afastamentos para tratamento de saúde de servidores efetivos e comissionados. As doenças que mais frequentemente ensejam afastamento são as ‘doenças do aparelho respiratório’, ‘fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde’ e as ‘doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo’. Os transtornos mentais e comportamentais são os responsáveis pelo maior número de dias de afastamento, seguidos pelos fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde e doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Houve, em 2018, uma redução do número de atestados e do total de dias de afastamento. Isso representa uma inversão à tendência observada entre os anos de 2015 a 2017, quando houve um aumento progressivo desses quantitativos.

4.2.8.4 Acidentes de trabalho

Em 2018, ocorreram 57 acidentes de trabalho, sendo 56 típicos e 1 de trajeto. Em comparação a 2017, houve redução de 12,3% no número de acidentes, o que acredita-se resultar de ações preventivas implementadas na Câmara dos Deputados como: participação nas ações educativas em relação à prevenção de acidentes com perfuro-cortantes e avaliação constante de partes da estrutura física consideradas como fator de risco de acidentes, visando à adequação de pisos e escadas.

A maior prevalência de acidentes típicos está em trabalhadores terceirizados, tendo em vista a natureza do trabalho desenvolvido (atividades de marcenaria, eletricitista, pedreiro, limpeza, dentre outras), o que implica maiores riscos a esse grupo de trabalhadores. Já em relação aos servidores efetivos, as ocorrências mais frequentes são de caráter ergonômico.

4.2.8.5. Doenças ocupacionais

Em 2018, houve 1.001 atendimentos no programa “Exame Periódico de Saúde”, sendo 712 em servidores de áreas gerais e 289 em servidores de áreas com risco ocupacional. Foi observado uma diminuição de 1% nos atendimentos em relação a 2017, com prevalência de problemas relacionados à saúde mental (56,4%) e osteomusculares (31,9%).

Também foram realizados 543 atendimentos voltados para inspeções ergonômicas (individual), escola de postura e ginástica laboral. Essas ações têm como objetivo conhecer a atividade do trabalho e seu contexto laboral para identificar possíveis fontes de adoecimento e, através desse diagnóstico, produzir recomendações para melhoria do bem-estar no trabalho e serviços.

Como uma das formas de combater o adoecimento no ambiente de trabalho, a Câmara realiza o Projeto Saúde Integral que já está no seu sétimo ano, promovendo palestras e debates para trazer informações e novos pontos de vista que ampliem a visão no cuidado à saúde e a promovam em todos os seus aspectos: físico, emocional, mental, social e espiritual.

4.2.8.6 Ações de qualidade de vida no trabalho

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa nº 27, de 2003](#), o programa conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, atuando nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

As ações e campanhas desenvolvidas em 2018 estão detalhadas abaixo.

Ações de qualidade de vida no trabalho	Quantidade de eventos	Pessoas atendidas
Prevenção ao tabagismo	1	11
Preparação para aposentadoria	2	107
Educação financeira	8	1.037
Acompanhamento funcional	-	307
Orientação lotação	-	58
Consultoria interna em SSQVT	-	3
Total geral	11	1.523



4.2.8.7 Clima organizacional

No final de 2018, a Câmara dos Deputados iniciou uma pesquisa de clima organizacional para verificar a percepção dos servidores e colaboradores em relação ao ambiente de trabalho. O objetivo é identificar aspectos que influenciam o comportamento profissional e afetam o desempenho da instituição. A aplicação periódica da Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação no Trabalho foi instituída pela Portaria DG nº 240/2018. Neste primeiro ciclo de aplicação, participaram servidores efetivos, CNEs e terceirizados que possuem e-mail institucional.

Os resultados da aplicação da pesquisa de clima organizacional e seus desdobramentos para a Gestão de Pessoas estão em fase de conclusão.

4.2.8.8 Desafios na área de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Câmara enfrenta o desafio de manter o índice de atendimento satisfatório, tendo em vista a possibilidade de aposentadoria dos profissionais da área de saúde.

Outro aspecto importante é a valorização do cuidado com a saúde mental, principalmente na prevenção de doenças ou sofrimento mental. É necessário dedicar atenção aos fatores relacionados ao ambiente de trabalho: organização do trabalho, natureza das tarefas, respeito às diferenças, adequação do perfil profissional ao local de trabalho, etc., para que se evite, de forma geral, um aumento nos casos de sofrimento mental, assédio, adoecimento e suicídio.

4.2.8.9 Redução de despesas na área de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

No ano de 2018, a Câmara implementou medidas relacionadas à redução de custos na área médica, com base nas diretrizes da Casa. As ações envolveram diversos processos de trabalho e as principais consistiram em:

- Alteração do horário de funcionamento da Coordenação de Emergências Médicas, extinguindo o funcionamento aos finais de semana e noturno (exceto terças e quartas-feiras), e transferindo força de trabalho para os horários de maior movimento. Essa medida resultou em redução nas despesas com pagamento de adicional noturno e de final de semana e, ainda, nos custos de manutenção da estrutura predial em funcionamento;
- Priorização da publicação dos materiais educativos para as campanhas e programas no formato digital; e
- Adequação dos quantitativos de consumo de materiais, insumos, reagentes e medicamentos, evitando desperdícios e vencimento de materiais.

4.2.9 Capacitação e desenvolvimento de pessoas

O alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Câmara exige a constante capacitação e especialização de seus servidores, uma vez que os resultados a serem alcançados dependem fortemente da atuação de pessoas preparadas para as demandas permanentemente impostas à instituição.

A formação cidadã é voltada para a disseminação de valores democráticos, por meio de ações educacionais presenciais e virtuais, a fim de contribuir ao pleno exercício da cidadania política. Suas diretrizes de atuação encontram-se descritas no Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Casa, na [Política de Recursos Humanos](#), no Projeto Pedagógico Institucional e no [Regulamento](#) do Cefor.

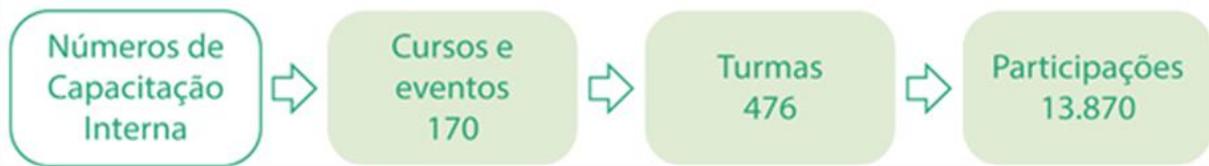
A Câmara dos Deputados tem como um de seus propósitos promover a educação legislativa e prover a Casa de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. A educação legislativa é realizada de forma sistemática fundada em três funções educacionais integradas e coordenadas: a **educação continuada** do corpo funcional, a **produção e disseminação de conhecimento** acerca do Poder Legislativo e a **educação para a democracia**.

4.2.9.1 Educação Continuada

➤ Capacitação interna

Entre as ações e cursos ofertados, no contexto da capacitação interna, destacam-se os Programas de Educação Continuada (PEC) que correspondem a um conjunto de ações educativas voltadas para atender a determinados públicos ou desenvolver conjuntos de competências específicas de áreas ou atividades consideradas relevantes à missão institucional. O principal desafio em relação a esse programa é sua constante atualização e consequente capacitação dos gestores em todos os conteúdos que sejam considerados prioritários no contexto da gestão estratégica.

Em 2018, o quantitativo de participantes foi de 13.870, conforme detalhamento a seguir.



PEC Aquisições



Trilha de Capacitação em Processo Legislativo



➤ Capacitação externa

Como forma alternativa de capacitação, os servidores podem participar de ações de formação, capacitação ou aperfeiçoamento promovidas por outras organizações. Essas ações possibilitam atualização em diversos campos de atuação profissional dos servidores efetivos da Casa, além de proporcionar intercâmbio de experiências, ampliação de redes de aprendizagem e divulgação de boas práticas e do conhecimento institucional. Dos 1.702 processos de capacitação externa, 30% geraram ônus adicionais com passagens e/ou diárias e inscrições.



4.2.9.2 Produção e disseminação de conhecimento

➤ Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação da Casa atua em três vertentes integradas – ensino, pesquisa e extensão - e tem o papel de desenvolver uma pedagogia do conhecimento aplicada ao campo do legislativo, ao tempo em que se afirma como espaço ideal de produção e disseminação de saberes sobre o parlamento e a democracia no Brasil.

Na dimensão do ensino, inclui a oferta de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, desenvolvidos exclusivamente ou em parceria; curso de mestrado profissional em Poder Legislativo e de doutorado interinstitucional, por meio da contratação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ, que, em 2018, formou 12 (doze) doutores.

Entre os cursos de especialização, destacam-se em 2018 os Cursos de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Senado Federal (SF) e de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com o TCU, SF e o Instituto Latino-Americano (ILANUD/ONU), com total de 80 alunos.

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado por meio de pesquisas realizadas nos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), os quais se propõem a diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover análises, sistematização e aprimoramento de suas práticas. Destacam-se neste ano os cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa – Oficina *Lattes* (abril e outubro); Oficina de Normalização de Trabalhos Acadêmicos (novembro) e Oficina de Projetos de Pesquisa (dezembro).

A vertente da extensão engloba a difusão e divulgação do conhecimento e as ações junto ao público externo. Na disseminação da produção científica, a revista eletrônica [E-Legis](#) este ano passou a contar com tradução para os idiomas inglês e espanhol. A [IX Jornada de Pesquisa e Extensão](#), em 2018, reuniu pesquisadores e alunos de diversas instituições sobre o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”.

Um desafio para a gestão de pessoas é aproximar ainda mais as áreas técnicas da Câmara dos Deputados dos relevantes resultados científicos obtidos por meio das pesquisas e trabalhos de conclusão de curso.



4.2.9.3 Educação para a democracia

A sociedade brasileira também é parte do público-alvo das ações educativas da Câmara, a partir do reconhecimento de que Poder Legislativo tem o papel de contribuir para a formação dos cidadãos para a vivência democrática. Nesse sentido, são oferecidas ações educativas em vários níveis, nas modalidades presencial e a distância, para que os cidadãos conheçam a Câmara dos Deputados, compreendam seu papel e obtenham formação em temas correlatos.

Os programas presenciais são projetados, de modo geral, em sistema de imersão e se utilizam de técnicas de pedagogia ativa para atender a grupos de servidores, professores, representantes da sociedade civil organizada, cidadãos em geral, formatos que têm sido bem avaliados. Dentre esses programas, destacam-se [Estágio Visita](#), [Estágio-Participação](#), [Missão Pedagógica no Parlamento](#) e [Oficinas de Atuação no Parlamento](#). Estudantes, nos últimos anos, têm representado cerca de 80% de um total aproximado de 2.000 pessoas/ano, quantitativo limite de nossa capacidade de atendimento com os recursos disponíveis.

No campo virtual, os produtos de educação para democracia são disponibilizados por meio de dois endereços virtuais: um site ligado ao domínio da Câmara, que pode ser acessado a partir da página principal (www.camara.leg.br/evc) ou diretamente por meio de: <https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/> e um canal no YouTube ([EVC– Câmara dos Deputados](#)).

Quanto ao desenvolvimento de objetos de aprendizagem para a Escola Virtual de Cidadania - EVC, houve intensificação na produção de novos conteúdos, em formatos mais modernos, atrativos e inovadores, até mesmo considerando a perspectiva da acessibilidade às pessoas com deficiência (PcD).

Dentro da EVC também está presente o Flux, considerado uma nova forma de desenvolver cursos a distância.

Um desafio da área é a divulgação das ações educativas da Câmara dos Deputados. Para isso, estão em planejamento parcerias estratégicas para realização de diagnósticos, desenvolvimento e cessão de conteúdos e apoio à divulgação e veiculação dos produtos. Também estão sendo desenvolvidos estudos para a melhoria da arquitetura das páginas e centralização dos acessos.

VALE A PENA ACESSAR

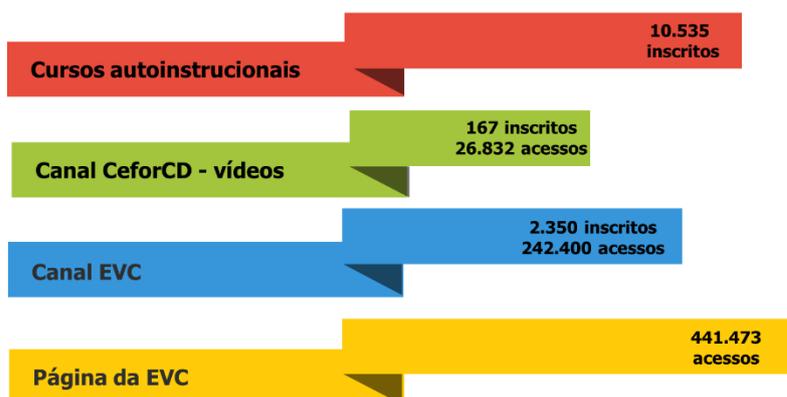
[Eleições – o que muda](#) - aborda as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional n. 97/2017.

[Verdade ou Consequência](#), um diálogo sincero entre deputados e cidadãos, que trata da organização da Câmara, também disponível em formato de [revista em quadrinhos](#).

[Inclusão, Educação e Trabalho](#) –traz temas relevantes sobre pessoas com deficiência (possui Libras). Dessa série foram produzidos 5 vídeos sobre [Como lidar com pessoas com deficiência](#).

[O papel das Leis](#) – discorre sobre para que existem leis.

Números na educação a distância – EAD



A Câmara busca diversificar sua atuação em termos de público-alvo e também em relação às modalidades de atuação, conforme o previsto em seu projeto pedagógico e nos objetivos estratégicos.

No entanto, há alguns desafios que ainda precisam ser superados, como a limitada estrutura e o desenvolvimento de novas capacidades para a elaboração de novos programas e produtos a distância, que poderão propiciar o incremento das ações de educação legislativa em termos de alcance e relevância.

4.2.9.4 Estágio universitário

A Câmara dos Deputados, em conformidade com o [Ato da Mesa nº 81, de 2013](#), oferece estágio universitário por meio de convênios com 9 (nove) instituições de ensino do Distrito Federal.

As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino, quanto na Câmara. Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no [portal](#) da Câmara dos Deputados. O estágio universitário conta com 244 vagas conveniadas, sendo 11 preenchidas por pessoas com deficiência.

O quadro a seguir ilustra a distribuição das vagas conveniadas de estágio vigentes em cada trimestre, por área de lotação. O estudante recebe bolsa-estágio no valor correspondente a R\$ 1.120,00, acrescida do auxílio-transporte de R\$ 10,00 por dia estagiado.

Quadro 5 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total	Área-fim	Área-meio	Total		
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00
2016	145	113	258	119	93	212	84	68	152	60	61	121	3.002.817,86	257.448,01
2017	67	58	125	117	86	203	137	96	233	138	98	232	2.058.397,60	373.573,07
2018	126	80	206	149	108	257	135	103	238	125	104	229	2.253.384,40	410.362,67

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

4.2.9.5 Redução de despesas na área de capacitação e desenvolvimento de pessoas

Visando economia processual e financeira, considerando a política de valorização do servidor e a circulação do conhecimento institucional, foram priorizadas as contratações via Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, prevista na Lei nº 8.112, de 1990, como retribuição a servidores públicos federais da Câmara ou de outros órgãos públicos. Dessa forma, reduziu-se o gasto com o pagamento a instrutores contratados externamente, via Lei nº 8.666, de 1993, (item de despesa “Instrutoria externa para público interno”). Desse modo, no ano de 2018, foi executado um valor de R\$ 91.770,84, de um total de R\$ 350.000,00 disponível no orçamento.

Ainda como forma de economia de recursos, diversos eventos organizados em locais externos foram realizados em 2018 sem custos de locação, em virtude de acordos de cooperação mantidos entre a Câmara e outros órgãos públicos, como, por exemplo, o TCU. Desse modo, no item de despesa “Locação de espaço físico para eventos”, foi executado somente um valor de R\$ 8.232,04, de um total de R\$ 160.000,00 previsto no orçamento.

4.2.10 Responsabilidade social

A Câmara possui o Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente), cujo objetivo é a inclusão social de jovens adolescentes, por meio da formação técnico-profissional do adolescente aprendiz, com amparo na [Lei nº 10.097, de 2000](#) (Lei da Aprendizagem).

O Pró-Adolescente conta com 430 jovens que trabalham de segunda a sexta-feira, com jornada de 4 horas diárias, nos horários da manhã (das 8 às 12 horas) ou da tarde (das 14 às 18 horas). Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/programa-pro-adolescente>.

4.2.11 Contratação de pessoal de apoio

A Câmara dos Deputados não terceiriza serviços relacionados à sua atividade-fim. Por outro lado, em relação às atividades-meio, informa-se que, em 31/12/2018, esta Casa dispunha de 3.209 postos de serviços terceirizados de diversas categorias. O quantitativo de terceirizados foi aumentado, em relação ao exercício de 2017, em aproximadamente 1,52%.

As principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no [portal](#) da transparência da Câmara dos Deputados. Além disso, desde a entrada em vigor da [Lei nº 12.465, de 2011](#), esta Casa publica em seu [site](#) uma relação de todos os seus prestadores de serviços terceirizados com nome, função, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

4.3 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Na Câmara dos Deputados, a gestão do patrimônio e da infraestrutura são, *lato sensu*, atribuições da Diretoria Administrativa (Dirad), que responde ainda por outras atividades diretamente relacionadas. Ressalta-se a incorporação de questões relacionadas à sustentabilidade, a qual constitui uma premissa da Câmara.

No âmbito das compras e contratações públicas, houve a consolidação da Central de Compras da Câmara dos Deputados, que é mais bem detalhada no [item 4.3.3](#) deste relatório.

Em relação aos desafios da gestão de patrimônio e infraestrutura, de modo geral, destaca-se a necessidade da recomposição da força de trabalho em curto prazo, com o fim de não gerar possíveis impactos negativos na execução das atividades. A escassez da mão de obra tem sido trabalhada pelo lado da eficiência administrativa, com a implementação de controles e mudanças de processo, além de projetos e propostas de alteração da legislação interna que gerem reais possibilidades de ganhos operacionais.

As propostas em andamento incluem a mudança na regulamentação da gestão e fiscalização de contratos, a alteração dos procedimentos de pesquisa de preços em contratos continuados e a mudança nos processos de aquisição e de liquidação da despesa. Além disso, existe o Programa de Gestão Continuada com o foco em Aquisições (PEC-Aquisições), direcionado à capacitação, de forma estruturada e orgânica, dos gestores da Câmara.

Assim, neste item são apresentadas informações sobre a gestão do patrimônio e infraestrutura, no que tange à gestão da frota de veículos própria e terceirizada, gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Central de Compras.

4.3.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O normativo que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa nº 63, de 2005](#), o qual disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e as suas responsabilidades, além de outras disposições.

4.3.1.1 Plano de substituição da frota

Os contratos de locação dos veículos preveem que, a partir de dois anos de uso do veículo, a Câmara dos Deputados poderá solicitar sua substituição por um mais novo. Esta condição é uma das grandes vantagens de se ter frota terceirizada. Portanto, o modelo de locação proporciona a obtenção de uma frota sempre nova, praticamente sem custos adicionais.

Os veículos próprios remanescentes são em pequeno número e serão substituídos à medida em que haja necessidade real.

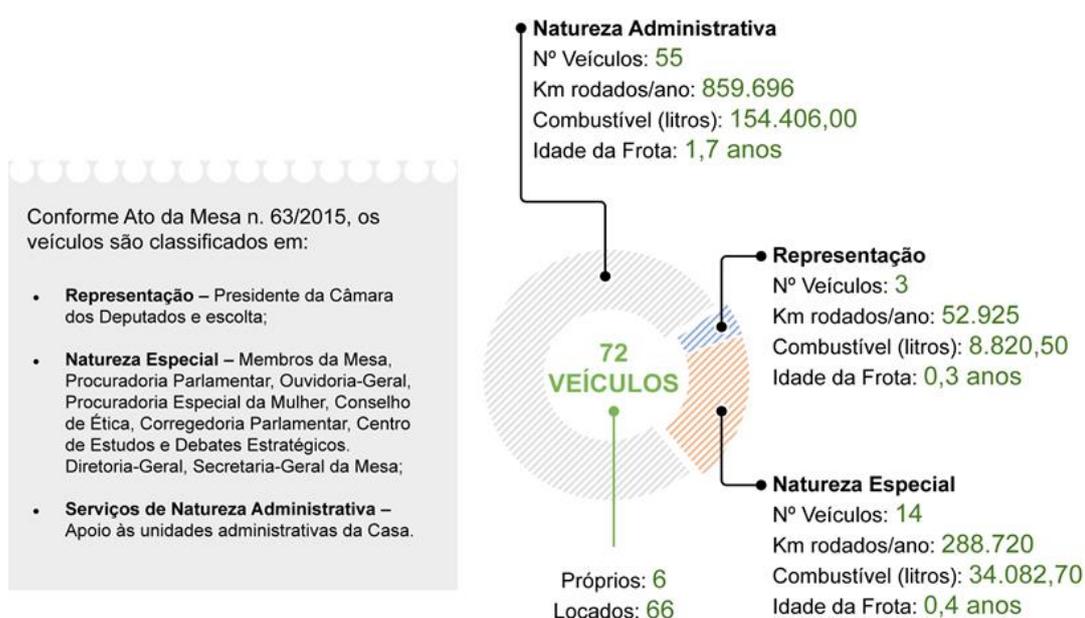
A Câmara dos Deputados optou por migrar, gradativamente, do modelo de gestão de frota própria para terceirizada. Nele, restou evidenciado que a migração para frota terceirizada apresentava vantagens em relação ao modelo de frota própria. A redução da estrutura física em 670 m², a redução da estrutura administrativa, a extinção dos contratos de mão de obra para manutenção dos veículos (mecânicos, lanterneiros, pintores, borracheiros, etc.), do contrato para fornecimento de peças de reposição, do contrato para manutenção dos equipamentos e ferramentaria da oficina, das despesas de pessoal de apoio na oficina e no almoxarifado (estoque) de peças levaram à conclusão de que a melhor opção seria a mudança no modelo de gestão para frota terceirizada.

4.3.1.2 Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 6 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 66 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, número de usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas a sua manutenção, estão apresentadas a seguir:



4.3.1.3 Redução de despesas na área de transportes

Em 2018, os fatos mais significativos ocorridos no que refere à redução de despesas na área de transportes foram os seguintes: supressão de seis postos de trabalho no contrato de motoristas, que vai gerar uma economia anualizada de aproximadamente R\$ 670.000,00; redução de 11 veículos locados, que proporcionou uma economia anualizada de R\$ 171.600,00; com as mudanças no “Termo de Referência e Especificações” para o novo contrato de locação de veículos (vigente desde julho/2018), foi possível contratar veículos mais baratos, que possibilitarão uma economia anualizada de R\$ 164.205,72. Destaca-se, também, a implantação do Táxi Leg.

▪ Táxi Leg

Na busca de soluções de logística que agregassem eficiência e economicidade, a Câmara dos Deputados implantou o ‘serviço de agenciamento de transportes por meio de veículos por demanda via solução tecnológica (aplicativo ou web)’, denominado Táxi Leg que é disciplinado pela [Portaria nº 151, de 2018](#), nos termos e condições do contrato nº 2018/106. Destinado a atender as demandas de transportes para ‘serviços administrativos’, a contratação do serviço permitiu reduzir a frota locada de veículos e suprimir de 5 postos de trabalho (motoristas).

Demanda e utilização do Sistema TáxiLeg

TáxiLeg é o serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via *web*, usado pela Câmara dos Deputados, e funciona nos moldes do sistema implantado pelo Ministério do Planejamento, o TáxiGov. Efetivamente implantado em agosto, foram **3.106** demandas/atendimentos realizados pelo Sistema TáxiLeg até o fim de dezembro.

Gráfico 3 – Demandas/atendimentos mensais do Sistema TáxiLeg



Imagem 1 – Comparativo entre modalidades de serviço

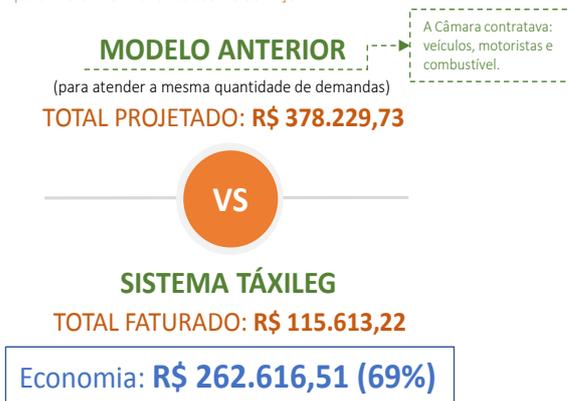


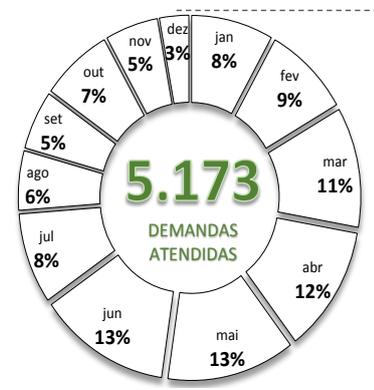
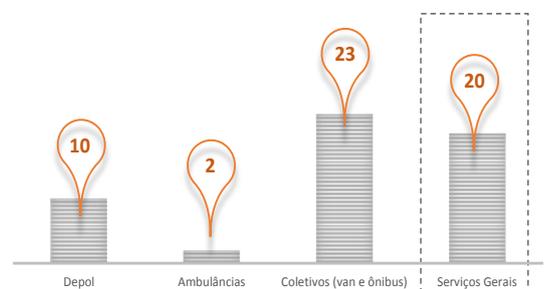
Imagem 2 – Resultados do período



Demanda e utilização da frota de Natureza Administrativa para atendimento de Eventos e Serviços Gerais

Observa-se que, com a implantação gradativa do Sistema TáxiLeg, ocorrida efetivamente em agosto, o número de demandas registrado apresentou uma queda a partir do segundo semestre do ano.

Gráfico 4 – Frota de veículos de Natureza Administrativa



4.3.1.4 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens sob sua responsabilidade, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação de seu valor.

A frota própria remanescente está em perfeitas condições de uso, e, primando pelo princípio da economicidade dos recursos públicos, não há previsão de alienação.

4.3.1.5 Outras informações sobre os transportes na Câmara

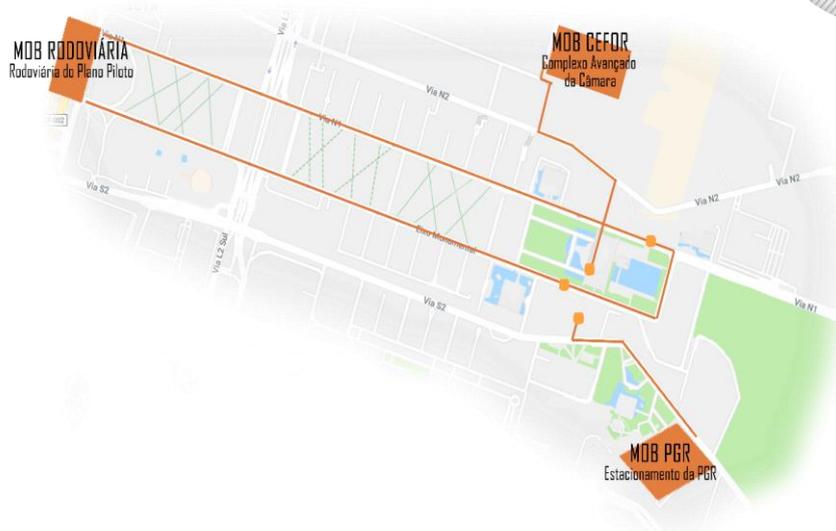
A mobilidade urbana se tornou um desafio a ser superado, ou ao menos mitigado, em todas as grandes cidades. Os estacionamentos remotos da Câmara foram criados para facilitar o deslocamento de servidores e colaboradores que se utilizam do carro de casa até o trabalho, conforme demonstra a figura abaixo.

Demanda e utilização da frota de Natureza Administrativa para atendimento do Programa Mobilidade Sustentável (MOB)

Pensando em **Sustentabilidade Ambiental e Urbana**, o Programa Mobilidade Sustentável (MOB) é composto por vans e ônibus com trajetos, horários e pontos de parada programados que buscam atender algumas das principais rotas de acesso aos edifícios que compõem a Câmara dos Deputados. Foram criados estacionamentos remotos para diminuir o impacto do trânsito, e suas consequências, nas imediações do Congresso Nacional e também na Esplanada dos Ministérios, diminuindo a quantidade de veículos em circulação nestas áreas.

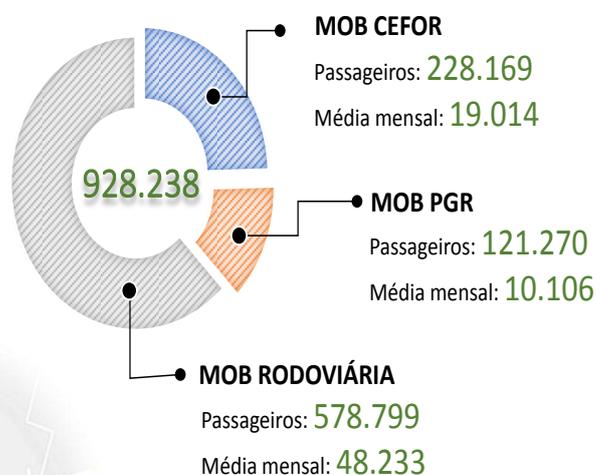
Buscando ampliar o alcance destas medidas e dos seus **efeitos benéficos ao meio ambiente**, em maio de 2016, os Diretores-Gerais da Câmara e do Senado assinaram Ato Conjunto permitindo o compartilhamento de suas vans pelos usuários.

Imagem 1 – Localização das bases dos MOBs



Conforme pode ser verificado no Gráfico 6 abaixo, o MOB Rodoviária possui o maior fluxo de passageiros do programa, correspondendo a 62% de toda a demanda.

Gráfico 2 – Fluxo de passageiros do Programa MOB



4.3.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Atualmente, existem 461 imóveis de propriedade da União localizados em Brasília que estão registrados e sob responsabilidade desta Casa, sendo 6 edifícios administrativos, 7 salas comerciais, 2 terrenos, 1 casa (residência oficial) e 445 apartamentos ou imóveis funcionais de parlamentares (13 integram a reserva técnica)

Além desses 461, estão em uso pela Câmara dois imóveis da reserva técnica (apartamentos funcionais) registrados na unidade gestora da SPU-DF, os quais também se encontram em Brasília - DF, e que serão restituídos à SPU tão logo sejam desocupados, em atendimento ao [Ato da Mesa nº 67, de 2015](#).

4.3.2.1 Distribuição geográfica dos imóveis à disposição da Câmara dos Deputados

A distribuição geográfica de todos os imóveis à disposição da Câmara dos Deputados pode ser observada na figura a seguir.



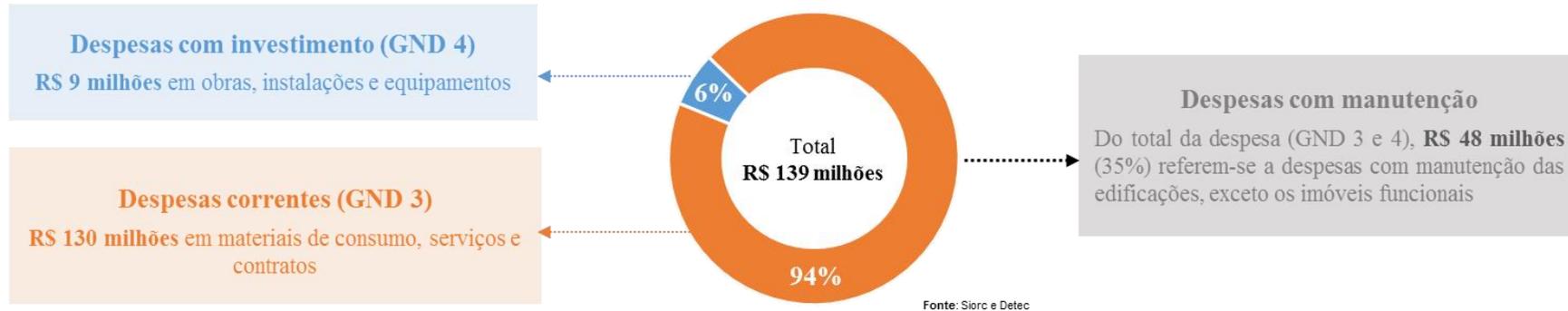
4.3.2.2 Bens imóveis sob responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóveis funcionais)

A seguir, apresentam-se informações sobre os bens imóveis, exceto os imóveis funcionais que são tratados no [item 4.3.2.3](#) deste Relatório.

Bens imóveis (exceto imóveis funcionais)

As despesas com infraestrutura estão alinhadas com a diretriz de “Gestão” da Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara, dentro da linha de atuação: “Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços”

Execução Orçamentária em 2018



Fonte: Siorc e Detec

Principais resultados

Conclusão da construção do edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM)

- Ganho de espaço para atividades parlamentares no Complexo Principal.
- Atendeu-se à Tomada de Contas Anual - proc. 2008/163379, relacionada à qualidade das instalações dos almoxarifados.
- O edifício atende ao mais alto grau de eficiência energética (Energia Classe A).



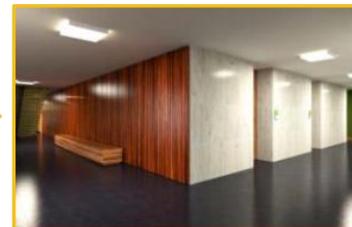
Execução do Plano de Preservação e Conservação do Palácio do Congresso Nacional

- Criação de salas multiuso para a reunião da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes.
- Resgatou-se a vocação original do Palácio do Congresso Nacional, que são as atividades parlamentares.



Execução do Plano de Adequação das Instalações da Câmara às Normas de Segurança e Contra Incêndio e Pânico

- Incremento da segurança das pessoas e do patrimônio, por meio de ações como abertura de novas rotas de fuga e saídas de emergência e instalação de sistemas de alarme e detecção de incêndio.



Imagens: Detec

4.3.2.2.1 Mudanças e desmobilizações relevantes

Com a conclusão das obras relativas à construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM/SIA), houve a mudança das Coordenações de Patrimônio e de Almoxarifados para o novo prédio, o que proporcionou a unificação de almoxarifados que anteriormente se encontravam dispersos pelo complexo de edifícios da Câmara dos Deputados.

As ações relativas à mudança, ocorrida no segundo semestre de 2018, decorreram do Projeto Corporativo “Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais - CEAM/SIA”.

4.3.2.2.2 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

O principal risco relacionado à gestão de imóveis consiste na possibilidade de perda de informações devido à ausência de um sistema de gestão de imóveis na Câmara dos Deputados. Hoje, os dados e os controles são mantidos e realizados mediante planilhas em Excel. No entanto, para atender essa necessidade, já foi criado projeto departamental, com o objetivo de elaborar Estudo Técnico Preliminar para a substituição ou alteração do Sistema de Gestão de Material e Serviço (Sigmas) que permita o gerenciamento imobiliário.

4.3.2.2.3 Conformidade Legal

O [Ato da Mesa nº 63, de 1997](#), é o normativo que baliza a atuação no que diz respeito ao registro dos bens imóveis, enquanto a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 10 de dezembro de 2014, é a norma norteadora das principais atividades de atualização e reavaliação dos imóveis da União em uso pela Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados, por meio do Departamento de Material e Patrimônio, observa as normas e orientações da Secretaria de Patrimônio da União e atualiza os dados dos imóveis de uso pela Câmara dos Deputados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Ressalta-se que, no ano de 2018, os valores dos imóveis foram atualizados em virtude de obras e instalações incorporadas, e também devido à atualização monetária dos últimos dois anos (2017 e 2018) com base em índices de IPTU.

4.3.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e o controle de **imóveis funcionais** são regulamentados pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). Todo o processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até a eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

4.3.2.3.1 Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na tabela abaixo. Importante destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los e são reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria.

Quadro 6 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, até mesmo financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os Laudos de Vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica, gás canalizado e abastecimento de água e coleta de esgotos (no caso dos imóveis situados na SQN 302).

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzido a partir de rígido controle de ocupações e desocupações, acompanhado pela célere instrução de processo de cobrança administrativa quando o parlamentar não constar da folha de pagamento do mês em referência.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito às normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatida pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizada pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, bem como para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão informal dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecida por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embaraços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da Administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzida por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizada por contrato de seguro firmado pela administração e celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 93.054,67 (noventa e três mil cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2017 a 25/8/2018. No dia 23/10/2018, foi firmado novo contrato com a Seguradora Somp Seguros S.A., ao custo de R\$ 69.550,00, para o período de cobertura compreendido entre 23/10/2018 a 22/10/2019.

Fonte: Coordenação de Habitação.

4.3.2.3.2 Política de ocupação dos imóveis funcionais e auxílio-moradia

O [Ato da Mesa nº 135, de 2016](#), consolida os critérios para o uso e distribuição de imóveis funcionais aos deputados federais e suplentes, ao encontro da orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.438/2009-Plenário. Também foram incorporados a esse Ato avanços importantes empreendidos na política habitacional da Casa, como a padronização da manutenção e a eficiência e sistematização na distribuição e ocupação de imóveis. Ainda foi dada especial atenção à celeridade da desocupação e devolução dos apartamentos, de modo a evitar o uso indevido do patrimônio público.

A seguir apresentam-se informações sobre a ocupação dos imóveis funcionais destinados a parlamentares e outras autoridades da República, bem como as despesas com reparos e manutenção.

Taxa de ocupação de imóveis em operação em 2018

Mês	Apartamentos em operação	ocupados	Reforma ou reservados para reforma ⁽¹⁾	Total	% Ocupação imóveis funcionais
Janeiro	408	354	24	432	87%
Fevereiro	408	350	24	432	86%
Março	408	355	24	432	87%
Abril	408	356	24	432	87%
Mai	408	352	24	432	86%
Junho	408	352	24	432	86%
Julho	408	354	24	432	87%
Agosto	408	352	24	432	86%
Setembro	408	350	24	432	86%
Outubro	408	350	24	432	86%
Novembro	408	351	24	432	86%
Dezembro	408	346	24	432	85%

Fonte: Sistema de Habitação – Habit.

⁽¹⁾ Imóveis desocupados para reforma geral.

Despesas com reparos e manutenção em 2018

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	66.901,53
Fevereiro	71.436,21
Março	1.347,74
Abril	0,00
Mai	37.422,64
Junho	2.294,16
Julho	32.442,13
Agosto	293.321,96
Setembro	241.184,47
Outubro	203.031,86
Novembro	297.068,67
Dezembro	165.303,43
Total	R\$ 1.411.754,80

Fonte: Coordenação de Habitação.

Durante o exercício de 2018, foram gastos R\$ 1.411.754,80 em despesas com a manutenção dos imóveis funcionais, contra R\$ 1.100.201,05 em 2017, um acréscimo de 28%. Esse incremento ocorreu em virtude da assinatura, em 18/6/2018, do contrato nº 74/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de reparo e manutenção, com fornecimento de material, em diversos imóveis funcionais da Câmara dos Deputados. Em 2018, também foram realizados serviços de manutenção nas centrais de gás em todos os blocos das quadras SQN 202, 302 e SQS 311.

4.3.2.3.3 Principais desafios em relação aos imóveis funcionais

A tendência para os próximos anos é de constante queda nos gastos com auxílio-moradia, uma vez que a expectativa é realizar uma ampla reforma nos 96 imóveis funcionais situados na SQN 202, aperfeiçoando as condições de habitabilidade para os parlamentares e aumentando, conseqüentemente, a taxa de ocupação geral e reduzindo o auxílio-moradia, modalidade de ressarcimento mais onerosa para a Administração, quando comparada aos imóveis funcionais.

4.3.2.3.4 Medidas adotadas para a redução de despesas com os imóveis funcionais

Em 2018, as principais medidas adotadas para redução de despesas com os imóveis funcionais foram as seguintes: troca das lâmpadas convencionais das partes comuns dos Blocos Residenciais para lâmpadas LED, mais eficientes; regulagem no sistema de controle da temperatura dos aquecedores de água dos apartamentos funcionais; ligação direta da água da rua com as caixas superiores do edifício, reduzindo o uso das bombas elétricas; troca do sistema convencional das boias das caixas d'água por bombas eletrônicas com sensor, reduzindo o desperdício de água e de energia elétrica; e substituição de caldeiras de aquecimento de água a gás por modelos mais econômicos, reduzindo o consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP).

4.3.2.4 Imóveis locados de terceiros

Em 2018, existiam dois contratos de locação de imóvel para armazenagem de diversos bens sob a responsabilidade dos almoxarifados desta Casa.

Quadro 7 – Contratos de locação de imóvel

Nº do contrato	Objeto resumido	Valor mensal atualizado	Vigência
2012/284	Locação de um galpão comercial, localizado no SAAN Quadra 1, Lote 105, Setor de Armazenamento e Abastecimento, Brasília-DF, com terreno de 2.000m ² de área privativa e edificação de 1.540 m ² .	R\$ 32.500,00	28/10/18 a 27/10/19
2014/162	Locação de um galpão comercial, localizado no Setor de Armazenamento e Abastecimento (SAAN), Quadra 1, Lote 75, Brasília-DF, com área total construída de 848,38m ²	R\$ 15.000,00	Contrato expirado em 20/10/18

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio.

Com o término das obras e a conseqüente ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (CEAM/SIA), um dos galpões locados deixou de ser necessário. Outro galpão permaneceu locado (contrato nº 2012/284) para ser utilizado na armazenagem de bens de responsabilidade da Coordenação de Habitação. Nesse sentido, a mudança dos almoxarifados para o CEAM/SIA representará uma economia anual no orçamento da ordem de R\$ 180.000,00.

4.3.2.5 Cessão de espaço físico em imóvel da União

Atualmente, existem 29 espaços cedidos a terceiros (22 entidades externas) em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados nº 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#). Sua contabilização é realizada conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

Maiores informações sobre a cessão desses espaços físicos podem ser acessadas [na área de transparência do Portal](#).

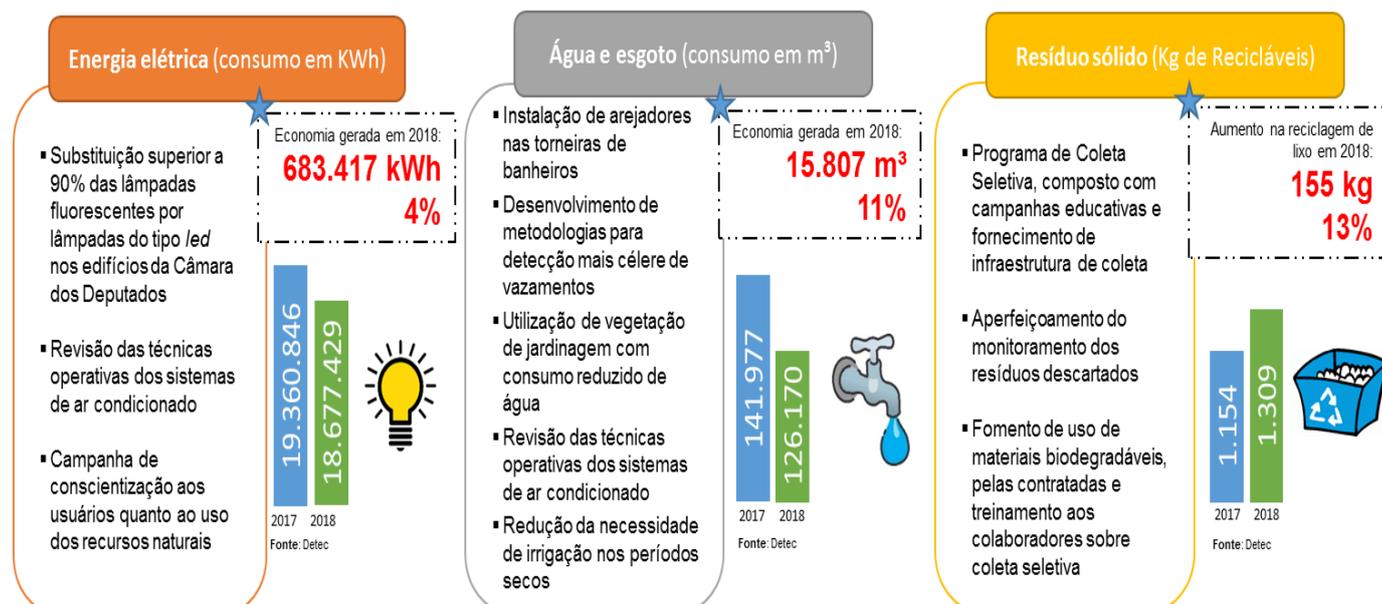
4.3.2.6 Outras ações de planejamento em infraestrutura

O controle dos gastos da Câmara dos Deputados com água e energia elétrica é resultado de ações implementadas pela Câmara nos edifícios administrativos, além dos esforços do EcoCâmara (maiores informações no [item 4.7](#)) e do uso consciente dos recursos pelos usuários.

Os resultados obtidos em 2018 abrangem a economia de 4% com energia elétrica e 11% de água, bem como o aumento de 13% na reciclagem de resíduos sólidos, proporcionado pelo Programa de Coleta Seletiva, conforme figura abaixo.

Sustentabilidade Ambiental

Ações para redução do consumo de recursos naturais



Também em 2018, foi implantado o Plano de Logística Sustentável, voltado para as seguintes temáticas: i) Áreas Verdes e Proteção à Fauna; ii) Arquitetura e Construção Sustentável; iii) Coleta Seletiva; iv) Gestão de Resíduos Perigosos; v) Licitação Sustentável; vi) Mobilidade Sustentável e vii) Novas Tecnologias Hídricas e Energéticas.

4.3.3 Central de compras

Buscando maior eficiência nas contratações governamentais, a Central de Compras, em 2018, investiu na evolução do modelo de gestão do Plano Anual de Compras e Contratações (PACC). Citam-se três ações precípuas nesse sentido: (i) criação de painel de governança do PACC, que congrega informações relativas à execução do próprio plano, a fim de possibilitar o acompanhamento das demandas; (ii) instituição de regras formais de governança alusivas ao PACC, para o tratamento de variáveis como o estabelecimento de alçadas decisórias para as exceções ao planejado, bem como ações de mitigação e de contorno a atrasos de encaminhamento dos pleitos à Central, e (iii) consideração da capacidade operacional do processo de compras, com vistas a bem dimensionar o PACC ao potencial de fluxo de escoamento de instrução dos ritos pelas diversas instâncias da Câmara.

Foi criado, ainda, um painel de riscos afeto à inexecução ou mora referente às aquisições constantes do PACC, que serve de suporte gerencial à tomada de decisão no que concerne a uma eventual realocação orçamentária interna. O intuito é alertar a alta administração sobre as demandas que contam com significativa delonga, e que podem culminar em orçamento alocado mas não gasto no ano civil.

Houve, também, o amadurecimento do [Laboratório de Inovação em Compras Públicas](#), cujos produtos mais significativos, no período, foram a consolidação da aplicação das pesquisas de satisfação dos clientes internos, relativas às compras e contratações realizadas, bem como a proposição do documento de planejamento da contratação, artefato que reúne, em uma única peça, o estudo técnico preliminar e o termo de referência.

Do mesmo modo, a Central debruçou-se na otimização do modelo de aplicação de sanções administrativas em sede de licitações e contratos.

4.4 Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

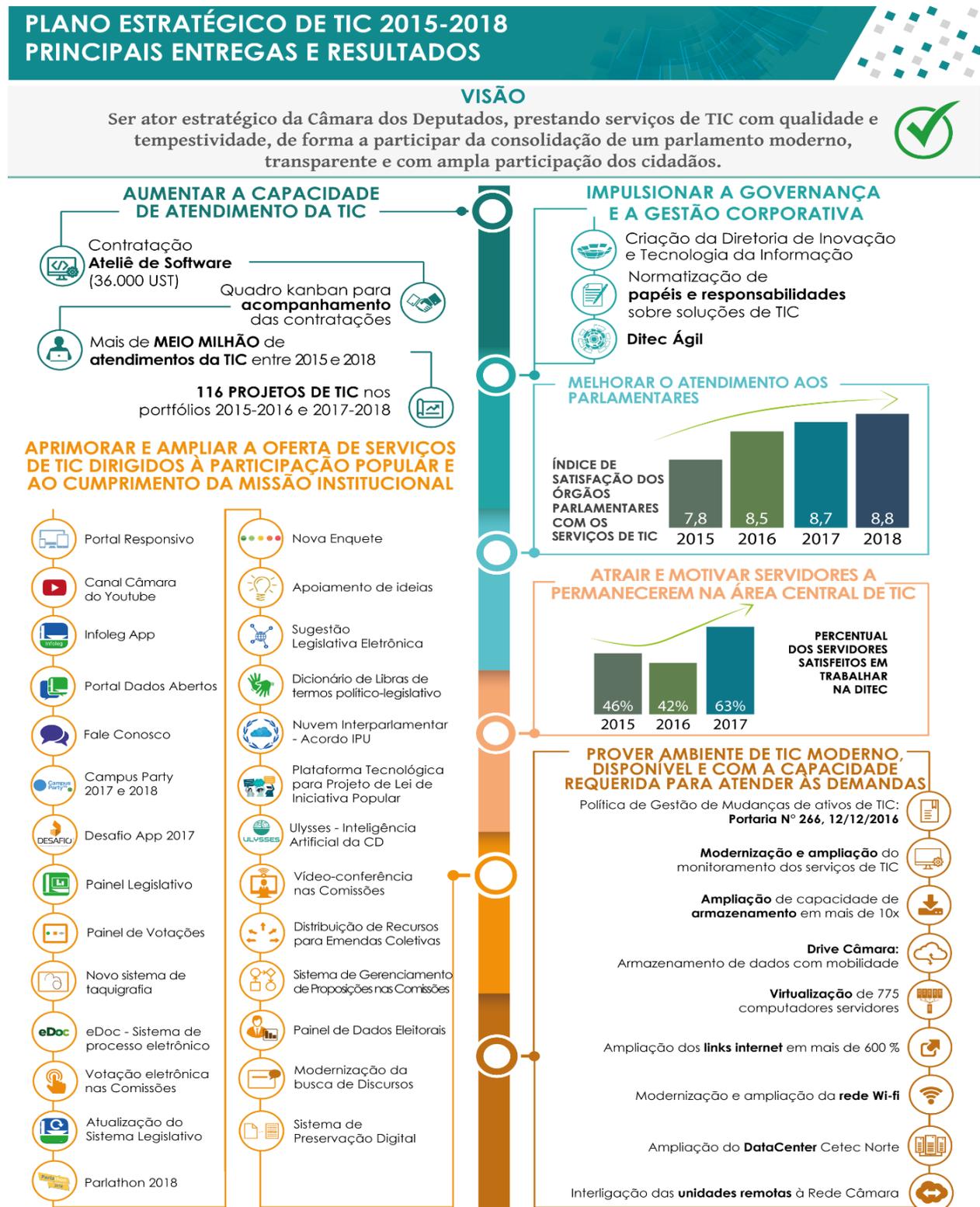
4.4.1 Modelo de governança de TIC da Câmara dos Deputados

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG nº 406, de 2013](#).

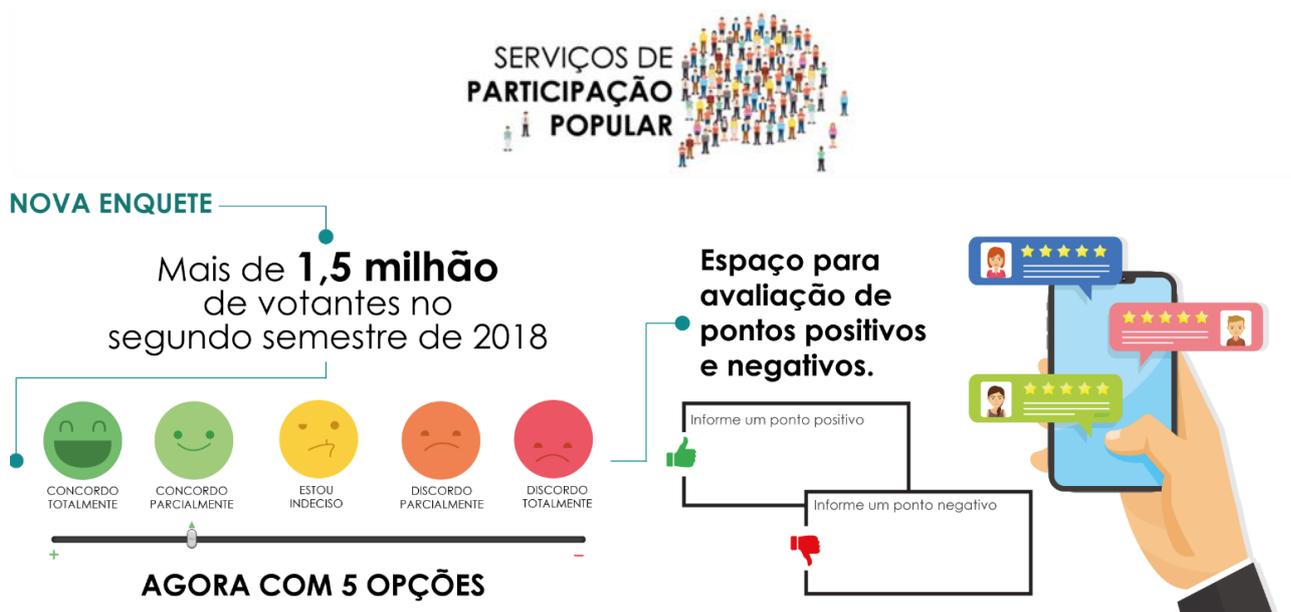


4.4.2 Plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação

A Câmara dos Deputados concluiu, em 2018, o ciclo do **Plano Estratégico de TIC (Peti)** para o período 2015-2018. O Peti estabeleceu visão, objetivos, ações e metas estratégicas com o propósito de viabilizar as diretrizes da estratégia corporativa, definida pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

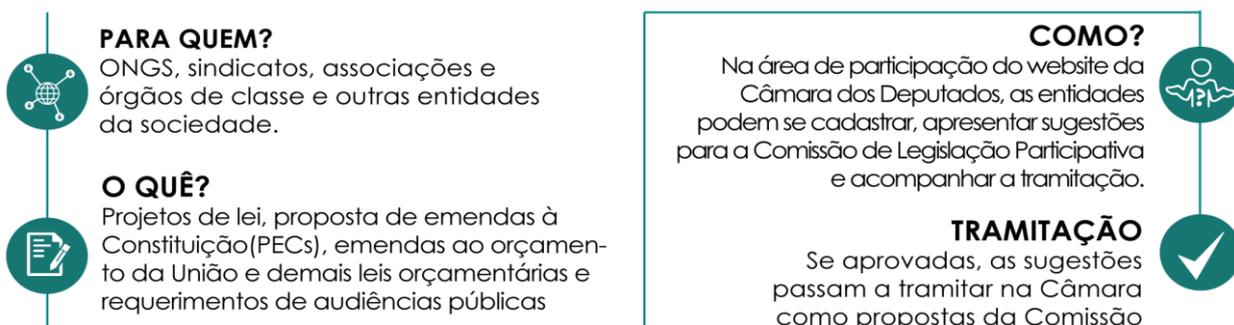


4.4.3 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados da área de TI



A nova ferramenta de **enquetes** é mais um dos instrumentos que a Câmara dos Deputados oferece aos cidadãos para se manifestarem sobre as propostas em discussão na Casa. As enquetes têm o objetivo de apresentar aos parlamentares uma sinalização do perfil de aceitação ou rejeição da população às propostas em tramitação. De março a dezembro de 2018, foram registrados mais de 1,7 milhão de votos de cerca de 1,59 milhão de pessoas cadastradas no Portal da Câmara dos Deputados.

PLATAFORMA DIGITAL PARA SUGESTÃO LEGISLATIVA



APOIAMENTO DE IDEIA



Permite a qualquer cidadão apresentar sua ideia à sociedade

Se ela obtiver os apoios necessários, será discutida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e poderá dar origem a um projeto de lei de autoria da CLP

Produto aguardando ajuste no Regimento Interno da Câmara dos Deputados

PLATAFORMA DIGITAL PARA PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA POPULAR - PLIP

Plataforma digital para receber projeto de lei de iniciativa popular viabilizando o apoio online, aferição e auditoria dos votos.



Plataforma digital para suportar todo o ciclo de apresentação e apoio, pela sociedade, dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), contemplando a validação da situação eleitoral do cidadão proponente e dos cidadãos apoiadores junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a publicidade dos apoios recebidos por meio da tecnologia *blockchain*. Este produto aguarda aprovação em plenário do [Projeto de Lei 7574/2017](#), de autoria da Comissão Especial para Análise, Estudo e Formulação de Proposições Relacionadas à Reforma Política.

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Além dos serviços digitais, a Câmara dos Deputados tem procurado inovar e diversificar as formas de aproximação com a sociedade. Durante o ano de 2018, foram testadas diversas iniciativas nesse sentido, conforme demonstrado nas figuras abaixo.

NOVO PORTAL INSTITUCIONAL

Primeira de quatro entregas em janeiro/2019



Mais transparente, fácil de navegar e com ferramentas que promovem a **participação popular**

Ficha de tramitação simplificada, que **permite ao cidadão entender melhor** o processo legislativo e o caminho das propostas

Uso de **inteligência artificial (Ulysses)** para tematização e navegação inteligente



ULYSSES

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O que ele faz?

-  Tematização automática
-  Tradução automática
-  Reconhecimento do orador

Outras ações de conhecimento que vão ser automaticamente implantadas na linha de aprendizagem do Ulysses:

-  Análise de sentimento
-  Resumo automático
-  Tempo de mídia parlamentar
-  Palavras-chaves automáticas
-  ChatBot

Ulysses, tecnologicamente democrático.

CAMPUS PARTY

Congresso internacional de inovação tecnológica

2017

- Workshop Mineração Cidadã com os Dados Abertos da CD
- Workshop Machine Learning: padrões no jogo político
- Lançamento do novo portal de dados abertos
- Lançamento do portal Desafio.leg.br



- Desafio App 2017
- Desafio Novo Portal da Câmara dos Deputados

70
MIL PARTICIPANTES

2018

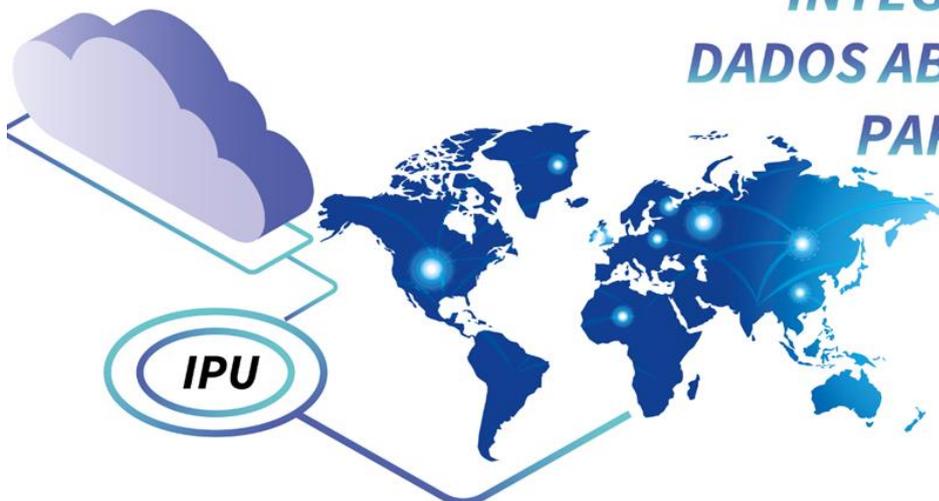
PALESTRA:
Processamento de linguagem natural com R e Python

Campus Party™

100
MIL PARTICIPANTES



NUVEM INTERPARLAMENTAR

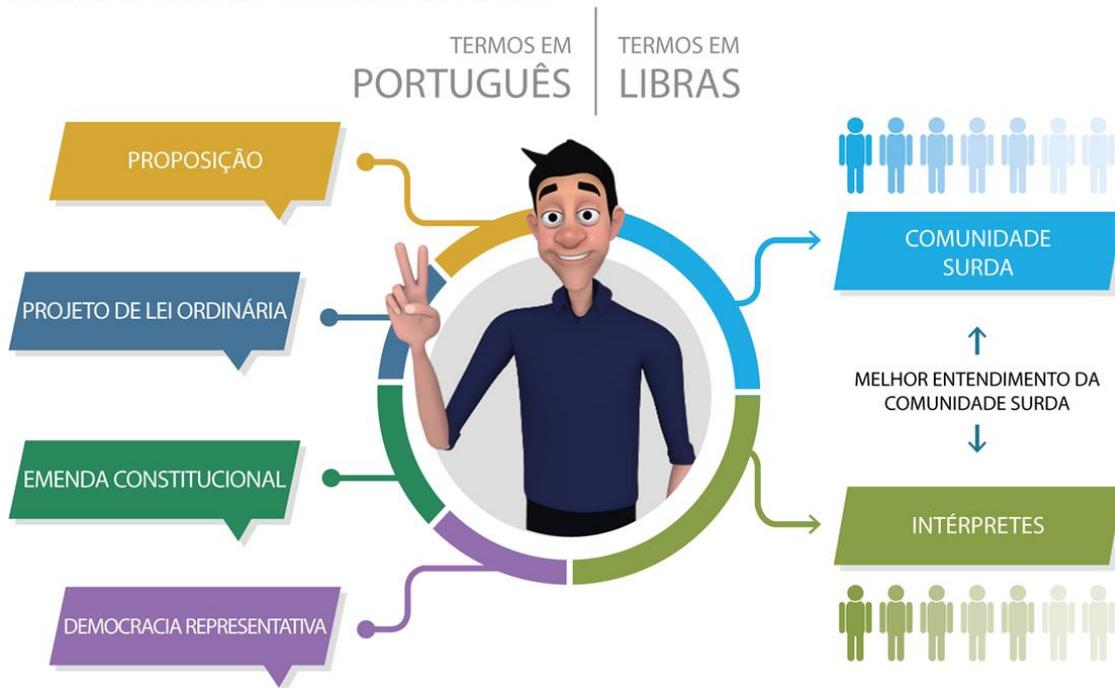


INTEGRAÇÃO DOS DADOS ABERTOS DOS PARLAMENTOS

Dando prosseguimento aos entendimentos iniciados em 2017 com a União Interparlamentar (IPU), a Câmara empreendeu tratativas que resultaram no “Memorando de Entendimento entre a Câmara dos Deputados e a União Interparlamentar”, estabelecendo parceria entre as duas instituições com vistas a atingir os objetivos do **Centro de Inovação Parlamentar (CIP)** com a criação de um *hub* de inovação para integrar dados abertos entre os parlamentos.

DICIONÁRIO DE LIBRAS DE TERMOS POLÍTICO - LEGISLATIVOS

Parceria entre a Câmara, a UFPB e o MPOG, favorece o entendimento da comunidade surda sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados



PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS DA ÁREA DE TI

DITEC ÁGIL

Ações para promover a transformação ágil na Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação

- 45 capacitações externas em métodos ágeis
- 2 workshops internos para mais de 80 colaboradores da Ditec
- Visibilidade por meio de adoção de ferramenta de quadro kanban
- Projetos-piloto utilizando Scrum adaptado
- Ações piloto utilizando práticas DevOps
- Transparência por meio do Novo Painel do Portfólio de Projetos



Benefícios:

- Entrega frequente de soluções de valor agregado
- Colaboração entre equipes e clientes da Ditec
- Simplificação do trabalho
- Respostas rápidas às mudanças

ACESSIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS

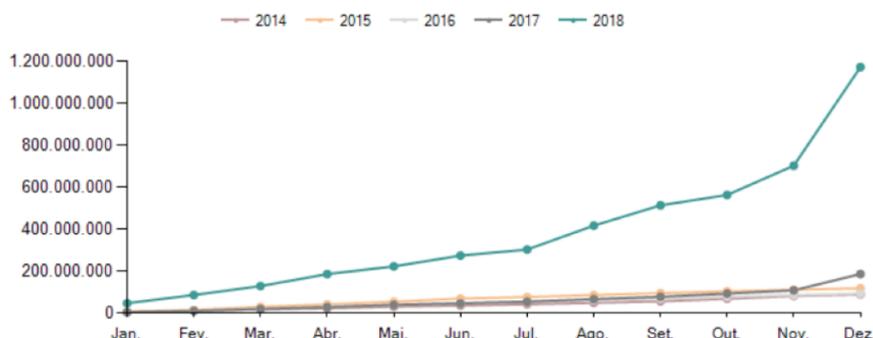


Ações realizadas ou em andamento para eliminar as barreiras de acessibilidade de diversos sistemas, buscando primordialmente facilitar a utilização dos sistemas por deficientes visuais.

- Ajustes em 30 sistemas/módulos elencados para melhoria de acessibilidade
- Aquisição de software de leitura de tela
- Instalação de sistema de leitura em braille nos botões de votação do Plenário
- Instalação de sistema de aviso sonoro para confirmação do voto

ACESSOS AOS SERVIÇOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CONSTRUÍDOS PARA A SOCIEDADE

TOTAL ACUMULADO DE VISUALIZAÇÕES



2018
MAIS DE 1 BILHÃO DE ACESSOS

SERVIÇOS MAIS ACESSADOS

01	DADOS ABERTOS	890.688.324
02	PROPOSIÇÕES	25.058.229
03	CANAL YOUTUBE	20.775.737
04	DEPUTADOS	16.990.900
05	AGÊNCIA CÂMARA	16.065.189
06	LEGISLAÇÃO FEDERAL E INTERNA	12.096.470
07	COMISSÕES	9.470.340
08	AGENDA LEGISLATIVA	9.411.939
09	TRANSPARÊNCIA	9.094.013
10	PLENÁRIO	5.101.953

Plano de
Gestão e Governança de



DADOS ABERTOS

em fase de conclusão.

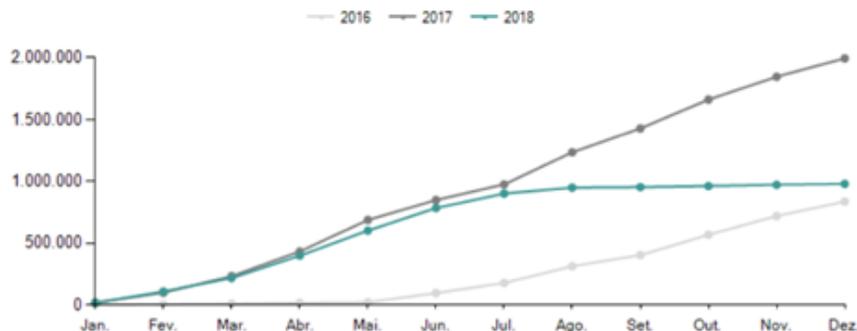
SERVIÇOS DO PORTAL MAIS ACESSADOS POR CELULAR



MAIS DE
28
MILHÕES DE ACESSOS

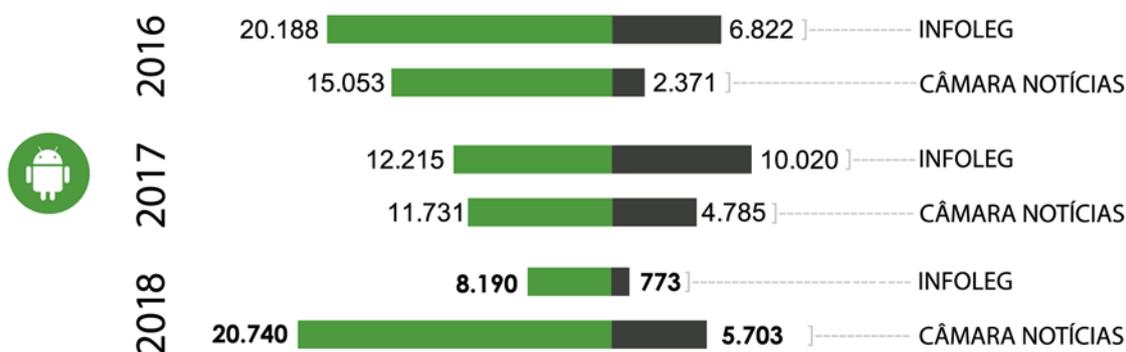
ACESSOS AOS APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DIRIGIDOS À SOCIEDADE

TOTAL ACUMULADO DE ACESSOS A APLICATIVOS MÓVEIS



2018
MAIS DE 900 MIL DE ACESSOS
TOTAL ACUMULADO:
979.209

TOTAL DE DOWNLOADS DE APLICATIVOS MÓVEIS



4.4.4 Recursos de TI e contratações mais relevantes

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Grupo de Natureza de Despesa	Orçamento (Milhões R\$)	Empenhado (Milhões de R\$)	Liquidado (Milhões de R\$)	Pago (Milhões de R\$)
INVESTIMENTOS	29,5	15,28	14,5	14,5
CUSTEIO	57,7	52,16	45,9	45,6

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

INVESTIMENTOS



Valor empenhado

Ampliação do Storage do tipo <i>High-End</i>	R\$ 8.376.322,51
Licenças de correio eletrônico	R\$ 2.027.775,00
Licenças de virtualização de servidores	R\$ 1.461.700,00
Licenças de sistema operacional para computadores servidores	R\$ 1.071.685,84
Licenças de ferramenta de banco de dados	R\$ 594.000,00
Solução de gestão de conteúdo	R\$ 380.250,73
Infraestrutura de conexão de unidades remotas	R\$ 340.185,22
Licenças de software de modelagem de dados	R\$ 273.000,00
Aquisição de computadores servidores	R\$ 237.700,00

CUSTEIO

Prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento, suporte e atendimento ao usuário e à infraestrutura, e documentação e operação de informática	R\$ 42.721.937,01
Prestação de serviços de impressão monocromática	R\$ 1.253.546,27
Prestação de serviços de garantia de funcionamento da Rede Corporativa	R\$ 827.230,05
Subscrição de plataforma de servidor de aplicação	R\$ 790.555,00
Prestação de serviços de Gerenciamento de Canal de Relacionamento com o cidadão	R\$ 730.878,22
Prestação de serviço de acesso à Internet	R\$ 647.036,24
Prestação de serviços de impressão colorida e monocromática	R\$ 529.820,67
Serviço de conexão de unidades remotas	R\$ 519.446,70
Serviços de suporte técnico e atualização de licenças de ferramenta de banco de dados	R\$ 503.882,92

4.4.5 TI Verde

TI VERDE - PAINEL DE IMPRESSÕES



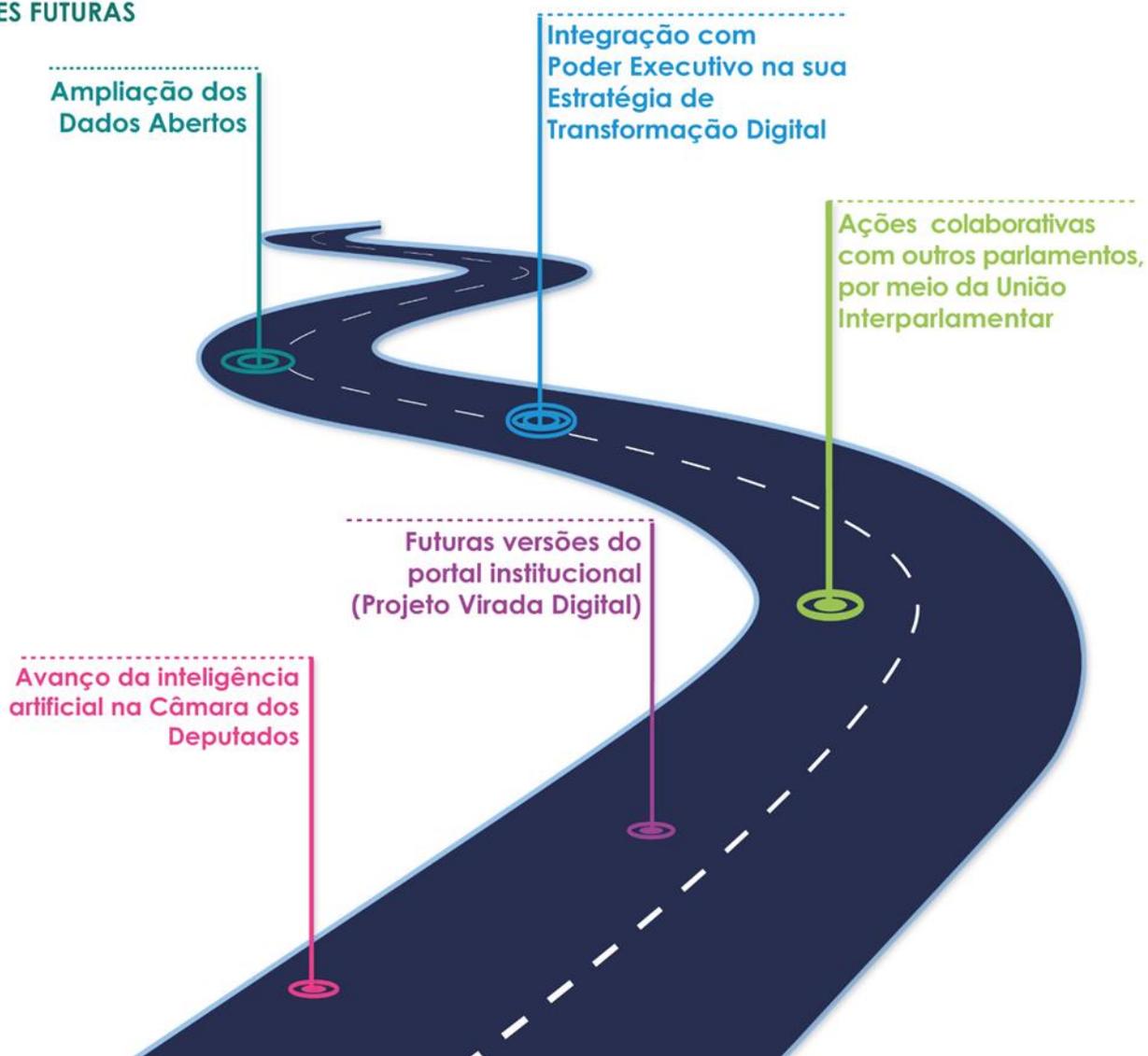
4.4.6 Principais desafios e ações futuras

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIO

Alavancar a inovação para viabilizar a transformação digital da Câmara dos Deputados em um cenário de número decrescente de servidores efetivos.

AÇÕES FUTURAS



4.5 Gestão da Comunicação Administrativa

A área de comunicação administrativa da Câmara gerencia o protocolo, os serviços postais, o fornecimento de acesso à informação de cunho político, social, econômico e cultural (assinatura, controle e distribuição de jornais, revistas, diários, etc.) e a expedição de documentos oficiais aos órgãos externos da Administração Federal e privados. Seguem alguns números referentes às atividades e à redução de despesas em 2018.

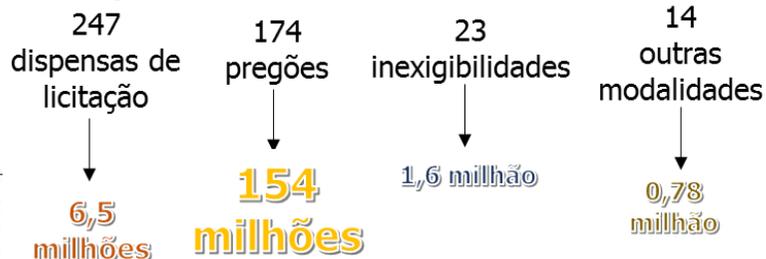


4.6 Gestão de Licitações e Contratos

As informações relacionadas à gestão de licitações e contratos no exercício de 2018 foram resumidas no infográfico apresentado na próxima página. No entanto, destaca-se que outras informações sobre as licitações e compras diretas realizadas pela Câmara, bem como as atas de registro de preços, os contratos vigentes e os últimos editais publicados encontram-se disponíveis na internet (<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos>).

458

processos de contratação em 2018



Fonte: Demap

Contratações diretas – justificativas

A maioria dos processos de dispensa ocorreram por enquadramento como despesas de baixo valor (artigo 24, II, da Lei n. 8.666, de 1993). Em termos quantitativos, destacam-se cursos e congressos para o treinamento e o desenvolvimento de servidores e a assinatura de periódicos, revistas e bases de dados.

Ressalta-se que, do total de R\$ 6,5 milhões despendidos por dispensa, R\$ 5,2 milhões referem-se à contratação emergencial para serviços na área de limpeza e conservação em prédios administrativos da Câmara, com fornecimento de materiais e equipamentos. Trata-se de contratação em decorrência do impedimento legal de prorrogação da vigência do contrato anterior. O contrato emergencial vigorará pelo prazo máximo de 6 meses ou será encerrado antes, caso seja finalizada a nova licitação para a prestação do serviço.

Desafios na gestão das licitações e contratos

- aprimoramento dos processos de trabalho e implementação de inovações, com o fim de criação de instrumento de compra ágil, seguro e econômico, que proporcione ao órgão a escolha da melhor proposta.
- falta de pessoal e baixa retenção de servidores na área.



Execução de despesa por modalidade de contratação - 2018

GND	Modalidade de contratação	Despesas pagas
Outras despesas correntes	Convite	88.743,60
	Dispensa de licitação	48.120.074,54
	Inexigibilidade	16.201.344,38
	Pregão	246.066.495,48
	Subtotal	310.476.658,00
Investimentos	Dispensa de licitação	67.730,30
	Inexigibilidade	75.106,23
	Pregão	18.870.281,47
	Subtotal	19.013.118,00
Total		329.489.776,00

Fonte: Tesouro gerencial.

R\$ 329,49 milhões

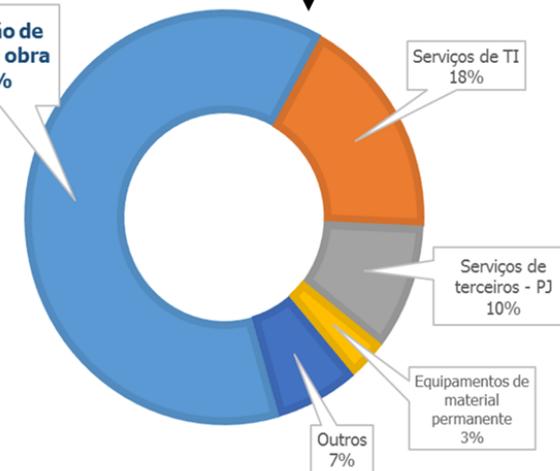
foram **pagos** em contratações em 2018

R\$ 205,98 milhões

Locação de mão de obra 62%

Tipo de serviço	Valor (milhões)
Apoio administrativo, técnico e operacional	87,10
Limpeza e conservação	41,00
Manutenção e conservação de bens imóveis e móveis	27,99
Vigilância ostensiva	23,27
Serviços de copa e cozinha	13,06
Apoio administrativo - menores aprendizes	9,52
Serviços de brigada de incêndio	4,04

Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

4.7 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Em 2018, foi instituído o 1º Plano de Logística Sustentável (PLS) da Câmara, com a aprovação da [Portaria DG nº 53, de 2018](#). O plano foi elaborado de forma coletiva, com ampla participação dos diversos órgãos da Casa. O PLS lista os temas, os objetivos, os respectivos planos de ação, com prazos, responsáveis, indicadores e metas. O PLS apresentou resultados como os destacados na figura ao lado.

Redução do consumo em 2018 com relação a 2017	
água e esgoto	11,0%
energia elétrica	4,0%
copos descartáveis de 50ml	11,8%
copos descartáveis de 200ml	11,5%
garrafas descartáveis de água mineral	15,5%
papel A4	17,5%

O acompanhamento dos resultados também influenciou unidades administrativas da Câmara dos Deputados a considerar variáveis de sustentabilidade no aprimoramento da gestão. Destacam-se entre as iniciativas:

- A redução do volume de resíduos de serviço de saúde (RSS) com potencial infectante (classe A) e com potencial perfurocortante (classe E) encaminhados à incineração. Nos últimos dez anos, foi reduzido em 90% o quantitativo de RSS encaminhado à incineração, devido às ações de conscientização e à correta segregação dos resíduos da área de saúde.
- A aquisição de equipamento ecológico de gravação de chapas, com vistas à redução da geração de resíduos perigosos nos processos da Gráfica da Casa.
- A redução no número de impressoras e impressões pode ser consultada em detalhes no item 4.7.6 deste relatório.

Quanto à sustentabilidade nas compras e contratações, o assunto é orientado pelo [Ato da Mesa nº 4, de 2011](#), que dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens e nas contratações de serviços, e é regulamentado pela [Portaria nº 227, de 2014](#). Em 2018, em torno de 50% dos editais da Casa continham critérios ambientais, reforçando o padrão sustentável de aquisições instituído.

Com relação à gestão dos resíduos sólidos, desde 2004 a Câmara mantém contrato com cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de promover a destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa e o incremento da renda a esse grupo de trabalhadores. Em 2018, deu-se continuidade à implantação do projeto de “revitalização da coleta seletiva”, visando à melhora na segregação dos resíduos para encaminhamento à cooperativa ou descarte adequado. Com esse intuito, foram realizadas visitas e orientações para conscientização dos servidores e prestadores de serviços, além da introdução de nova metodologia para controle quantitativo e qualitativo dos resíduos gerados.

Em 2018, houve ainda a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal, com objetivo de formação do [Grupo Legislativo Federal Sustentável](#), para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à gestão sustentável. O Acordo prevê a operacionalização de apoio aos órgãos do Poder Legislativo, nas esferas estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações de sustentabilidade. As seguintes iniciativas foram realizadas em decorrência do Acordo:

- Realização do I Seminário Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, resultado do projeto do Grupo Legislativo Federal Sustentável, com o objetivo compartilhar boas práticas do Legislativo Federal.

- b) Preparação de curso a distância (EAD) sobre o “Plano de Logística Sustentável de Referência”, que oferecerá capacitação a distância para câmaras municipais e assembleias legislativas, a fim de que elas possam elaborar e implementar seus Planos de Logística Sustentável.
- c) Participação de servidores da Casa como colaboradores e instrutores do Projeto Câmaras Verdes promovido pelo Interlegis. Em 2018, foram realizadas oficinas na Câmara Legislativa do Distrito Federal e em Municípios nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, com o objetivo de difundir boas práticas de sustentabilidade, de estimular e contribuir com todas esferas do Legislativo e Tribunais de Contas na implantação do Plano de Logística Sustentável.

Outras ações de sustentabilidade podem ser consultadas no [item 2.2.3](#) deste relatório.

4.8 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados foi substituído pela Coordenação de Acessibilidade, criada na estrutura administrativa da Diretoria-Geral, conforme a [Resolução nº 19, de 2016](#), para coordenar as atividades nas áreas de acessibilidade física e de comunicação e informação, acessibilidade digital e tecnológica, sensibilização, capacitação e inclusão social das pessoas com deficiência. As competências dessa Coordenação foram definidas no [Ato da Mesa nº 149, de 2017](#).

Com o objetivo de atender a legislação federal vigente, em especial a [LBI - Lei Brasileira de Inclusão \(Lei nº 13.146/2015\)](#), a [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Decreto nº 6.949/2009\)](#) e o [Decreto nº 5.296/2004](#), bem como as recomendações e normas técnicas correlatas, a Coordenação de Acessibilidade atua em parceria com diversos setores da Casa no planejamento, promoção e execução de ações integradas para atender as necessidades de pessoas com limitações físicas, auditivas, visuais e intelectuais e, assim, eliminar barreiras atitudinais, físicas, tecnológicas e de comunicação.

Em 2018, no que diz respeito à tecnologia assistiva em comunicação, o sistema de escuta assistida para pessoas usuárias de aparelho auditivo denominado aro magnético foi o vencedor. Assim, foram realizadas obras civis e instalados 6 aros magnéticos nos Plenários 1, 3, 5, 9, 10 e 12 das comissões. Atualmente, temos, ao todo, 8 aros magnéticos em ambientes de conferência e 19 aros magnéticos em balcões de atendimento.

Recursos de acessibilidade como interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais), legenda em tempo real e audiodescrição também ganharam relevância em 2018. Em sua programação televisiva, a TV Câmara transmitiu 3.120 horas de conteúdo com janela de Libras, 8.760 horas com legenda oculta (*closed caption*) e 780 horas com conteúdo audiodescrito, tudo de acordo com as exigências legais. Em eventos, foram utilizadas 76 horas de interpretação de Libras simultânea ao vivo em ano eleitoral, quando o movimento na Casa é menor. Atualmente, o canal da Câmara no YouTube vem exibindo as sessões plenárias com janela de Libras e oferece uma lista de documentários com audiodescrição.

Com essas iniciativas, espera-se contribuir para eliminar preconceitos, combater as desigualdades sociais, disseminar o respeito às diferenças e tornar a Câmara um exemplo de responsabilidade social na administração pública.

A [página institucional da área no portal](#) da Câmara oferece *links* para diversos outros conteúdos de interesse público, tais como linhas de atuação, política de acessibilidade, informações diversas sobre deficiência e tecnologias assistivas, glossário, legislação em formatos acessíveis, normativos, referências bibliográficas, notícias, vídeos, datas relevantes e dicas, entre outras.

4.9 Gestão de Fundos

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução nº 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

As informações do FRCD estão consolidadas neste Relatório de Gestão, por não dispor de estrutura administrativa, quadro de pessoal, patrimônio imobiliário e mobiliário próprios, seu ordenador de despesa ser o mesmo da unidade gestora “Câmara dos Deputados” e seu orçamento ser complementar ao da Câmara dos Deputados. Quanto às suas demonstrações contábeis, elas podem ser consultadas de forma individualizada no [portal da Câmara dos Deputados](#).

4.10 Gestão da Informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à gestão da informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico.

Além disso, as ações demonstram o uso de tecnologias como forma de disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos e dos documentos gerados apenas em meio digital, que visam garantir a integridade e o acesso à informação no decorrer dos anos.

4.10.1 Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão, por meio de seu [Portal](#), as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Foram indexadas e descritas 2.473 novas proposições e inseridas no Sistema de Informações Legislativas (Sileg) 3.949 legislações por elas citadas. Somam-se a isso a inclusão, correção e atualização de 406 proposições arquivadas, anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação via [Portal](#). A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no [Portal da Câmara](#). Foram inseridos 1.364 atos normativos novos e indexadas 3.827 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e das atividades dos parlamentares, atores do processo legislativo. Foram atualizadas 14.777 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentares.

Para obter mais informações sobre as estatísticas de acesso ao Portal da Câmara, consulte o link: <http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal/estatisticas>.

4.10.2 Gestão dos acervos informacionais

4.10.2.1 Preservação

A preservação compreende procedimentos de conservação preventiva, higienização e restauração e engloba um conjunto de ações voltadas para o prolongamento da vida útil dos bens culturais.

Na Câmara dos Deputados, estes bens constituem os elementos formadores do seu patrimônio histórico e são a representação da memória legislativa, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade do povo brasileiro. Há aproximadamente 23 mil metros lineares que representam a história do Poder Legislativo do Brasil, abrangendo objetos museológicos, arquivísticos e bibliográficos, com cerca de 250 mil livros, um milhão de documentos manuscritos, 4.000 livros raros, 2.000 objetos, 800 mil itens de vídeos e fotografias, além de painéis de grandes dimensões, integrados à arquitetura, de artistas como Athos Bulcão, Oscar Niemeyer, Marianne Peretti e Di Cavalcanti. Sua manutenção, além de observar preceitos constitucionais, significa a continuidade da história e acima de tudo o respeito às gerações futuras.

Os procedimentos mais representativos para a preservação estão detalhados a seguir:

➤ Conservação preventiva

A conservação preventiva abrange um conjunto de estratégias elaboradas no sentido de prever e evitar possíveis riscos que ameaçam o patrimônio cultural. Em 2018, foram realizadas ações de higienização de livros, documentos e materiais audiovisuais, de monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento e controle de pragas, além de procedimentos de manutenção e planejamento de desastres de cerca de 25.000 itens do acervo.

➤ Higienização de livros e documentos

O processo de higienização de livros e documentos é parte integrante das atividades de conservação preventiva aplicadas ao arquivo e à biblioteca da Câmara dos Deputados e é desenvolvido por aprendizes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal. Em 2018, a higienização compreendeu cerca de 2.900.889 trinchamentos de páginas de livros e de documentos, além da limpeza de estantes, caixas e prateleiras das áreas de guarda, auxiliando no aumento da vida útil dos acervos.

Esta contratação, estabelecida em 2008, por solicitação do Centro de Documentação e Informação (Cedi), e hoje realizada com o apoio da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, completou dez anos em 2018, servindo de referência e proporcionando a multiplicação da alocação de mão de obra das equipes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-DF na área de conservação de bens culturais, que passou de 9 para 74, distribuídos nos mais diversos órgãos públicos de Brasília.

➤ Higienização e acondicionamento de acervo audiovisual

O projeto de higienização e acondicionamento de negativos pertencentes ao acervo audiovisual da Câmara dos Deputados iniciado em 2016, teve em 2018 cerca de 18.589 fotogramas acondicionados e 944 envelopes revisados.

➤ Restauração

A restauração compreende um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, estabilização ou reversão de danos ocorridos aos bens culturais, atuando especificamente nos valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, restituindo seus valores tanto quanto possível, fundamentando-se no respeito à sua originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação.

Em 2018, a equipe de restauradores da Câmara dos Deputados entrevistou em cerca de 278 documentos, plantas arquitetônicas e livros, além de 69 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, esculturas, vasos, mobiliário e painéis de grandes dimensões.

➤ **Preservação digital**

A evolução tecnológica e a informatização de procedimentos têm resultado em produção maior de registros documentais em meio digital na Câmara dos Deputados. No intuito de superar esse novo paradigma institucional e garantir o acesso à informação independente de suporte ou de sistema em que os documentos foram produzidos, a Casa iniciou em 2013 o Projeto de Implementação do Serviço de Preservação Digital - SPD.

O projeto foi concluído em 2018 com as seguintes entregas: modelagem dos processos do SPD; celebração do acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que incluiu treinamento operacional para o SPD; conclusão do projeto piloto de preservação da folha de pagamento; proposta de expansão do hardware do SPD.

Além dessas ações, a Casa adquiriu novas mídias de armazenamento *off line* e realizou a migração de registro em fitas LTO. No âmbito das comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988, foram atualizados para novo formato os 763 filmetes do “Diário da Constituinte” e digitalizados os 28 mil fotogramas de negativos e ampliações fotográficas produzidas durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987-1988.

4.10.2.2 Acervo arquivístico

O acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por documentos que datam da criação do Parlamento brasileiro, em 1823, quando do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas Assembleias Constituintes brasileiras em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapas, fotografias, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte desse acervo já se encontra disponível no site da Casa, por meio das abas “Atividade Legislativa” e “Transparência” e, também, no portal do [Arquivo Histórico](#).

A cada ano, parte desse acervo é eliminada conforme prazos de guarda e descarte previstos na Tabela de Temporalidade da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo - CADAR e lavratura de termo próprio para o descarte, bem como novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais. No ano de 2018, foram eliminadas 2.996 e recebidas 3.402 caixas-arquivo (cada uma com capacidade de armazenamento de 10 cm³ de documentos). Apesar de a recepção ter sido maior que a eliminação, o arquivo intermediário ampliou o espaço físico disponível à custódia da documentação arquivística intermediária, passando a contar, no segundo semestre de 2018, com uma sala de 80 m² no CEAM/SIA. Ainda no que se refere à melhoria da infraestrutura, foram adquiridos e instalados arquivos deslizantes para o acondicionamento de microfílm.

4.10.2.3 Acervo bibliográfico

A Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados tem como missão institucional fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados, bem como às atividades de apoio técnico-administrativo desta Casa Legislativa.

Possui um acervo aberto ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, com aproximadamente 200.000 obras e 2.060 títulos de revistas, especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública.

É depositária de documentos oficiais e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU); das publicações editadas no Brasil pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Comissão Econômica para a América latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Disponibiliza um amplo salão de leitura com computadores e rede *Wifi*, sala de estudo e acessibilidade equipada com uma linha braile e *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

Conforme já observado em relatórios dos anos anteriores, a tendência de migração da aquisição do material bibliográfico impresso para o digital vem crescendo gradativamente com o passar dos tempos, o que revela uma nova mudança de cenário na qual o mercado digital e seu público vem ganhando espaços cada vez maiores, o que, para as bibliotecas e centros de documentação,

Despesas com material bibliográfico - 2018

Item	Valor (R\$)	Quantidade	Percentual
Base de dados bibliográficos	520.880,52	17	74,35%
Livros	116.884,56	1445	16,68%
Periódicos impressos	62.836,37	42	8,97%
Total	700.601,45	1.035	100%

Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da CD – SIORC.

repercute de forma positiva, tendo em vista a economia de espaço físico para armazenamento do material, sustentabilidade na redução do uso do papel, bem como economia de recursos humanos com a redução da mão de obra especializada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

4.10.3 Disseminação da informação

Em 2018, foi realizada a digitalização de cerca de 2.911.008 páginas. Do total das digitalizações: 2.810.642 tiveram como objetivo facilitar o acesso à informação e à preservação em microfílm de documentos do movimento financeiro, de frequência, de dossiês funcionais, da Assembleia Constituinte de 1988 e de documentos de comissões parlamentares de inquérito - CPI; 72.198 foram destinadas ao atendimento das demandas de informação feitas pelos cidadãos e por unidades administrativas da Casa; 19.178 tiveram por finalidade a publicação no site da Câmara, de obras raras, anais e documentos históricos. Foram, ainda, produzidos 675 microfílm, com 7.783.840 fotogramas a partir do passivo de imagens digitalizadas em anos anteriores, de documentos do movimento financeiro, de frequência e de CPI. Além de cerca de 1.150 digitalizações de microfílm de documentos legislativos, administrativos ou bibliográficos para atendimento a demandas de processos judiciais ou pesquisas. Foram também publicados no site institucional, 155 Diários da Câmara dos Deputados.

No comparativo com 2017, houve uma queda significativa no total de imagens digitais geradas, justificada pela condição dos documentos originais que exigiram mais tempo em sua preparação e digitalização, devido ao estado de conservação, quantidade de grampos, formatos e valorização do conteúdo, além da redução de colaboradores envolvidos no processo de trabalho.

Movimento da Biblioteca - 2018

Item	Quantidade
Média mensal de circulação de pessoas	8.300
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e funcionários terceirizados)	6.049
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	25.568
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	3.650

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e portal de Segurança Eletromagnético.

4.10.3.1 Documentos históricos

O Arquivo da Câmara dos Deputados recebeu, do Arquivo Nacional, o convite para participar da candidatura conjunta com o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas – CMU à nomeação Memória do Mundo, concedida pela UNESCO, com documentos referentes ao tema “Feminismo, Ciência e Política – O Legado de Bertha Lutz, 1881-1985”. Em outubro de 2018, a nomeação foi aprovada, sendo o acervo reconhecido como patrimônio documental.

Como parte das comemorações dos 30 anos da Constituição de 1988, o acervo documental da Assembleia Nacional Constituinte (ANC 1987-1988), formado por, aproximadamente, 2.200.000 documentos em papel; 1.173 unidades de documentos impressos; mais de 27.000 fotografias em negativos p&b e 2.321 ampliações digitalizadas; 1.000 horas de gravação de áudio; e 763 programas de cerca de 5 minutos do "Diário da Constituinte", passou a contar com descrição de suas informações no portal do [Arquivo Histórico](#).

4.10.3.2 Biblioteca digital

A [Biblioteca Digital](#) da Câmara dos Deputados é um repositório integrado do conhecimento legislativo produzido pela Casa. Possui um vasto acervo, disponível para a comunidade em geral, para consultas e *downloads*, que engloba as publicações produzidas pelas Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento.

No ano de 2018, as obras mais acessadas foram: Constituição da República Federativa do Brasil em áudio; Constituição da República Federativa do Brasil em PDF/e-pub; Lei nº 8.112, de 1990, em áudio; Regimento Interno da Câmara dos Deputados; Manual de redação; Legislação sobre Licitações e Contratos Administrativos em áudio; e Estatuto da criança e do adolescente em áudio.

4.10.3.3 Produção editorial

Em 2018, foram lançados 44 produtos editoriais, que incluíram 21 novos títulos, 15 novas edições, 7 e-books e 1 audiolivro.

➤ Livraria da Câmara

A Edições Câmara, que já atendia ao público por meio de sua livraria virtual, e inaugurou, em dezembro, a livraria física, localizada no Anexo II da Câmara dos Deputados. Em 2018, os e-books da editora figuravam nas listas dos 10 livros mais baixados da Google Play, iBook Store e Amazon. Em 2018, a Câmara dos Deputados também participou de cinco feiras de livros para promover a disseminação da informação.



5 RESULTADOS E RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE

A Câmara dos Deputados dispõe de variados serviços de suporte aos trabalhos legislativos, além de oferecer ao cidadão diferentes mecanismos de informação e de interação com os parlamentares.

5.1 Resultados dos Trabalhos Legislativos

A interação permanente com a sociedade é uma característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados. As informações sobre a atividade legislativa e a atuação dos deputados permanecem disponíveis para a consulta dos cidadãos. Eles, por sua vez, regulam os trabalhos do Poder Legislativo, interagindo com os parlamentares ou manifestando sua vontade por meio das eleições.

O Parlamento cumpre sua função institucional quando aprova ou rejeita uma proposição ou até mesmo quando não a insere na pauta para votação. Mantém-se fiel à sua missão de representar a sociedade quando aprova matérias com a urgência requerida ou quando se demora em questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência. Nesse sentido, não se posicionar a respeito de determinado assunto é tão legítimo quanto elaborar um diploma legal a respeito do tema.

A Câmara dos Deputados realizou, em 2018, 279 sessões no plenário Ulysses Guimarães e votou 679 matérias, entre elas 31 medidas provisórias, 4 projetos de lei complementar, 50 projetos de lei, 61 projetos de decreto legislativo e 4 projetos de resolução.

No exercício, foram realizados 1.246 eventos e reuniões nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito).

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. O *link* para acessar a relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados é o seguinte: http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara/arquivos-relatorio-de-gestao-de-2018/2018_sgm.

Merecem destaque outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como [estatística dos trabalhos da Casa](#), atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#), atividades do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#), atividades da [Procuradoria Parlamentar](#) e da [Corregedoria Parlamentar](#). Também foram desenvolvidas pela [Consultoria Legislativa](#) e pela [Consultoria de Orçamento e Fiscalização](#) atividades no que diz respeito ao assessoramento a parlamentares.

Impulsionada pela visão estratégica, a Câmara dos Deputados alterou seu Regimento Interno e passará a adotar a identificação unificada (sigla, número e ano) com o Senado Federal para as proposições legislativas bicamerais, a partir da 56ª Legislatura ([Resolução nº 29, de 2018](#)).

5.1.1 Estudos legislativos

A Câmara possui três órgãos técnicos destinados a elaborar estudos para assessorar o trabalho dos parlamentares.

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) é órgão colegiado formado por 23 parlamentares que desenvolve atividades técnico-consultivas, na forma de estudos sobre os temas com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do País. Em 2018, o Cedes concluiu 5 novos estudos, a saber: [Financiamento da Educação Superior no Brasil: Impasses e Perspectivas](#), [Perdas e Desperdícios de Alimentos Estratégicos para Redução](#); [Segurança Pública](#),

[Agenda de Segurança Cidadã: por um novo Paradigma e Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Potencialidades e Desafios](#). Para mais informações consulte o [Balanço do Biênio](#).

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) é responsável por oferecer embasamento técnico-científico ao processo de planejamento de políticas públicas e de tomada de decisão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO); às comissões permanentes e temporárias da Câmara e do Congresso Nacional; às respectivas Mesas Diretoras; aos parlamentares; e à administração da Casa, por meio da elaboração de pesquisas, notas técnicas e minutas de relatórios, pareceres, entre outros, sobre matéria orçamentária e financeira e relativa a controle e fiscalização financeira.

A Consultoria Legislativa (Conle) é órgão de consultoria e assessoramento institucional aos Deputados, à Mesa, às comissões e à Administração da Casa. É responsável por elaborar estudos, notas técnicas e notas descritivas de medidas provisórias. Em 2018, a Consultoria Legislativa desenvolveu 3.722 consultas e estudos, 791 trabalhos de redação parlamentar, 15 [estudos e notas técnicas](#) e 42 [notas descritivas de medidas provisórias](#).

5.1.2 Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão colegiado da Câmara dos Deputados competente para examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos Deputados, regido pela [Resolução da Câmara dos Deputados nº 25, de 2001](#). Ao Conselho compete zelar pela observância dos preceitos éticos, a fim de preservar a dignidade parlamentar, e, também, responder às consultas da Mesa, de comissões e de Deputados sobre matéria de sua competência.

5.1.3 Corregedoria Parlamentar

A Corregedoria Parlamentar desenvolve análise das representações relacionadas à quebra do decoro parlamentar e aos processos que impliquem cassação do mandato por perda ou suspensão dos direitos políticos; ou quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal. Em 2018, dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a cooperação com órgãos legislativos estaduais e municipais para disseminação do modelo institucional da Corregedoria.

5.1.4 Gestão de riscos e medidas de economia nas comissões

O Departamento de Comissões (Decom) é responsável por planejar, supervisionar e gerenciar a prestação de apoio administrativo e de assessoramento técnico-regimental às comissões permanentes e temporárias, bem como às comissões mistas. Segundo dados do Sistema de Informações Legislativas (Sileg), 77% das propostas legislativas que tramitaram na Câmara dos Deputados em 2018 foram aprovadas em caráter conclusivo nas comissões.

Em 2018, realizou-se o mapeamento de riscos no processo crítico “Realizar Reuniões de Comissão”, conforme explicado no [item 2.3](#) deste relatório.

Com vistas à economia de recursos, foi realizada em 2018 a substituição de parte dos componentes da solução de videoconferência, para viabilizar a participação de convidados que, de outra forma, não teriam disponibilidade para estarem presentes à reunião ou audiência. Essa medida resulta em significativa economia de recursos, ao dispensar os gastos com transporte, hospedagem e alimentação do colaborador convidado.

5.1.5 Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

A [Resolução da Câmara dos Deputados nº 25, de 2017](#), instituiu o Plano Anual de Fiscalização e Controle — PAFC — e o Relatório Anual de Fiscalização e Controle — RAFC, com o propósito de formular e desenvolver, de forma planejada, uma agenda de fiscalizações em conjunto com seus órgãos auxiliares, atendendo assim à prerrogativa constitucional do Congresso Nacional como titular do Controle Externo da Administração Pública (arts. 70 a 75 da Constituição Federal de 1988).

Ao longo do exercício de 2018, ocorreu a aplicação do piloto do processo de trabalho que resultou na primeira edição dos dois produtos: o PAFC e o RAFC. A implantação do processo se desdobrou em diversas iniciativas de controle, entre elas, a proposição de seis Propostas de Fiscalização e Controle (PFC) nas áreas de infraestrutura, saúde e educação, e uma visita técnica em obras de infraestrutura no Centro de Processamento Final Imunobiológico de Bio-Manguinhos (Rio de Janeiro), conforme registra o [Plano Anual](#) disponível para consulta no Portal da Câmara.

Até o fim do exercício de 2018, a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 175/2018 teve aprovado seu relatório prévio pela implementação, o que possibilitou seu encaminhamento ao TCU em 19/11/2018. As PFC's 178/2018 e 180/2018 já receberam relatório prévio, mas não foram apreciadas pelo plenário da CFFC. As demais PFC's não receberam manifestação dos relatores designados. Registre-se que, conforme prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em seu art. 105, as proposições em andamento ao final da legislatura têm previsão de remessa ao arquivo da Câmara.

O Relatório Anual de Fiscalização e Controle – RAFC, última entrega do projeto ainda por ser concluída – a qual consolida as informações sobre tais atividades relativas ao PAFC/2018 desenvolvidas no exercício – tem prevista sua apreciação pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle na próxima sessão legislativa, em 2019.

5.1.6 Outras iniciativas no âmbito das comissões da Câmara

Dentro do processo de reestruturação da Coordenação das Comissões Temporárias (Cotem) da Câmara, foi realizada a reestruturação física do Serviço de Comissões Parlamentares de Inquérito (SECPI), possibilitando o melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Além disso, ocorreram alterações na maneira de catalogar e arquivar documentos sigilosos das comissões, aumentando a segurança da informação e dificultando o acesso de pessoas não autorizadas.

Outra iniciativa no âmbito das comissões foi a implantação da identificação automática de participantes das reuniões. Até o início de 2018, apenas os participantes de eventos transmitidos pela TV Câmara eram identificados em tempo real. A pedido do Decom, a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec) desenvolveu software que exibe automaticamente o nome do participante de reunião e de audiências públicas nas comissões. O projeto piloto teve início no Plenário 3 das comissões. Sua ampliação para todos os plenários do Anexo II depende da aquisição de equipamentos, ora em curso.

5.2 Canais de Acesso do Cidadão

A Câmara dos Deputados oferece ao cidadão diferentes mecanismos de informação e de interação com a Casa. Os serviços de informação e participação podem ser acessados por meio da internet ou em atendimento presencial.

Programas permanentes de interação, ações de divulgação e de atendimento especializado, são desenvolvidos para públicos específicos, considerando a faixa etária e a escolaridade. Essas ações buscam promover o conhecimento acerca do Poder Legislativo Federal, o fomento da educação política e a cidadania ativa.

No ano de 2018, a Câmara dos Deputados enviou questionários de satisfação para avaliação dos cidadãos quanto aos atendimentos prestados para as demandas tipificadas como “Lei de Acesso à Informação”. Os resultados dessas avaliações são apresentados no [item 5.2.1](#) deste documento. Ainda em 2018, foi publicado normativo que reformula diretrizes para a gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade, o [Ato da Mesa nº 247, de 2018](#).

5.2.1 Canais bilaterais de interação

No processo de atendimento ao cidadão por meio dos canais bilaterais, a triagem de todas as demandas destinadas à Casa é realizada pela Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800/Fale Conosco, a quem compete analisar as mensagens registradas, responder àquelas de sua competência e encaminhar as demais às áreas gestoras. Cada área é incumbida de realizar os procedimentos necessários ao atendimento de suas demandas e responder ao cidadão.



Os demais temas que caracterizam os pedidos de informação à Câmara (Lei de Acesso à Informação) são apresentados no item “[Ações de Transparência](#)” deste relatório.

Houve um decréscimo de 42%¹⁰ em relação à quantidade de demandas atendidas no ano anterior. No entanto, 2018 foi ano de eleições federais e estaduais, o que, como verificado historicamente, impacta o foco de interesse da sociedade. Por sua vez, houve um aumento no número de demandas do tipo “Lei de Acesso à Informação”, apurado a partir da comparação entre o total de demandas LAI versus total de todas demandas atendidas no ano. Houve aumento também no atendimento às demandas “sugestão legislativa” (1,52%).

Número de demandas atendidas, por tipo, em 2018

Tipo de demanda	Quantidade
Lei de Acesso à Informação	20.725
Solicitação	8.943
Atribuição parlamentar	5.655
Manifestação	3.699
Sugestão legislativa	1.929
Reclamação	690
Denúncia	213
Sugestão administrativa	121
Elogio	60
Subtotal	42.035
Fora do escopo	7.577
Total	49.612

Fonte: Dados extraídos do sistema Prisma.

5.2.2 Perfil dos usuários dos canais bilaterais

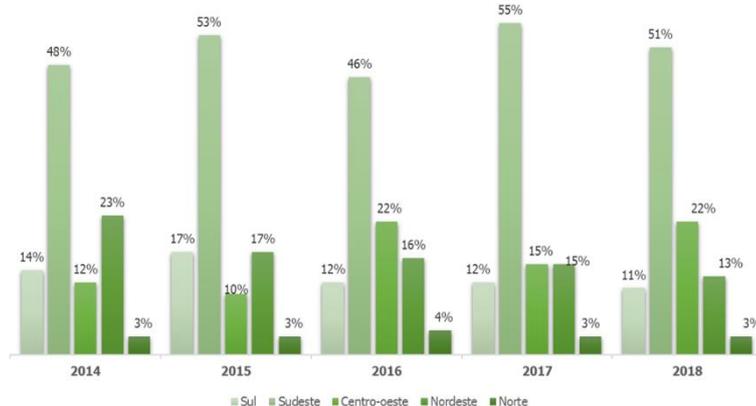


Perfil dos cidadãos atendidos



Como nos anos anteriores, a participação da região Sudeste continua superior à das demais, enquanto que, historicamente, os números da região Norte são pouco significativos. Merece destaque a segunda posição da região Centro-Oeste, pelo terceiro ano consecutivo, o que parece indicar uma crescente mobilização dos cidadãos localizados mais próximos ao centro do poder, na esfera federal. Na distribuição por escolaridade, observa-se um maior percentual de cidadãos com nível médio, seguido por indivíduos de nível superior.

Distribuição por região



Distribuição por escolaridade



Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

¹⁰ O serviço de intermediação de envio de mensagens dos cidadãos aos parlamentares prestado pelo 0800 desta Casa foi descontinuado, uma vez que já são oferecidos à sociedade canais diretos para esse fim: e-mail, telefone e endereço para correspondência do gabinete parlamentar. Portanto, a partir de 16 de julho de 2018, mensagens em que o cidadão solicita contato com um parlamentar em específico, passaram a ser tipificadas como “Lei de Acesso à Informação”, e não mais como “Atribuição Parlamentar”. Na categoria “Fora do Escopo”, estão agrupados pedidos de informação sobre outros órgãos da administração pública, mensagens não pertencentes à Câmara e demandas cujo atendimento não pode ser concluído, como, por exemplo, as ligações interrompidas.

5.2.3 Avaliação de satisfação dos cidadãos-usuários

Logo após a finalização do atendimento, o cidadão recebe da Câmara dos Deputados questionário de satisfação para avaliar o serviço prestado. Vale destacar que essa aferição é espontânea – depende do interesse e disponibilidade do cidadão em responder. Inicialmente, como um projeto piloto, em 2017, os questionários foram enviados apenas aos cidadãos que solicitaram demandas do tipo “Lei de Acesso à Informação”. A partir do segundo semestre de 2018, todas as demandas atendidas por meio dos canais bilaterais passaram a fazer parte do processo de aferição do grau de satisfação dos usuários.

Tendo em vista que os questionários para aferição dos atendimentos relacionados às demais tipologias de demandas foram encaminhados e recebidos somente a partir do segundo semestre de 2018, a apresentação desses dados será feita no próximo relatório de gestão.

No questionário enviado, o cidadão pode atribuir uma nota que vai de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito) e registrar um comentário. A seguir, estão os destaques de avaliação do atendimento em 2018 para as demandas “Lei de Acesso à Informação” e, em seguida, o comparativo com o ano anterior. No período, foram encaminhados 10.555 questionários. O retorno obtido foi de 16%.



Avaliação do atendimento



85% atribuíram nota 5 (muito satisfeito) ou nota 4 (satisfeito) ao atendimento prestado pela Câmara dos Deputados, enquanto 13% afirmaram estar muito insatisfeitos (nota 1) ou insatisfeitos (nota 2).

↑ 22%

a mais de usuários satisfeitos, em relação à 2017.



Dos 13% insatisfeitos, 7% indicaram ter recebido uma resposta diferente do que foi perguntado.

5.2.4 Canais multilaterais de interação

A Câmara dispõe de diversas ações de interação multilateral, com objetivo de ampliar a transparência do processo legislativo e direcionar as contribuições originadas na participação popular aos parlamentares.

5.2.4.1 Portal e-Democracia

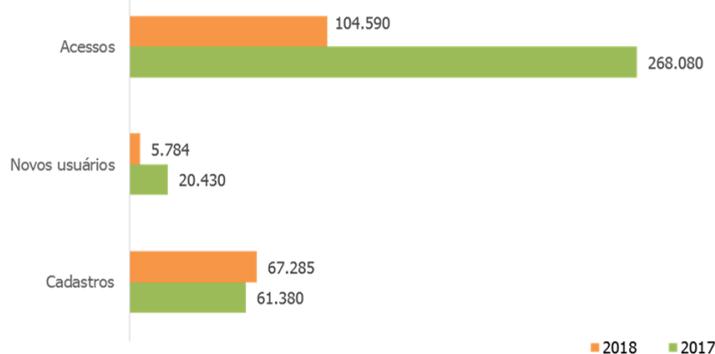
O LabHacker, criado pela [Resolução nº 49, de 2013](#), é responsável pela governança do portal e-Democracia, uma plataforma de participação com múltiplas ferramentas, que amplia a transparência da atividade legislativa e a interação entre os parlamentares e a sociedade.

Ao longo de 2018, foram efetuados 67.285 cadastros no [portal e-Democracia](#). Desses, 5.784 registros são de novos usuários. Somadas todas as interações, o portal do e-Democracia foi acessado 104.590 vezes.

Em 2018, como se pode observar na figura ao lado, houve redução significativa da atividade legislativa no âmbito do Congresso Nacional devido ao processo de eleições gerais, com impacto direto na participação no portal e-Democracia.

Dentre as funcionalidades de participação do portal e-Democracia destacam-se:

- *Wikilegis* – plataforma de edição colaborativa sobre o processo legislativo, onde foram apresentadas 3 proposições legislativas abertas, com 57 sugestões de alterações e 61 comentários; e
- Audiência pública interativa – ferramenta que promove a interação em tempo real com as audiências públicas, por meio de perguntas aos parlamentares.



Quadro 8 – Audiências públicas interativas nas comissões da Câmara dos Deputados (2017-2018)

Ano	Salas criadas	Mensagens	Perguntas	Votos	Participantes
2017	467	6.107	3.095	10.285	2.773
2018	174	5.238	1.503	5.849	1.772

Fonte: Laboratório Hacker.

O Laboratório Hacker disponibilizou código aberto do portal e-Democracia, na plataforma de compartilhamento [GitHub](#). Assim, qualquer assembleia legislativa ou câmara municipal que tiver interesse poderá usar o código para ter seu próprio portal de interação com a sociedade. A [Câmara Legislativa do Distrito Federal](#) foi a primeira a utilizar a plataforma e já existem outras instituições interessadas, tais como universidades, agências reguladoras e outros órgãos governamentais.

Em 2018, foi firmado acordo de cooperação técnica entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal com a finalidade de disponibilizar a plataforma e-Democracia para assembleias estaduais e câmaras municipais. Cerca de 20 casas legislativas participaram de duas oficinas sobre a plataforma. Saiba mais na [internet](#).

O LabHacker realizou o desafio “InovAtiva Cívico”, uma trilha específica do Programa InovAtiva do Governo Federal, com a finalidade de atrair iniciativas de empreendedorismo cívico que contribuam para aumentar a participação cidadã. Foram selecionadas seis *startups* cívicas, que receberam capacitação e mentoria do programa. Conheça mais sobre o assunto na [internet](#).



O que é o InovAtiva Cívico ?

É um programa nacional e gratuito, voltado para empreendimentos inovadores que promovam controle social, participação e transparência no Poder Legislativo.

Numa parceria com a Câmara dos Deputados, por meio do Laboratório Hacker, ele é parte do programa InovAtiva, criado em 2013 pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).



5.2.4.2 Ferramentas de interação digital

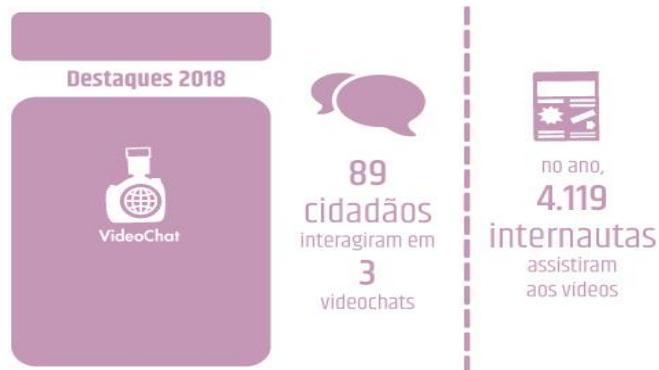
A Câmara dos Deputados tem aperfeiçoado seus canais de interação, objetivando ampliar a participação dos cidadãos e gerar informações relevantes para uso por parte dos parlamentares em suas atividades. Destacam-se:

- ✓ **Enquetes** - têm por objetivo incentivar o conhecimento e a mobilização dos cidadãos acerca de propostas em discussão na Câmara. A ferramenta foi ao ar em versão experimental de março a novembro de 2018, com duas opções de resposta. A partir de dezembro de 2018, com nova metodologia os interessados agora podem manifestar sua opinião sobre o projeto em uma escala de 5 níveis e ainda comentar, por exemplo, os pontos de concordância e/ou discordância e as melhorias que poderiam ser introduzidas no texto.



- ✓ **Comentários nas reportagens:** possibilita a participação dos cidadãos por meio de comentários nas matérias do [portal Câmara Notícias](#). Em 2018, foram 5.317 comentários em 9.057 matérias.

- ✓ **VideoChat:** visa esclarecer dúvidas dos cidadãos acerca de matérias que estão em discussão na Câmara e que despertam o interesse do público. Os vídeos são transmitidos ao vivo pelo *YouTube* e gravados no estúdio da TV Câmara. Simultaneamente, o vídeo pode ser compartilhado nas redes sociais tanto pelo deputado quanto pelos cidadãos que participam do *chat*, por meio do Portal e-Democracia.



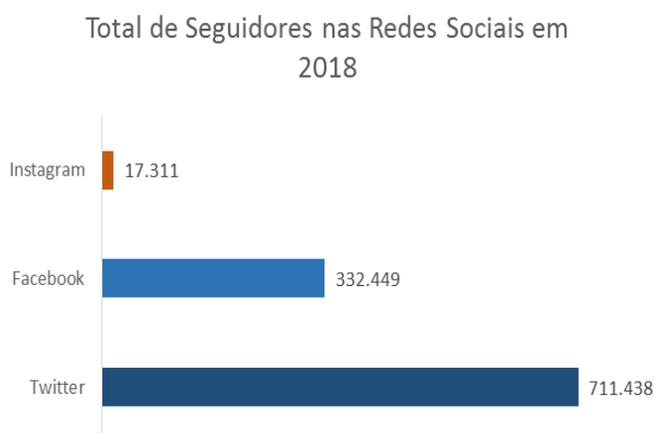
- ✓ **Disque-Câmara:** canal de atendimento telefônico gratuito (0800) para o cidadão participar de programas dos veículos de comunicação da Câmara, enviando sua opinião, dúvidas e perguntas, além de poder encaminhar solicitações, críticas, elogios e sugestões. As demandas recebidas são tratadas e concluídas diretamente, no atendimento, ou, a depender da complexidade, o cidadão é direcionado à área gestora competente.

5.2.4.3 Redes Sociais

Como parte do projeto corporativo de modernização das redes sociais da Casa, a Câmara dos Deputados criou a Coordenação de Interação Digital vinculada à Assessoria de Projetos e Gestão ([Ato da Mesa nº 203, de 2017](#)).

A Coordenação passou a desenvolver as seguintes atividades: coordenação de campanhas e ações feitas pela Câmara dos Deputados com linguagem e visual compatível e para perfis institucionais a elas vinculados, o monitoramento de dados relativos a esses perfis em redes sociais; prospecção, em parceria com outras áreas da Casa, de redes sociais e de ferramentas tecnológicas de interação digital com potencial corporativo para Câmara e a definição da estratégia de relacionamento com o usuário e de publicação de postagens em perfis institucionais em redes sociais da Câmara dos Deputados, em especial nas contas corporativas.

Em 2018, foi publicada a Política de Governança e de Gestão das Redes Sociais Digitais, a ser observada pelos órgãos internos da Câmara, conforme [Ato da Mesa nº 244, de 2018](#). Criou-se também o Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais, consoante regulamento do Ato do Presidente do Comitê de Gestão Estratégica nº 4, de 2018.



Os canais institucionais da Câmara nas redes sociais são os seguintes:

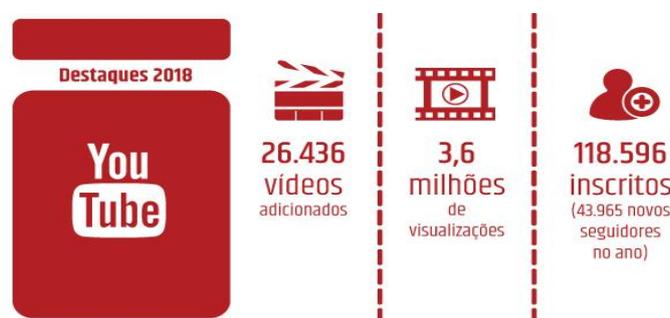
- **Facebook** – A página oficial da Câmara dos Deputados contava **332.449** seguidores, em 31/12/2018. A estratégia de atividades para essa rede é de informar a população, com linguagem mais acessível e apoio de imagens lúdicas e vídeos, sobre os resultados dos trabalhos legislativos das comissões e do Plenário. Informações sobre a Câmara, esclarecimento sobre palavras e expressões típicas do linguajar legislativo também fazem parte das ações que visam aumentar a transparência e fortalecer a participação da sociedade.

- *Twitter* – O perfil da Câmara dos Deputados no *Twitter* é o mais antigo em atividade e com maior número de seguidores, registrando em 31 de dezembro **711.438** seguidores. Sua principal característica é a agilidade da divulgação de fatos ocorridos nas comissões e no Plenário. Os temas tratados na Câmara são apresentados por meio de links para matérias elaboradas pelo corpo técnico e jornalístico da Casa, para instruir a população corretamente, sem juízo de valor.

- *Instagram* – O perfil da Câmara no *Instagram* foi criado em outubro de 2017. Contava no início com 2.120 seguidores e, em 31/12/2018, contava com **17.311 seguidores**.

Atualmente existem **53** perfis no *Facebook* vinculados com a Câmara sobre atuação parlamentar de comissões, de órgãos da Mesa, prestação de serviços à população, distribuição de conteúdo jornalístico, educação política para crianças e jovens. No *Instagram* são **21** perfis que reforçam e, muitas vezes, replicam o conteúdo já distribuído no *Facebook*. No *Twitter* são **30** perfis, com atuação predominante dos conteúdos jornalísticos.

O canal da Câmara no *YouTube* está sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social. As audiências públicas nas comissões e as votações no Plenário da Casa são transmitidas ao vivo, sem cortes e sem edição. Também está disponível toda a produção da TV Câmara e da Rádio Câmara.



5.2.5 Posse dos deputados federais em 2019

No decorrer do ano de 2018, diante do início da 56ª Legislatura em 2019, o Departamento de Apoio Parlamentar (Deapa) da Câmara dos Deputados atuou como órgão responsável pela gerência do Projeto Posse 2019. O projeto envolveu diversas áreas da Casa e possui como entregas principais a divulgação, por meio do [Portal da Posse](#), de informações aos eleitos e ao público em geral acerca do calendário das ações em preparação para a posse, conteúdos importantes para providências e orientações diversas, entre outras atividades que envolvam o apoio a parlamentares e a estruturação de seus gabinetes para o início do exercício das atividades legislativas.

5.3 Mecanismos de Transparência das Informações na Câmara dos Deputados

Este item apresenta as formas de acesso às informações referentes à atuação da Câmara dos Deputados no portal na internet, bem como suas ações de transparência.

5.3.1 Portal da Câmara dos Deputados

O [portal](#)¹¹ da Câmara dos Deputados reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados, promove a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferece mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação. Em 2018, o portal da Câmara recebeu mais de 53 milhões de visitas, conforme relatórios disponíveis na área [Sobre o Portal/Estatísticas](#).

¹¹ Disponível em: <www.camara.leg.br>.

Em janeiro de 2018, foram premiados os vencedores do [concurso para desenho do novo layout do portal](#). Em abril, foi designada uma equipe executora do projeto “Virada Digital”, para realizar a reformulação do portal, com base nas propostas apresentadas pelos vencedores e pelas diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Em linhas gerais, essas diretrizes orientaram a equipe a desenvolver um portal “*mobile first*” (desenhado para ser usado em celulares, pois é deles que vem o maior número de acessos ao portal), com linguagem simplificada, com arquitetura focada no cidadão, fácil acesso às ferramentas de participação popular nas atividades legislativas e busca simplificada. O novo portal, cujo trabalho de elaboração foi conduzido ao longo do ano de 2018, será lançado em janeiro de 2019.

O portal da Câmara dos Deputados alcançou a 10ª colocação no ranking dentre as 135 instituições fiscalizadas, com nota 0,85, segundo relatório de avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos, apresentado pelo Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 1.832/2018-TCU – Plenário, encaminhado por meio do Ofício 0518/2018-TCU/Sefti. A descrição dos principais serviços está disponível para consulta no [Portal](#).

5.3.2 Ações de transparência

Para atendimento aos requisitos da [Lei nº 12.527, de 2011 \(LAI\)](#), em 2018, a Câmara dos Deputados apresentou o [Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação](#), do período de 1/1/2018 a 31/12/2018. A Câmara disponibiliza ainda a [Cartilha do Cidadão](#), para esclarecer os principais pontos da lei e as diversas formas de acesso a informações na Casa.

5.3.2.1 Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap)

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar.

O [Ato da Mesa nº 43, de 2009](#), detalha as regras para o uso da Ceap. O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação (UF) pela qual foi eleito. Essa variação ocorre pelo valor das passagens aéreas de Brasília a essa UF. A tabela completa, para todas as unidades da federação, com os limites mensais da cota por deputado, encontra-se disponível no anexo do Ato.

No que refere ao controle dos gastos da Ceap, há, ainda, o [Ato da Mesa nº 199, de 2017](#), que limitou a doze meses o período de locação ou fretamento do mesmo veículo automotor, para fins de reembolso pela cota parlamentar.

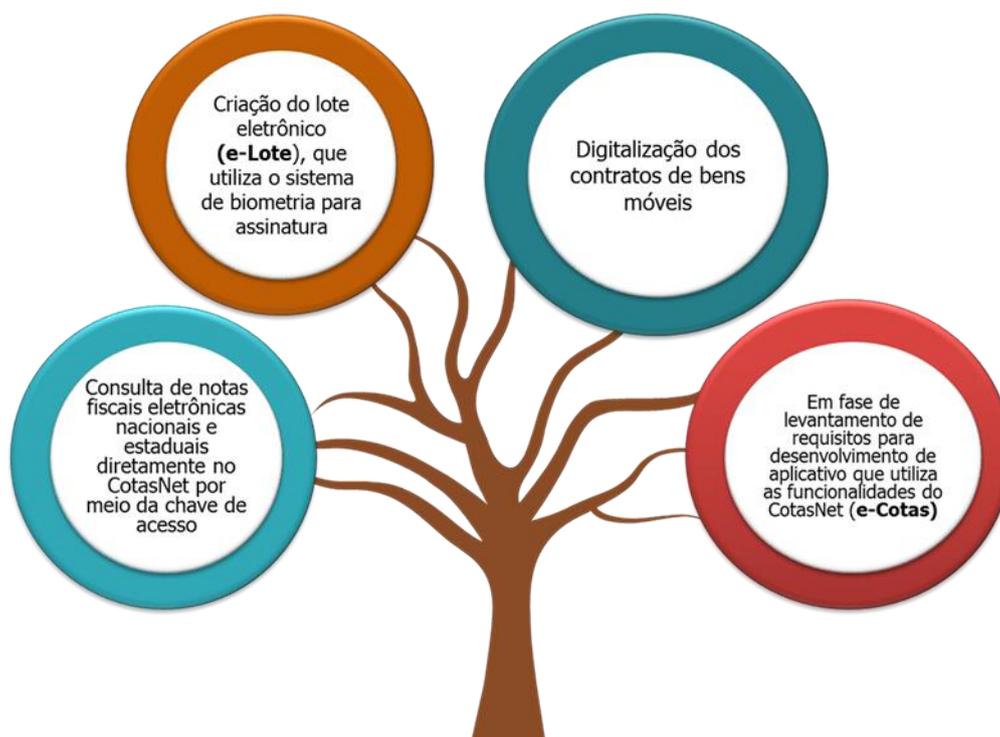
No portal da Câmara dos Deputados, a [página](#) da cota para o exercício da atividade parlamentar foi reformulada para cumprir a Lei de Acesso à Informação, permitindo ao cidadão uma pesquisa mais completa dos gastos. O novo sistema, chamado “Controle Cidadão”, permite, por exemplo, pesquisar vários deputados ao mesmo tempo, por um período de tempo ampliado, e escolher um ou mais tipos de despesa. Os resultados podem ser agrupados por mês, deputado, partido, unidade da federação e até pelo CNPJ das empresas que prestaram serviços aos parlamentares. Estão disponíveis na página 22 tipos diferentes de busca.

O “Controle Cidadão” vai ao encontro do direito fundamental de acesso à informação, previsto nos arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II, e 216, § 2º, da Constituição Federal. Ademais, o novo sistema fortalece a transparência ativa da Câmara dos Deputados, exigida pelo art. 8º da Lei de Acesso à Informação, à medida que a Casa disponibiliza seus dados independentemente de requerimento. Desse modo, a sociedade civil pode acompanhar facilmente a utilização dos recursos públicos pelos deputados.

Os documentos comprobatórios desses gastos são digitalizados e podem ser acessados no mesmo endereço eletrônico. Além disso, é possível, também, acessar o serviço [Dados abertos – cota parlamentar](#), que disponibiliza arquivos em 4 formatos (XML, JSON, CSV e XLSX) compactados para *download* com dados relativos aos gastos parlamentares registrados na Câmara dos Deputados desde o ano de 2009.

Em 2018, como parte de ação estratégica vinculada ao Projeto Corporativo de Modernização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, foram implementadas mudanças no Sistema de Gestão de Cotas e Serviços – CotasNet, com o objetivo de dar celeridade ao processo de reembolso de despesas realizadas pelos deputados por meio da cota parlamentar, bem como reduzir o gasto com papel e impressão. As inovações mais relevantes são apresentadas a seguir.

Projeto Corporativo Modernização da CEAP – Melhoria nos processos/Sistema CotasNet



Com o objetivo de aprimorar a gestão da Ceap, bem como racionalizar os processos a fim de dar mais agilidade, transparência e gerar economia de recursos, a Câmara dos Deputados tem atuado, nessa área, conforme tópicos a seguir:

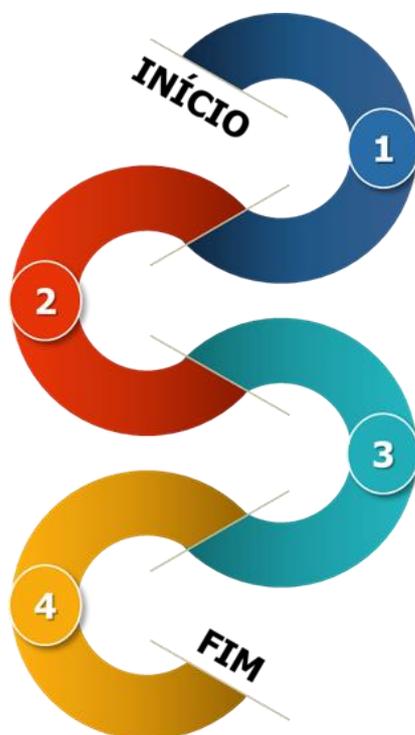
- **Compra direta de passagem aérea e aquisição de software de busca:** os objetivos desta ação estão descritos na figura abaixo.

Companhias aéreas credenciadas

- As companhias aéreas **Latam, Avianca e Azul** aderiram ao Termo de Credenciamento e já formalizaram o Acordo Corporativo de Desconto.
- A companhia aérea **Gol** já aderiu ao Termo de Credenciamento, restando pendente a assinatura do Acordo Corporativo de Desconto.

Situação atual do processo

- Pendente de assinatura o Acordo Corporativo de Desconto a ser firmado com a companhia aérea **Gol**.
- Republicado o Pregão Eletrônico nº 196/18 (aquisição de software).



Edital de Credenciamento n. 1/18

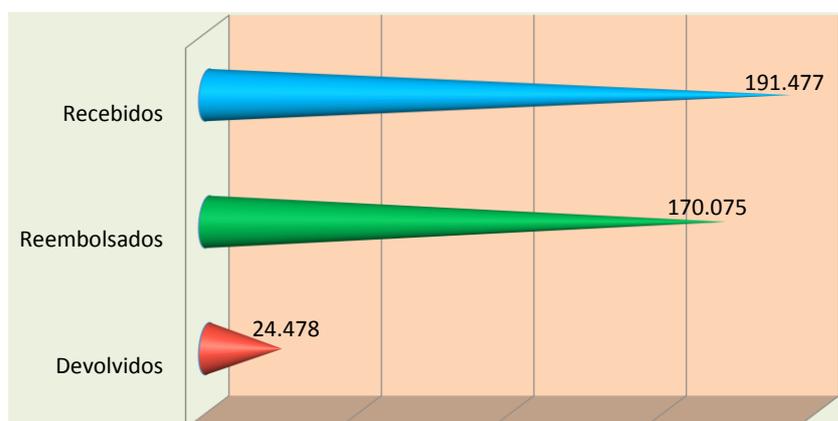
Aquisição de passagens aéreas nacionais com desconto mínimo de 3% (três por cento) das companhias aéreas habilitadas com prazo de reserva de até 72 horas.

Aquisição de software

Lançamento do Pregão Eletrônico nº 196/18 para aquisição de software objetivando a operacionalização da compra direta de passagens aéreas nacionais, junto às companhias aéreas credenciadas que celebraram os acordos corporativos de desconto, com abertura prevista para **27/12/2018** (suspensão).

- **Gestão de documentos fiscais - 2018:** da quantidade de documentos fiscais recebidos em 2018, 88% foram reembolsados e cerca de 12% devolvidos ao parlamentar por alguma inconsistência na comprovação da despesa. Evitou-se, portanto, o reembolso indevido de despesas que demonstraram estar em desacordo com a norma reguladora da cota parlamentar.

Gestão de documentos fiscais – 2018*



*Informações extraídas do Sistema CotasNet em 21.01.2019, referentes a documentos analisados no período de janeiro a dezembro de 2018.

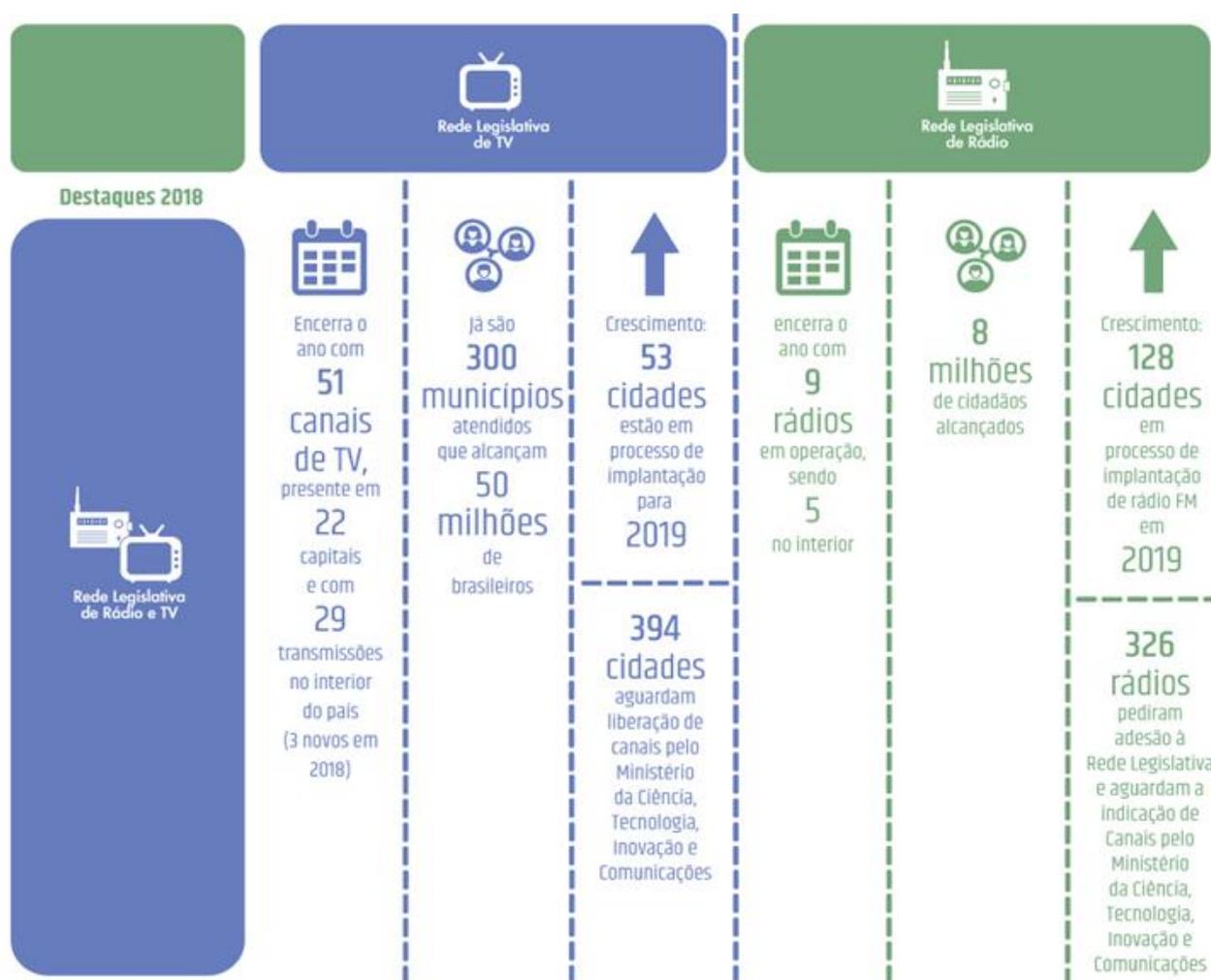
5.4 Ações de Interação da Câmara dos Deputados com a Sociedade

Algumas ações realizadas em 2018 merecem destaque por buscar ampliar a visibilidade do Legislativo junto aos cidadãos e a interação com a sociedade.

5.4.1 Rede legislativa de rádio e TV

Para que os brasileiros acompanhem o que está sendo discutido e votado no Congresso Nacional, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais, a Câmara dos Deputados criou, em 2012, uma rede nacional de canais de TV digital e rádio FM.

A Rede Legislativa de TV é a primeira rede de televisão a se formar no Brasil com o recurso digital da multiprogramação, que possibilita o uso de um mesmo transmissor para quatro emissoras independentes. A multiprogramação permite que o canal de 6MHz consignado ao Poder Legislativo federal transmita ao mesmo tempo, 24 horas por dia, as programações da TV Câmara federal, da TV Senado, da TV Assembleia estadual e da TV câmara municipal.



O canal FM consignado à Câmara dos Deputados transmite a Rádio Câmara de Brasília e a rádio parceira local, com compartilhamento da grade de programação. Mais de oito milhões de cidadãos têm acesso à Rádio Câmara. Saiba mais [aqui](#).

5.4.2 Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados

A divulgação da atividade parlamentar é feita pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara, Jornal da Câmara e portal Câmara Notícias.

Desde 1998, a TV Câmara tem a missão de transmitir as discussões e votações que ocorrem no Plenário Ulysses Guimarães e nas comissões, dando transparência à elaboração das leis que regem o dia a dia da sociedade. Ao longo dos anos, tornou-se um veículo de promoção dos valores brasileiros e consolidou-se como um canal público de informação e cidadania. Além das transmissões de Plenário e comissões, a TV Câmara tem programação jornalística com participação de parlamentares nos comentários, com debates e discussão dos grandes temas que tramitam no Parlamento e cultural. Saiba mais [aqui](#).

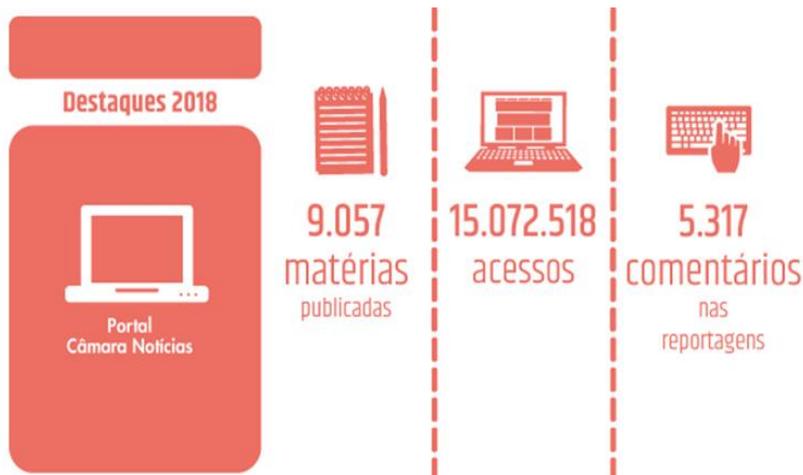
A figura a seguir apresenta os números de exibições da TV Câmara, cuja programação funciona 24 horas por dia.



A Rádio Câmara iniciou suas transmissões em Brasília em 1999 para dar transparência aos trabalhos da Câmara dos Deputados. Desde então, a emissora oferece aos ouvintes a transmissão ao vivo das votações em Plenário, a cobertura jornalística das atividades parlamentares, programas voltados à formação de cidadania, campanhas de utilidade pública, além de uma programação cultural e musical comprometida com a diversidade do país. Saiba mais [aqui](#).

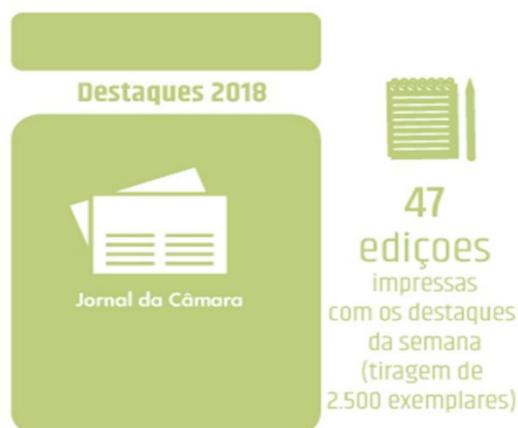


A Agência Câmara disponibiliza informações das votações de projetos no Plenário e nas comissões, descrição dos projetos em tramitação, apresentação de eventos a serem realizados e cobertura de audiências públicas e outros eventos. Atraindo grande parte dos acessos ao portal da Câmara, o portal Câmara Notícias consolidou-se como fonte primária de notícias para os cidadãos e órgãos de imprensa em geral. Saiba mais [aqui](#).



As atividades legislativas da Câmara também podem ser acompanhadas por intermédio de registros fotográficos. As imagens e ilustrações estão disponíveis no [Banco de Imagens](#). Podem ser livremente utilizadas, sem custo e sem necessidade de autorização, bastando apenas que sejam dados os créditos de autoria de cada uma das fotos utilizadas.

O jornal da Câmara, com edição semanal, destaca as principais notícias da semana para o público circulante, especialmente aqueles que participam das reuniões e audiências públicas das comissões e do Programa de Visitação Institucional do Congresso Nacional.



5.4.3 Divulgação institucional e apoio a eventos

A Câmara dos Deputados não dispõe de contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda. Existe uma equipe própria, lotada no Serviço de Publicidade do Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Secom, responsável por desenvolver as campanhas institucionais (informativas e de conscientização) voltadas aos públicos interno e externo, além de outras ações relacionadas à divulgação dos eventos realizados pelos diversos órgãos da Casa.



A Câmara dos Deputados mantém uma estrutura específica que viabiliza a realização de eventos nas suas dependências – da reserva do espaço à divulgação, passando por cerimonial e protocolo, fornecimento de serviços de infraestrutura, entre outras ações.

Os eventos aproximam a sociedade do Parlamento e reafirmam a vocação da Casa de acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro. São promovidos pelo quadro parlamentar e administrativo da Casa, consistem em atos públicos, seminários, congressos, simpósios, conferências, fóruns, encontros, exposições artísticas e manifestos culturais, lançamentos de publicações e de campanhas, visitas oficiais, sessões solenes, programas institucionais e outras iniciativas.

Todas essas atividades da Câmara dos Deputados são cobertas por veículos de comunicação do Brasil e do mundo. Os jornalistas desses veículos contam com atendimento institucional especial por meio do [Serviço de Assessoria de Imprensa](#).



A divulgação interna é realizada por meio de boletins diários e publicação de notícias no CamaraNet (o portal intranet da Casa). Divulgam-se notícias que sejam de interesse ou utilidade para os servidores da Casa. Nesse veículo, foram publicadas 934 matérias e enviados 235 boletins eletrônicos no decorrer do ano.



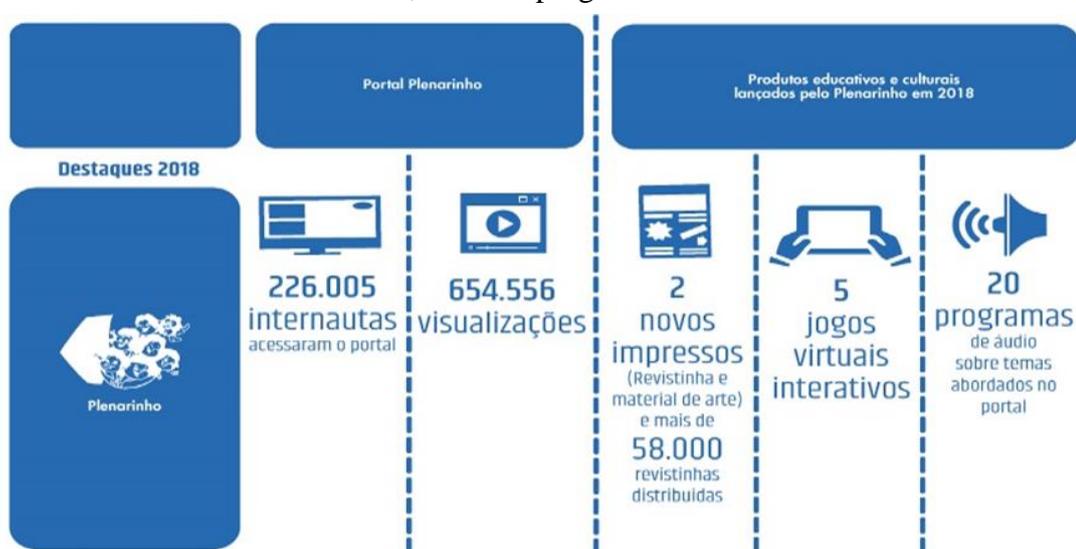
5.4.4 Centro Cultural Câmara dos Deputados

O Centro Cultural Câmara dos Deputados, criado pelo [Ato da Mesa nº 51, de 2012](#), disponibiliza à sociedade e aos servidores o rico acervo histórico e artístico da Câmara dos Deputados. Também apoia, viabiliza e normatiza todas as manifestações culturais realizadas nas dependências da Casa. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, gabinetes de arte, apresentações musicais, projeções cinematográficas, lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para constituição da identidade brasileira, do papel institucional e histórico do Legislativo.



5.4.5 Interação com o público infanto-juvenil – programa Plenarinho

O Plenarinho é um programa de relacionamento da Câmara dos Deputados com a comunidade, de caráter educativo, voltado para o universo infantojuvenil, crianças de 7 a 14 anos, pais e professores. O programa ancora-se no portal na internet [Plenarinho](#), com o slogan “O jeito criança de ser cidadão”. Entre as atividades do *site*, estão os programas Câmara Mirim e Eleitor Mirim.



5.4.6 Programas permanentes de interação com o público

A Câmara dos Deputados fomenta a educação política e a cidadania ativa. Em 2018, as ações de educação listadas abaixo atraíram 1.992 participantes, entre professores, estudantes e membros da sociedade civil organizada. [Clique nos programas para abri-los no portal da Câmara.](#)



TOTAL PARTICIPANTES 2018

533

NÚMERO DE EDIÇÕES

9

Durante cinco dias, estudantes universitários participam de palestras, debates, visitas, vivências e simulações que abordam o papel do Poder Legislativo e proporcionam reflexões sobre democracia e exercício da cidadania. Maiores informações no [portal da Câmara](#).



TOTAL PARTICIPANTES 2018

60

NÚMERO DE EDIÇÕES

1

Programa de capacitação de 120 horas em Educação para Democracia, voltado para professores de escolas públicas que têm interesse nas temáticas relacionadas a democracia, cidadania, política e Poder Legislativo. Saiba mais no [portal da Câmara](#).



TOTAL PARTICIPANTES 2018

78

NÚMERO DE EDIÇÕES

1

Alunos do ensino médio, atuam como se fossem deputados, vivenciando na prática, os ritos democráticos de discussão e aprovação das leis. Podem participar estudantes de todo o país. Informações no [portal da Câmara](#).



TOTAL PARTICIPANTES 2018

27

NÚMERO DE EDIÇÕES

1

O PJB (Parlamento Jovem Brasileiro) conta com a parceria das Secretarias de Educação dos estados e do DF. Durante esse Encontro, são repassadas as diretrizes do PJB estabelecidas pela Câmara dos Deputados e são construídas estratégias para a atuação dos coordenadores na divulgação e execução do programa.



TOTAL PARTICIPANTES 2018

177

NÚMERO DE EDIÇÕES

4

O programa destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Conheça mais sobre o programa no [portal da Câmara](#).



TOTAL PARTICIPANTES 2018

88

NÚMERO DE EDIÇÕES

2

Capacitação voltada para representantes de organizações da sociedade civil, a oficina visa divulgar o funcionamento do Poder Legislativo. Maiores informações no [portal da Câmara](#).



ESTÁGIO CIDADÃO

TOTAL DE PARTICIPANTES 2018

46

NÚMERO DE EDIÇÕES

2

O programa oferece aos estagiários da Câmara dos Deputados oportunidade de formação, de maneira que entendam a complexidade do processo legislativo e as funções do Parlamento, buscando incentivar o protagonismo dos jovens. Maiores informações no [portal da Câmara](#).



TOTAL DE PARTICIPANTES 2018

170

NÚMERO DE EDIÇÕES

1

O Politeia é um projeto de extensão do Instituto de Ciência Política (Ipol), da Universidade de Brasília (UnB). O principal objetivo do Politeia é, por meio de simulação do trabalho parlamentar, trazer aos universitários informações sobre o Legislativo, seus processos e suas implicações para o cotidiano de todo e qualquer brasileiro. [Acesse o site](#) para obter mais informações.



TOTAL DE PARTICIPANTES 2018

450

NÚMERO DE EDIÇÕES

10

O programa integra atividades de cunho pedagógico a uma visita guiada pelo Congresso Nacional para estimular a participação no processo político-democrático. Tem por objetivo promover a aproximação da Câmara dos Deputados com jovens estudantes das últimas séries do ensino médio. Conheça mais informações no [portal da Câmara](#).



TOTAL DE PARTICIPANTES 2018

363

NÚMERO DE EDIÇÕES

1

Voltado a estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, tem por objetivo estimulá-los a apresentar projetos de lei que tragam melhorias para o país. Os alunos autores das três melhores propostas, e seus respectivos professores, participam de atividades que simulam uma sessão de votação no Plenário da Câmara, tendo a chance de vivenciar a rotina dos deputados. Podem concorrer estudantes de todo o Brasil. Saiba mais no [portal da Câmara](#).

Além disso, a Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, possui o programa “Visite o Congresso”, que oferece visitas guiadas às duas casas legislativas. É uma iniciativa que objetiva proporcionar ao público experiências e informações acerca do papel do Congresso Nacional e de sua importância. O público tem à disposição atendimentos em português, inglês, espanhol, francês e Libras. Há também profissionais que atuam na recepção de autoridades, visitas oficiais, eventos institucionais variados, no balcão da Lei de Acesso à Informação, no atendimento aos programas institucionais e na visitação institucional.

Destaques 2018



Visitação Institucional e Receptivo



Visitação Institucional do Congresso Nacional
2 novos prêmios em 2018:
"Melhor atração de Brasília"
e "Escolha dos Especialistas - 2018 Experts Choice Award"
138.119 visitantes



Receptivo 463.378, pessoas recepcionadas e atendidas nas portarias de acesso à Câmara dos Deputados

Receptivo e acompanhamento de 294 autoridades e delegações

6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

6.1 Resumo do Processo para determinar a Materialidade das Informações constantes do Relatório de Gestão de 2018

A Câmara dos Deputados tem adotado, desde 2016, medidas para aperfeiçoar sua Prestação de Contas Anual (PCA). Para tanto, avaliaram-se os papéis e atribuições dos atores envolvidos na PCA, bem como as dificuldades existentes no processo. Identificaram-se oportunidades de melhoria para a comunicação entre os setores, de forma a prevenir inconsistência ou incompletude de informações e a priorizar a avaliação do alinhamento das atividades com a estratégia da Casa.

A partir dessa análise, evidenciou-se que seria necessário integrar a atuação dos envolvidos na prestação de contas. Assim, estimulou-se a efetiva participação dos Escritórios Setoriais de Gestão e Apoio à Governança Corporativa e Escritório Corporativo de Governança e Gestão no processo de elaboração da PCA, de maneira que funcionem como uma primeira etapa de seleção e integração de informações.

Assim, de acordo com os conteúdos definidos nos normativos definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Administração direcionou os temas que seriam abordados pelas áreas. Nesse sentido, o processo que determinou a materialidade das informações constantes deste Relatório se iniciou no âmbito de cada unidade administrativa, que selecionou os pontos essenciais que impactaram os resultados da gestão no exercício de 2018 e os enviou aos Escritórios Setoriais que estão localizados em cada Diretoria. Esses escritórios avaliaram o conteúdo recebido e priorizaram as informações que foram encaminhadas ao Escritório Corporativo.

O Escritório Corporativo procedeu à análise e seleção dos conteúdos recebidos a partir de uma avaliação estratégica com foco em identificação de riscos, oportunidades, partes interessadas e principalmente na geração de valor à sociedade. Em seguida, o documento foi enviado ao Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), que é o responsável por providenciar a prestação de contas a ser submetida ao TCU, nos termos do art. 191, inciso VIII, da [Resolução CD nº 20, de 1971](#).

A aprovação do documento final, com a determinação das informações a serem divulgadas, foi feita pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa.

Por fim, ressalta-se que, para reforçar e alinhar esse processo, em 2018, a Câmara dos Deputados publicou o calendário da elaboração da prestação de contas anual e realizou o II Seminário Preparatório para Elaboração da PCA, destacando o novo formato e as diretrizes de relato integrado disseminado pelo Tribunal de Contas da União, conforme disposto na Decisão Normativa TCU nº 170, de 2018.

6.2 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Apresenta-se neste tópico visão geral acerca das determinações e recomendações feitas em acórdãos pelo Tribunal de Contas da União à Câmara dos Deputados.

6.2.1 Deliberações expedidas pelo TCU em 2018

No exercício de 2018, as deliberações do TCU dirigidas à Câmara foram consubstanciadas em cinco acórdãos. As deliberações nos mencionados acórdãos resultaram em 1 determinação e 10 recomendações, conforme resumo apresentado a seguir.

Quadro 9 – Deliberações expedidas pelo TCU no exercício de 2018

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/ítem	Itens atendidos	Itens pendentes/ em atendimento	Comunicação expedida/ processo/CD
014.133/2017-2	2779/2017-TCU-Plenário	Recomendação 9.1.2	9.1.2	-	Informação constará nos Relatórios de Gestão
014.828/2017-0	814/2018-TCU-Plenário	Recomendação 9.1.1(9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2)	9.1.1(9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2)	-	Ofício DG
010.408/2011-8	205/2018-TCU-Plenário	Determinação 9.4	9.4	-	Ofício DG
023.050/2013-6 e 023.799/2016-1	3.051/2014 - TCU - Plenário e 1.771/2017-TCU - Plenário (Monitoramento)	Recomendação 9.1.1 9.1.3 9.1.5 9.1.6 9.1.7 9.1.8	9.1 (9.1.5, 9.1.7, 9.1.8)	-	Mensagem eletrônica Sefti@tcu.gov.br
033.918/2018-0 (Requisição de informações Of. 29-385/18)	1322/2018-TCU-Plenário	Recomendação 2.a	-	-	Ofício DG 325/2018

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

6.2.2 Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

As deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores estão apresentadas na tabela a seguir, que demonstra a situação dos 16 itens entre determinações e recomendações expedidas. Foram atendidos 7 itens de determinações e 8 itens de recomendações no presente exercício.

Quadro 10 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/ítem	Itens atendidos	Itens pendentes/ em atendimento	Comunicação expedida/ processo CD
012.960/1997-7	1.804/2016-TCU-Primeira Câmara	Determinação 9.3.2 9.3.3	9.3.2	9.3.3	25.497/1996 (arquivado em 2017 pela Coordenação de Inativos e Pensionistas - Coipe)
010.638/2016-4	1.469/2017-TCU-Plenário	Recomendação 9.4	9.4	-	126.042/2017
020.145/2015-2	2.339/2016 TCU-Plenário	Recomendação 9.5	9.5	-	125.753/2016
032.942/2017-6	1.293/2018-TCU - Plenário	Recomendações 9.2.1 9.2.2	9.2.1 9.2.2	-	367.000/2018
013.815/2016-4	1.590/2018-TCU-Plenário	Recomendações 9.2.1 9.2.2 9.2 9.3	9.2.1 9.2.2 9.2 9.3	-	108.763/2018
017.368/2016-2	1.832/2018-TCU - Plenário	Determinação 9.1.1 9.1.1.1 9.1.1.2 9.1.1.3 9.1.1.4 9.1.2	9.1.1 9.1.1.1 9.1.1.2 9.1.1.3 9.1.1.4 9.1.2	-	438.096/2018

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

6.2.3 Deliberação decorrente do julgamento de contas anual

No exercício 2018 não houve deliberação sobre as prestações de contas dos exercícios que estão em andamento no Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2.4 Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal (NRF)

Este item tem o objetivo de apresentar as medidas adotadas pela Câmara dos Deputados para assegurar o cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal (NRF) instituído pela [Emenda Constitucional nº 95, de 2016](#), conforme determina o Acórdão TCU nº 2.779/2017.

6.2.4.1 Monitoramento das restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016

A Câmara dos Deputados passou a adotar, desde 2017, medidas de controle de gastos para fazer frente às exigências do Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

A alta administração, com assessoramento do Defin e outras áreas da Casa, tem orientado as unidades administrativas e realizado um rigoroso monitoramento do ritmo de crescimento das despesas obrigatórias – as quais totalizaram mais de 88% das despesas primárias pagas pela Câmara em 2018 (inclui restos a pagar) –, uma vez que estas, se não controladas, acabarão por pressionar as despesas discricionárias e comprometer o bom funcionamento da Câmara.

O quadro abaixo demonstra alguns itens de despesa de custeio cuja variação de pagamento entre 2016 e 2018 merece atenção:

Quadro 11 – Despesas de custeio/Outras despesas correntes

Elemento de despesa	Valores em reais		
	2016	2017	2018
Material de Consumo	11.258.238,52	8.333.940,75	7.698.221,42
Passagens e Locomoção	60.642.618,39	62.650.724,84	58.312.002,05
Serviços – Pessoa Jurídica	55.384.341,12	50.024.558,09	46.615.262,02

Fonte: Coordenação de Administração Financeira.

No que tange às despesas primárias pagas, o limite cabível a este órgão para 2018, calculado de acordo com as regras da Emenda Constitucional n. 95/2016, totaliza R\$ 5.595.053.242,33, o que corresponde ao limite referente a 2017, com o incremento de 3%. O valor efetivamente pago pela Casa em 2018 foi de R\$ 5.289.359.952,63, o que equivale a 5,5% aquém do limite permitido.

Registre-se que, como medida prudencial para controle do teto de gastos também de exercícios seguintes, a Câmara dos Deputados vem agregando o volume de restos a pagar inscritos no final do ano aos valores pagos durante o exercício. Eis que, somando-se os valores pagos durante o ano aos valores inscritos em restos a pagar no final do exercício, a Câmara vem ocupando lugar de destaque no cumprimento do teto de gastos imposto pelo NRF.

6.2.4.2 Mapa da redução de despesas na Câmara dos Deputados

Em 2018, as principais medidas de redução de despesas adotadas pelas áreas da Câmara dos Deputados foram as seguintes:

Quadro 12 – Mapa de redução de despesas

Item	Descrição
Água e esgoto	Redução de 11% no consumo de água e esgoto. Mais informações no item 4.3.2.6.
Assinaturas de periódicos e diários impressos	Substituição de 62 mil periódicos impressos por 641 acessos digitais. Redução de 3,8 mil Diários Oficiais impressos. Mais informações no item 4.5.
Almoxarifado	A mudança dos almoxarifados representará uma economia anual no orçamento na ordem de R\$ 180.000,00. Mais informações no item 4.2.5.1.
Capacitação e desenvolvimento de pessoas	Redução de despesas com o pagamento de instrutores de cursos no Cefor e locação de áreas para eventos de capacitação e desenvolvimento. Ver item 4.2.9.5.
Energia elétrica	Redução de 4% no consumo de energia elétrica. Ver item 4.3.2.6 deste relatório.
Impressão	Redução de 154 impressoras, mais de 5.5 milhões de impressões, como uma economia superior a R\$ 450.000,00. Mais informações no item 4.4.6.
Passagens aéreas	Formalização do “Termo de Credenciamento e Acordo Corporativo de Desconto”, com previsão de desconto mínimo de 3% incidente sobre todas as tarifas e classes de passagens, além de prazo mínimo de reserva de 72 horas. A Câmara ainda lançou Edital destinado à aquisição de software com o objetivo de realizar a compra direta de bilhetes. Mais informações no item 5.3.2.1.
Saúde	Redução no horário de funcionamento do atendimento em emergências médicas e nos materiais de consumo e educativos da área de saúde. Mais informações no item 4.2.8.9.
Transportes	Houve redução de despesas com a implantação do Táxi Leg. Para o detalhamento da economia consulte o item 4.3.1.3 deste relatório.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

6.2.5 Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal

Conforme determinação constante nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013-TCU-Plenário (item 9.3 do Acórdão 671/2018 – TCU – Plenário, TC 013.515/2013-6), informa-se que, em 2018, a Câmara dos Deputados deu prosseguimento aos procedimentos para cobrança administrativa em desfavor da empresa IOS Informática, Organização e Sistemas S.A., referente à desoneração do Contrato nº 266/2009, no valor já atualizado de R\$ 5.252.835,03.

Em relação ao reequilíbrio dos contratos que não envolvem mão de obra residente, foram definidos, ainda em 2018, os critérios a serem observados para o reequilíbrio de contratos de Tecnologia da Informação.

6.3 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Apresenta-se neste tópico uma visão geral acerca do tratamento das recomendações emitidas pela Secretaria de Controle Interno (Secin), órgão de controle interno da Câmara dos Deputados.

Em 2018, o processo de acompanhamento das recomendações de auditoria interna da Câmara contou com o projeto de digitalização de processos de auditoria em papel. Essa iniciativa consistiu na conversão para o meio digital de 23 processos físicos de modo a facilitar a comunicação e o compartilhamento de informações entre as áreas auditadas, a Secin e a Diretoria-Geral. Com o uso de processos em formato digital, acessados pelo sistema eDoc, aprimorou-se o monitoramento do trâmite dos processos no sentido de mitigar o risco de atraso no envio de respostas às auditorias. Além disso, diminuiu-se o risco de extravio de processos e o uso de documentos impressos.

6.3.1 Recomendações expedidas pelo OCI

Em 2018, a Secin emitiu 6 Relatórios de Auditoria (RA) que estão em atendimento pelas diversas unidades da Casa.

Além desses, existiam 33 processos de auditoria com recomendações expedidas em exercícios anteriores dos quais sete foram encerrados com todas as recomendações atendidas e 26 (vinte e seis) estão na situação em atendimento. Dentre os processos encerrados destacam-se os seguintes:

CONCESSÃO E PAGAMENTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE

O processo foi aperfeiçoado com a implantação de controles administrativos para conferir regularidade dos beneficiários e no sistema interno.

Processo 479.886/2018

AUDITORIAS EM OBRAS E INSTALAÇÕES

Foi aprovado normativo interno detalhando os critérios utilizados para a caracterização do objeto e informações técnicas para instruir os processos de licitação para a contratação de serviços de engenharia

Processo: 470.483/2018

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O processo foi aperfeiçoado com a criação do Comitê Diretivo de Execução Orçamentária e do Plano de Compras Anual.

Processo 475.575/2018

GOVERNANÇA E REQUISITOS DE TI APLICADOS AO SISTEMA DE FÉRIAS

Foi desenvolvido o Projeto de gerenciamento de nível de serviços com o propósito de elevar o nível de maturidade em governança corporativa e em gestão de TIC, com a entrega dos seguintes produtos: ato normativo, indicadores iniciais do processo e modelo básico de acordo de nível de serviço.

Processo: 493.916/2018

RESTOS A PAGAR

Houve significativa redução do estoque de restos a pagar não processados. Essa medida é proveniente de ações realizadas pela gestão da Casa no sentido de fortalecer os controles internos administrativos, mitigar o risco de comprometimento de recursos financeiros.

Processo: 258.071/2017

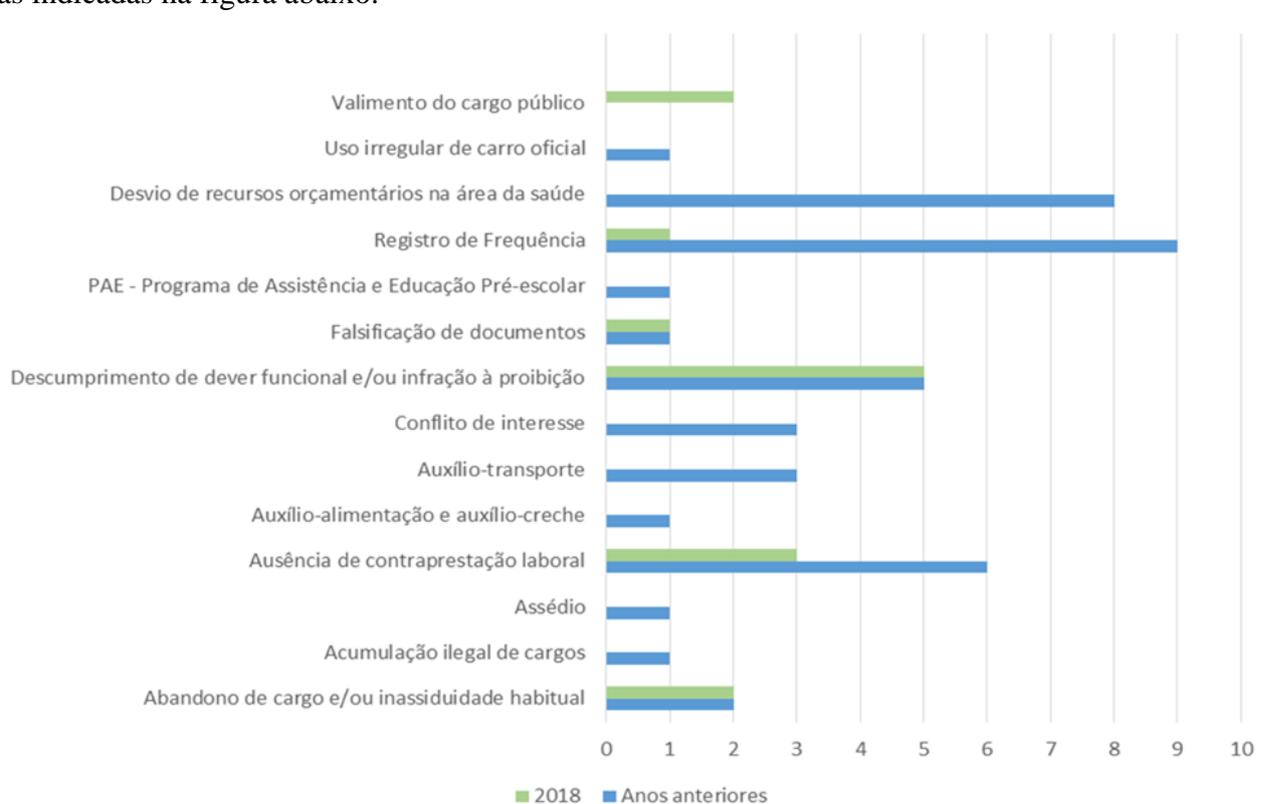
6.4 Atividades do Sistema de Correição

A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), órgão vinculado administrativamente à Diretoria-Geral, foi instituída pela [Resolução CD nº 14, de 2012](#), e tem como competência apurar, com exclusividade, a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD), nos termos da [Lei nº 8.112, de 1990](#).

O desenvolvimento da atividade disciplinar da Coped é regulado pela [Portaria DG nº12, de 2016](#).

6.4.1 Eventos apurados

No ano de 2018, houve atuação em 56 processos de natureza disciplinar, cujas temáticas são as indicadas na figura abaixo.



6.4.2 Principais resultados observados

Os quadros a seguir apresentam os dados consolidados de atuação da Comissão Permanente de Disciplina no âmbito dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instaurados e/ou em curso no ano de 2018. Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do Diretor-Geral, do Primeiro-Secretário ou do Presidente da Câmara dos Deputados, conforme os casos previstos nos incisos do art. 141, da [Lei nº 8.112, de 1990](#), combinados com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução nº 20, de 1971](#).

Quadro 13 – Situação dos PADs e sindicâncias instauradas e/ou em curso em 2018

Especificação	PAD	Sindicância	Total
1. Processos instaurados em 2018	13	-	13
2. Emissão de relatório final pelas comissões em 2018	13	-	13
2.1. Processos instaurados em 2018	4	-	4
2.2. Processos instaurados em anos anteriores	9	-	9
3. Processos em fase de inquérito em 31/12/2018	27	-	27
3.1. Instaurados em 2018	10	-	10
3.2. Instaurado em anos anteriores	17	-	17
4. Processos julgados em 2018	22	-	22
4.1. Instaurados em 2018	3	-	3
4.2. Instaurado em anos anteriores	19	-	19
4.2.1. Relatório final emitido em 2018	6	-	6
5. Processos pendentes de julgamento em 31/12/2018	8	-	8
5.1. Relatório final emitido em 2018	7	-	7
5.2. Relatório final emitido em anos anteriores	1	-	1
6. Total de processos com atos praticados em 2018 (3 + 4 + 5.1)	56	-	56

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

Quadro 14 – Aplicação de penalidades em 2018

Especificação	Total de Servidores
1. Aplicação de penalidade disciplinar	15 (*)
2. Arquivamentos/absoluções	12
3. Penalidades que deixaram de ser aplicadas em razão da prescrição	2
(*) 2 (duas) penalidades de suspensão, 9 (nove) penalidades de destituição de cargo em comissão e 4 (quatro) penalidades de demissão. Ressaltamos que o somatório dos totais de penalidades aplicadas, arquivamento/absoluções e prescrições pode não corresponder ao número total de processos julgados no ano, haja vista existir a possibilidade de num único processo constarem dois ou mais acusados.	

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

6.4.3 Outras informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação do Sistema de Controle de Processos Disciplinares (CPD) que tem permitido à Coped uma melhor gestão e controle dos seus processos, principalmente no que diz respeito aos prazos e atendimento mais eficaz das demandas apresentadas por outros órgãos da Casa. Também, foi incorporada ao CPD uma plataforma de controle de cumprimento de recomendações emitidas em processos disciplinares.

A adequação de alguns parâmetros do Sistema eDoc aos procedimentos legais de sigilo dos processos administrativos disciplinares permitiu a migração dos novos processos disciplinares e de investigações preliminares para a plataforma digital. Tal fato tem permitido uma maior racionalização do uso de papel e de impressões.

6.5 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

O quadro abaixo demonstra os casos de dano ao erário, que foram objeto de medidas internas administrativas, bem como, ante a não elisão do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Quadro 15 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros casos	Arquivamento		Débito < R\$ 100.000	Não enviadas > 180 dias após instauração	
			Recebimento débito	Não comprovação				
504*	159	–	–	–	–	–	1	–

Fonte: Coordenação de Movimentação Financeira e Coordenação de Contabilidade.

(*) **Observação:** Do total de 504 casos de dano objeto de medidas administrativas internas, 137 foram regularizados, 159 ocorrências foram dispensadas de TCE (embora não regularizadas) e houve instauração de uma TCE (208 casos de danos);

6.6 Sistemática de Apuração de Custos

A Câmara dos Deputados não dispõe de sistema informatizado de apuração de custos, embora sua gestão estratégica para o período de 2012 a 2023, aprovada pelo [Ato da Mesa nº 59, de 2013](#), possua diretrizes e linhas de ação voltadas para a melhora na eficiência administrativa e na utilização de recursos. Essas diretrizes sinalizam a preocupação da administração da Casa com o aprimoramento da qualidade do gasto público e da tomada de decisão, bem como com a futura implementação da apuração dos custos após os estudos necessários para identificação e mensuração adequada de unidades, programas, produtos, de forma a apoiar a avaliação de resultados e desempenho e as funções de planejamento e orçamento.

A dificuldade de implantar e trabalhar informações de custos num órgão do Poder Legislativo reside no fato de que os produtos são em sua maioria abstratos e difíceis de mensurar, tais como proposições apreciadas, leis aprovadas, medidas provisórias aprovadas, vetos votados, fiscalizações efetuadas, contas julgadas, entre outros.

Entretanto, a gestão da Casa pode ser aperfeiçoada com informações gerenciais que levem a um processo decisório mais bem fundamentado e pautado em metodologia que permita a correta comparação de alternativas e análise de informações de custos. Assim, o Comitê de Gestão Estratégia (CGE) aprovou a abertura do Projeto Gestão de Custos para Decisão, com os seguintes benefícios esperados: ter informação tempestiva e com a precisão adequada de custos para decisão da média e alta gerência; dar maior transparência aos gastos públicos; fornecer visão sistêmica dos gastos públicos para aprimoramento do processo decisório; produzir informações para subsidiar prestação de contas; e propiciar maior eficiência na alocação de recursos.

Este projeto prevê o levantamento de informações para duas vertentes principais:

- 1) Comparar alternativas de ação; e
- 2) Apropriar custos a programas e unidades administrativas.

Em 2018, o projeto avançou na discussão metodológica e submeteu ao Diretor-Geral questões fundamentais para as etapas subsequentes, em função do mapeamento inicial de riscos, que previa, em um dado momento, um alinhamento entre as entregas do projeto e as expectativas da alta administração da Casa. Assim, restou definido 1) no que diz respeito à comparação de alternativas de ação, o tratamento como um serviço a ser prestado de forma centralizada, por meio de um modelo padronizado de análise de dados e apresentação de resultados, com entrega de valor econômico ao demandante; 2) a composição dos agrupamentos de unidades administrativas a serem monitorados; 3) a exclusão, a priori, da apropriação de custos por atividades do escopo do projeto, sem o prejuízo da abertura posterior de um novo projeto; e 4) a utilização do *QlikSense* para a geração de painéis integrados de Custos.

Vale destacar que esta Casa vem participando de eventos externos e promovendo reuniões internas e também com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de colher maiores subsídios para a análise futura da possível adoção do Sicgov (Sistema de Informação de Custos do Governo Federal).

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

7.1 Declaração do Contador da Câmara dos Deputados

As demonstrações contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras 010001 (Câmara dos Deputados), 010100 (CD – Projetos financiados com recursos externos), 010101 (CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior) e 010090 (Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis foi realizada com base nas normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o Manual Siafi e a conformidade de registro de gestão, a qual se utiliza de instrumentos que subsidiam o processo de análise, tais como a transação “BALANCETE” do Siafi Operacional e os auditores contábeis (CONDESAUD) do Siafi Web.

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados seguem em anexo e foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 7ª edição) e o Manual Siafi.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 houve avanços no nível de qualidade das informações contábeis da Câmara dos Deputados, dentre as quais se destacam:

- desreconhecimento de ativos, no valor de R\$ 5.827.104,91, registrados nas contas “Empréstimos Concedidos a Receber” e “Financiamentos Concedidos a Receber” devido à possibilidade remota de recebimento, de conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual e o Acórdão nº 1.322/2018 – TCU – Plenário;

- registro de obrigação exigível decorrente de folha de salários, no valor de R\$ 6.446.000,00, de acordo com os procedimentos previstos na Portaria-DG nº 62, de 2017; e

- aperfeiçoamento do processo de registro contábil das obras literárias produzidas pela gráfica desta Casa, para evidenciar de forma mais adequada a sua comercialização.

Nesse sentido, declaro que as informações constantes das demonstrações contábeis, relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara dos Deputados.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2019.

Francisco Glauber Lima Mota
CRC-DF nº 9.291
Contador da Câmara dos Deputados

7.2 Demonstrações Contábeis

Balço patrimonial

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Ativo	NE*	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e Patrimônio Líquido	NE*	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	1.118.249.774	925.737.568	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	23.056.792	11.632.699
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>2</u>	6.554.322	8.519.550	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>9</u>	1.819.082	28.075
Estoques	<u>3</u>	6.878.648	6.887.160	Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>10</u>	16.302.412	9.004.571
VPDs Pagas Antecipadamente		382.201	323.210				
Total do Ativo Circulante		1.132.064.945	941.467.488	Total do Passivo Circulante		41.178.286	20.665.345
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		17.312.188	16.667.303	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		-	6.127
Créditos a Longo Prazo	<u>4</u>	728.052	728.052	Total do Passivo Não Circulante		-	6.127
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		728.052	6.555.157				
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-	(5.827.105)	Total do Passivo Exigível		41.178.286	20.671.472
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	<u>5</u>	16.584.136	15.939.251				
Imobilizado		1.207.852.578	1.122.385.684	Patrimônio Líquido			
Bens Móveis		137.564.007	145.550.773	Resultados Acumulados		2.331.187.107	2.073.714.771
Bens Móveis	<u>6</u>	216.686.849	214.294.448	Resultado do Exercício		257.472.336	(86.088.231)
(-) Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis		(79.122.842)	(68.743.675)	Resultados de Exercícios Anteriores		2.073.714.771	2.166.325.502
Bens Imóveis		1070.288.571	976.834.911	Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(6.522.500)
Bens Imóveis	<u>6</u>	1.078.880.336	981.284.148	Total do Patrimônio Líquido		2.331.187.107	2.073.714.771
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis		(8.591.765)	(4.449.237)				
Intangível		15.135.683	13.865.767				
Softwares		15.135.683	13.865.767				
Softwares	<u>7</u>	42.544.345	35.148.174				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(27.408.662)	(21.282.407)				
Total do Ativo Não Circulante		1.240.300.449	1.152.918.755				
Total do Ativo		2.372.365.394	2.094.386.243	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.372.365.394	2.094.386.243

Fonte: Siafi.

(*) NE = Nota Explicativa.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

(Lei nº 4.320, de 1964)

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Ativo			Passivo		
Especificação	31/12/2018	31/12/2017	Especificação	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Financeiro	1.118.261.850	925.741.163	Passivo Financeiro	110.383.951	91.916.873
Ativo Permanente	1.254.103.544	1.168.645.080	Passivo Permanente	22.823.649	10.152.869
Saldo Patrimonial			Saldo Patrimonial	2.239.157.794	1.992.316.500

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação

(Lei nº 4.320, de 1964)

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Especificação	NE	31/12/2018	31/12/2017
Atos Potenciais Ativos	<u>11</u>		
Execução dos Atos Potenciais Ativos		133.411.617	50.821.252
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		36.506.597	49.531.763
Direitos Contratuais a Executar		96.905.019	1.289.489
Total dos Atos Potenciais Ativos		133.411.617	50.821.252
Atos Potenciais Passivos	<u>11</u>		
Execução dos Atos Potenciais Passivos		1.134.182.504	1.314.568.856
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar		31.176	13.280
Obrigações Contratuais a Executar		1.134.151.328	1.314.555.576
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.134.182.504	1.314.568.856

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro

(Lei nº 4.320, de 1964)

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Destinação de Recursos	NE	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		342.690.597
Recursos Vinculados		665.187.302
Alienação de Bens e Direitos		647.930
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		664.539.371
TOTAL		1.007.877.899

Fonte: Siafi.

Demonstração das variações patrimoniais

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Especificação	NE	31/12/2018	31/12/2017
Variações Patrimoniais Aumentativas		5.921.224.961	5.505.150.145
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		59.360.977	158.174.130
Venda de Mercadorias		213.932	237.172
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12	59.147.046	157.936.958
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		57.373.242	59.308.844
Juros e Encargos de Mora		244.913	709.593
Variações Monetárias e Cambiais		19.089	132.458
Remuneração de depósitos bancários e Aplicações Financeiras	1	57.109.240	58.466.793
Transferências e Delegações Recebidas	13, 26	5.655.382.186	5.248.631.111
Transferências Intragovernamentais		5.637.460.726	5.247.132.071
Outras Transferências e Delegações Recebidas		17.921.460	1.499.040
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos		137.574.301	27.470.434
Reavaliação de Ativos	6, 14	88.380.055	21.759.010
Ganhos com Alienação		47.274	54.620
Ganhos com Incorporação de Ativos	5, 6, 15	47.891.834	5.568.557
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.255.138	88.247
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		11.534.255	11.565.626
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2	433.126	3.315.271
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		11.101.129	8.250.355
Variações Patrimoniais Diminutivas		5.663.752.625	5.591.238.377
Pessoal e Encargos	16	3.090.038.917	3.045.413.072
Remuneração a Pessoal		2.358.373.560	2.329.682.749
Encargos Patronais		446.358.821	446.946.103
Benefícios a Pessoal		256.544.389	243.670.579
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		28.762.147	25.113.641
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	1.744.975.857	1.679.512.193
Aposentadorias e Reformas		1.389.865.733	1.334.441.061
Pensões		353.436.313	343.464.319
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.673.812	1.606.813
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	544.522.848	504.052.795
Uso de Material de Consumo		9.869.926	13.406.854
Serviços		498.709.009	450.685.075
Depreciação, Amortização e Exaustão	6, 7	35.943.913	39.960.866
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		118.063	183.322
Juros e Encargos de Mora		118.063	162.404
Variações Monetárias e Cambiais		-	356
Desconto Financeiro Concedido		-	20.562
Transferências e Delegações Concedidas	19, 26	41.843.694	105.097.550
Transferências Intragovernamentais		30.423.292	102.401.915
Transferências Intergovernamentais		249.292	
Transferências a Instituições Privadas		14.000	14.000
Transferências ao Exterior		1.003.193	941.017
Outras Transferências e Delegações Concedidas		10.153.917	1.740.618
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		77.910.831	85.133.983
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	2	1.428.268	2.245.887
Perdas com Alienação		1.244.806	2.081.653
Perdas Involuntárias		366.200	29.745
Incorporação de Passivos		-	245.994
Desincorporação de Ativos	2	74.871.557	80.530.704
Tributárias		473.329	478.570
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		169.356	187.563
Contribuições		303.973	291.007
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		112.975	-
Custos dos Produtos Vendidos	21	112.975	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		163.756.112	171.366.892
Premiações		300.470	46.282
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20	163.455.642	171.320.610
Resultado Patrimonial do Período		257.472.336	(86.088.231)

Fonte: Siafi.

Balço orçamentário

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	22	44.993.814	44.993.814	70.470.913	25.477.099
Receita Patrimonial		37.599.175	37.599.175	59.955.537	22.356.362
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		2.553.784	2.553.784	2.309.193	-244.591
Valores Mobiliários	1	35.045.391	35.045.391	57.109.240	22.063.849
Cessão de Direitos		-	-	537.103	537.103
Receitas de Serviços		204.395	204.395	231.097	26.702
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		204.395	204.395	231.097	26.702
Outras Receitas Correntes		7.190.244	7.190.244	10.284.279	3.094.035
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		598.460	598.460	1.061.996	463.536
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		6.581.710	6.581.710	9.221.531	2.639.821
Demais Receitas Correntes		10.074	10.074	753	(9.321)
Receitas de Capital		556.904	556.904	47.274	(509.630)
Alienação de Bens		556.904	556.904	47.274	(509.630)
Alienação de Bens Móveis		556.904	556.904	47.274	(509.630)
Subtotal de Receitas		45.550.718	45.550.718	70.518.187	24.967.469
Déficit				5.482.466.447	5.482.466.447
Total		45.550.718	45.550.718	5.552.984.635	5.507.433.917

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		5.996.618.260	5.806.993.260	5.524.044.013	5.448.161.198	5.436.974.603	282.949.247
Pessoal e Encargos Sociais	23	4.919.698.622	4.739.698.622	4.570.674.898	4.564.228.898	4.563.824.533	169.023.724
Outras Despesas Correntes	24	1.076.919.638	1.067.294.638	953.369.115	883.932.300	873.150.070	113.925.523
Despesas de Capital		127.658.154	117.283.154	28.940.622	19.052.252	19.013.990	88.342.532
Investimentos	25	127.658.154	117.283.154	28.940.622	19.052.252	19.013.990	88.342.532
Total		6.124.276.414	5.924.276.414	5.552.984.635	5.467.213.450	5.455.988.593	371.291.779

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas Correntes	27	4.128.725	65.315.047	48.384.906	48.262.891	16.398.052	4.782.829
Pessoal e Encargos Sociais		1.089.680	-	-	-	1.089.680	-
Outras Despesas Correntes		3.039.045	65.315.047	48.384.906	48.262.891	15.308.372	4.782.829
Despesas de Capital		4.077.156	7.905.172	8.490.028	8.478.130	1.844.546	1.659.653
Investimentos		4.077.156	7.905.172	8.490.028	8.478.130	1.844.546	1.659.653
Total		8.205.881	73.220.219	56.874.934	56.741.021	18.242.598	6.442.482

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	27	1.921.256	480.375	248.971	1.247.661	904.999
Outras Despesas Correntes		1.921.256	480.375	248.971	1.247.661	904.999
Despesas de Capital		3.221.935	384.272	388.887	-	3.217.320
Investimentos		3.221.935	384.272	388.887	-	3.217.320
Total		5.143.191	864.647	637.858	1.247.661	4.122.319

Fonte: Siafi.

Balanço financeiro

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Especificação	NE	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos			
Receitas Orçamentárias	<u>22</u>	70.518.187	144.202.237
Ordinárias		-	74.858.418
Vinculadas		100.655.233	144.151.582
Alienação de Bens e Direitos		47.274	54.620
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		100.607.959	144.096.962
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(30.137.045)	(74.807.763)
Transferências Financeiras Recebidas		5.637.460.726	5.247.132.070
Resultantes da Execução Orçamentária		5.637.356.295	5.247.128.034
Cota Recebida	<u>1, 13</u>	5.637.343.512	5.247.110.544
Repasse Recebido	<u>26</u>	12.783	17.490
Independentes da Execução Orçamentária		104.431	4.036
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		486	1.215
Movimentação de Saldos Patrimoniais		103.945	2.821
Recebimentos Extraorçamentários		161.695.368	152.773.533
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		11.224.857	717.594
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		85.771.184	73.220.219
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		34.647.210	78.673.083
Outros Recebimentos Extraorçamentários		30.052.117	162.637
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		59.754	86.218
Restituições a Pagar		-	38
Arrecadado de outra unidade		29.992.363	-
Valores para Compensação		-	76.381
Saldo do Exercício Anterior		925.737.568	1.016.028.989
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	925.737.568	1.016.028.989
Total de ingressos		6.795.411.849	6.560.136.829
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias	<u>23, 24, 25</u>	5.552.984.635	5.416.151.756
Ordinárias		4.905.897.808	4.777.439.154
Vinculadas		647.086.827	638.712.601
Seguridade Social (Exceto RGPS)		630.748.375	623.386.506
Operação de Crédito		-	8.795.146
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		16.338.452	6.530.949
Transferências Financeiras Concedidas	<u>19</u>	30.418.254	102.401.915
Resultantes da Execução Orçamentária		321.984	27.540.638
Repasse Concedido	<u>26</u>	321.984	387.042
Cota Devolvida		-	27.153.596
Independentes da Execução Orçamentária		30.096.270	74.861.277
Movimento de Saldos Patrimoniais	<u>19</u>	30.096.270	74.861.277
Despesas Extraorçamentárias		93.759.187	115.845.590
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>27</u>	637.858	2.132.369
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>27</u>	56.741.021	35.213.082
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		36.366.752	78.499.574
Outros Pagamentos Extraorçamentários		13.556	566
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		38	-
Valores compensados		9.368	-
Demais Pagamentos		4.150	566
Saldo para o Exercício Seguinte		1.118.249.774	925.737.568
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	1.118.249.774	925.737.568
Total de dispêndios		6.795.411.849	6.560.136.829

Fonte: Siafi.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício: 2018

R\$ 1,00 (valores arredondados)

Especificação	NE	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos		5.772.571.212	5.470.029.189
Receitas Derivadas e Originárias	22	70.470.913	144.147.617
Receita Patrimonial		2.846.296	78.991.073
Receita de Serviços		231.097	313.032
Remuneração das Disponibilidades	1	57.109.240	58.466.793
Outras Receitas Derivadas e Originárias		10.284.279	6.376.718
Outros Ingressos das Operações		5.702.100.298	5.325.881.572
Ingressos Extraorçamentários		34.647.210	78.673.083
Restituições a Pagar		-	38
Transferências Financeiras Recebidas	13	5.637.460.726	5.247.132.070
Arrecadado de outra unidade		29.992.363	-
Valores para Compensação		-	76.381
Desembolsos		(5.552.225.273)	(5.537.111.185)
Pessoal e Demais Despesas		(5.050.080.330)	(4.914.187.571)
Legislativo		(3.306.741.211)	(3.236.199.846)
Judiciário		(3.971)	-
Administração		(1.680)	-
Previdência Social		(1.743.301.637)	(1.678.056.378)
Educação		-	(17.490)
Encargos Especiais		(91.584)	(74)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		59.754	(86.218)
Transferências Concedidas		(435.346.381)	(442.021.560)
Intergovernamentais		(249.292)	-
Intragovernamentais		(434.118.454)	(441.084.260)
Outras Transferências Concedidas		(978.635)	(937.300)
Outros Desembolsos das Operações		(66.798.562)	(180.902.054)
Dispêndios Extraorçamentários		(36.366.752)	(78.499.574)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		(38)	-
Transferências Financeiras Concedidas	19, 26	(30.418.254)	(102.401.915)
Valores Compensados		(9.368)	-
Demais Pagamentos		(4.150)	(566)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		220.345.939	(67.081.996)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos		47.274	54.620
Alienação de Bens		47.274	54.620
Desembolsos		(27.881.007)	(23.264.044)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(19.617.496)	(21.582.632)
Outros Desembolsos de Investimentos		(8.263.510)	(1.681.412)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(27.833.733)	(23.209.424)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		192.512.206	(90.291.420)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1	925.737.568	1.016.028.989
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	1.118.249.774	925.737.568

Fonte: Siafi.

7.3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7.3.1 Informações gerais

A Câmara dos Deputados integra o Congresso Nacional, ente responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. Compõe-se de 513 representantes do povo, eleitos por legislatura, pelo sistema proporcional, em todos os estados e no Distrito Federal. As competências desta Casa Legislativa são regidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as leis (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

7.3.2 Resumo das principais práticas contábeis

7.3.2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual Siafi.

As demonstrações contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Câmara dos Deputados constantes da tabela abaixo:

Tabela – Unidades gestoras

Órgão	UG	Descrição
Câmara dos Deputados	010001	Câmara dos Deputados
	010100	CD – Projetos financiados com recursos externos
	010101	CD – Projetos financiados com recursos externos – Exterior
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	010090	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fonte: Siafi.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

7.3.2.2 Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Câmara dos Deputados, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo oriundos de: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) adiantamento de contribuições futuras – Funpresp; e (iii) créditos por danos ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.



Depreciação de bens móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. A vida útil e o valor residual seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armadamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

O valor histórico dos bens móveis adquiridos até 31/12/2009 foi avaliado a valor de mercado para se obter uma base monetária confiável, a fim de submetê-los ao processo de depreciação. As comissões de avaliação utilizaram o recurso da pesquisa em vários sítios de venda de mercadorias e também fórmulas de cálculo, em que se consideram a natureza e as particularidades de cada grupo de bens, conforme se observa nos relatórios disponíveis no portal da Câmara.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.



Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação e amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.



Intangível

O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear (quotas constantes) e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30. O prazo de vida útil estipulado para os softwares é de cinco anos tendo como parâmetro o prazo mínimo fixado na legislação fiscal (Instrução Normativa SRF n. 04/85).

Reavaliação

Em relação aos bens móveis, os relatórios detalhados sobre como os ajustes foram realizados, a partir do ano de 2012, encontram-se disponíveis para consulta pública na [internet](#)*.

Quanto aos bens imóveis, a atualização dos valores históricos é realizada a cada dois anos, conforme Portaria Conjunta SPU-STN n. 703, de 2014, o que se deu no exercício de 2018, com base nos percentuais de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) definidos nas Leis n.ºs 5.792, de 22 de dezembro de 2016, e 6.041, de 21 de dezembro de 2017, do Governo do Distrito Federal (GDF).

(*): <http://www2.camara.leg.br/transparencia/recetas-e-despesas/gestao-fiscal-orcamentaria-e-financeira/informacoes-contabeis/procedimentos-contabeis/reavaliacao-de-bens-moveis>

7.3.2.3 Plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 548, que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desses procedimentos é demonstrada na figura abaixo:



Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Os créditos a receber na Câmara dos Deputados estão devidamente reconhecidos no balanço patrimonial. É constituído ajuste para perdas decorrentes de possível não recebimento integral de tais créditos.



Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).

O reconhecimento e a mensuração desses ativos são facultativos, conforme item 5.2.4.2 do MCASP.



Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques.

Procedimentos implantados.



Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).

Essas obrigações já vêm sendo reconhecidas, mensuradas e evidenciadas.



Reconhecimento, mensuração e evidência das provisões por competência.

Evidência de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.

Foi publicada em 27/3/2017, a Portaria DG n. 62, de 2017, com objetivo de regulamentar os procedimentos para controle administrativo, reconhecimento e registro contábil de obrigações no âmbito da Câmara dos Deputados. Os procedimentos estão em fase de implantação.



Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Procedimentos implantados.



Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores por competência.

Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência.

Procedimentos implantados.



Reconhecimento, mensuração e evidência de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.

Desde 2010, os softwares adquiridos pela Câmara dos Deputados são mensurados com base no valor de aquisição, deduzidos da respectiva amortização acumulada.

7.3.3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Caixa e equivalentes de caixa		Valores em reais		
Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017		
Conta Única – subconta do Tesouro	664.496.856	609.272.033		59,42% são recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da CD (FRCD).
Recursos da Conta Única aplicados	664.496.856	609.272.033		
Bancos conta movimento – demais contas	1.375.702	1.286.364		$\Delta = + 9,06\%$ se deve, principalmente, aos juros auferidos (R\$ 57,11 milhões).
Caixa Econômica Federal	1.375.702	1.286.364		
Limite de saque com vinculação de pagamento	452.377.216	315.179.171		
Total	1.118.249.774	925.737.568		

Fonte: Siafi.

Detalhamento - Limite de saque com vinculação de pagamento		Valores em reais		
Identificação dos recursos	31/12/2018	31/12/2017		
00 – Recursos ordinários	448.111.851	308.770.164		99,06% não possuem vinculação específica e podem ser alocados discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	2.974.268	2.309.030		
88 – Remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional	0	1.000.000		$\Delta = + 45,13\%$ um dos fatores que contribuiu para a variação positiva foi o aumento da cota recebida.
90 – Recursos diversos	1.291.097	3.099.977		
Total	452.377.216	315.179.171		

Fonte: Siafi.

Cota recebida		Valores em reais		
Fonte de recursos	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	
00 – Recursos ordinários	5.006.595.137	4.636.853.664	4.709.909.692	
Outras fontes	630.748.375	610.256.880	553.940.407	
Total	5.637.343.512	5.247.110.544	5.263.850.099	

Fonte: Siafi.

Nota 2 – Demais créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela 2.1 – Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Adiantamentos concedidos	0	2.633	0,00%	-100,00%
Tributos a recuperar/compensar	12.076	2.707	0,13%	346,10%
Créditos por danos ao patrimônio	2.193.171	2.471.421	23,66%	-11,26%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	7.064.726	7.763.298	76,21%	-9,00%
Subtotal	9.269.973	10.240.059	100,00%	-9,47%
(-) Ajustes para perdas	(2.715.651)	(1.720.509)	-	57,84%
Total	6.554.322	8.519.550	-	-23,07%

Fonte: Siafi.

▪ Créditos por danos ao patrimônio

Os créditos por danos ao patrimônio englobam os decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa), que são registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF nº 75, de 2012.

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Crédito a receber por folha de pagamento	1.775.727	1.835.008
Crédito a receber por dano ao patrimônio	102.222	174.249
Crédito a receber por dolo, má-fé ou fraude	43.006	192.147
Crédito a receber por débito de terceiros em prestação de serviços	928	927
Crédito a receber por multa/juros servidor responsabilizado	663	663
Crédito a receber por uso indevido de cotas	173.686	228.389
Crédito a receber oriundo de uso ou aluguéis	96.620	39.719
Outros créditos administrativos	319	319
Total	2.193.171	2.471.421

Fonte: Siafi.

$\Delta = - 11,26\%$

Descrição	Valores em reais	
	Valor	
Saldo em 31/12/2017	2.471.421	
Apropriação e atualização de créditos administrativos	534.250	
Baixa de créditos administrativos – recebimento total ou parcial	(377.933)	
Baixa de créditos administrativos – inscrição em dívida ativa não tributária	(434.567)	
Saldo em 31/12/2018	2.193.171	
Varição	(278.250)	

Fonte: Siafi.

80,97%

Destaque para a importância de **R\$ 1,48 milhão** referente ao reembolso a que a Câmara dos Deputados faz jus por ter realizado o pagamento dos encargos patronais das contribuições previdenciárias de servidores cedidos.

▪ Outros créditos a receber e valores a curto prazo

Compreende os créditos e valores realizáveis a curto prazo advindos de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Crédito a receber decorrentes de infrações	1.518.856	1.513.082
Crédito a receber por cessão de áreas públicas	1.613.752	2.004.543
Crédito a receber por pagamento de despesas de terceiros	321.286	137.362
Crédito a receber decorrentes de folha de pagamento	0	887
Crédito a receber de entidades federais	3.610.832	4.107.424
Total	7.064.726	7.763.298

Fonte: Siafi.

51,11%

Trata-se do registro por competência dos valores a receber relacionados à cessão dos direitos de operacionalização da folha de pagamento. O valor é referente à remuneração mensal de 1,03% sobre os valores líquidos da folha de pagamento a serem pagos pela Caixa Econômica Federal (Contrato n. 2017/159.0) e Banco do Brasil (Contrato n. 2017/160.0) à Câmara dos Deputados.

22,84%

São aluguéis devidos à Câmara dos Deputados pela utilização de espaço físico. No decorrer do ano, é efetuado o lançamento do crédito a receber por competência com base nos contratos; depois, com o recebimento dos valores, é feita a baixa.

$\Delta = - 19,5\%$

Decorre, principalmente, da baixa do valor de **R\$ 271,2 mil** por inscrição em dívida ativa.

▪ Ajustes para perdas

Compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a demais créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros. Os valores estão detalhados na tabela abaixo:

Ajustes para perdas prováveis sobre demais créditos e valores a curto prazo

Valores em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AH	
Crédito por dano ao patrimônio de crédito administrativo	(924.979)	(503.513)	83,71%	
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	créditos a receber decorrentes de infrações	(1.225.707)	(644.215)	90,26%
	créditos a receber por cessão de áreas públicas	(436.451)	(517.836)	-15,72%
	créditos a receber por pagamento de despesas de terceiros	(128.514)	(54.945)	133,90%
Total	(2.715.651)	(1.720.509)	57,84%	

Fonte: Siafi.

O acréscimo de 57,84 % decorre da apropriação das perdas estimadas com créditos, no valor R\$ 1,43 milhão, e de sua reversão, no valor de R\$ 433 mil.

Nota 3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com objetivo de utilização no curso normal das atividades ou para manutenção do patrimônio.

Estoques – composição

Valores em reais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Materiais de construção	0	3.315.958	0,00%	-100,00%
Materiais de expediente	0	2.759.189	0,00%	-100,00%
Medicamentos e materiais hospitalares	0	331.920	0,00%	-100,00%
Autopeças	0	145.161	0,00%	-100,00%
Materiais de consumo	6.797.074	245.151	98,81%	2.672,61%
Cartuchos para pistolas de eletrochoque	70.623	64.075	1,03%	10,22%
Produtos acabados	10.951	0	0,16%	100,00%
Mercadorias para venda ou revenda	0	25.706	0,00%	-100,00%
Total	6.878.648	6.887.160	100,00%	-0,12%

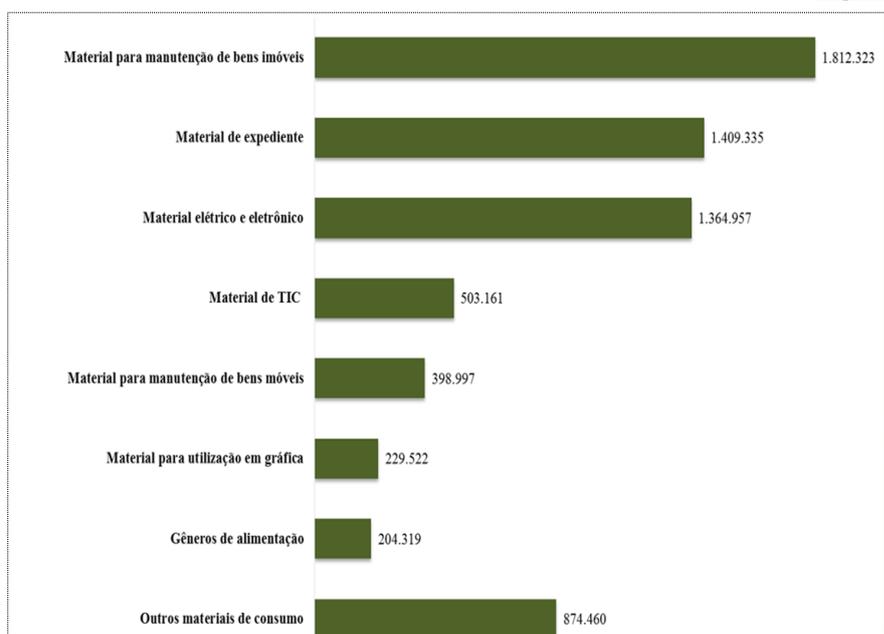
Fonte: Siafi.

Contas excluídas pela STN.

Saldos transferidos das contas excluídas acima para os subitens correspondentes.

Saldo transferido da conta "Mercadorias para Venda ou Revenda" para "Produtos Acabados", a qual representa com mais fidedignidade os valores ali lançados, pois decorrem de produção e impressão de livros pela gráfica desta Casa.

► Detalhamento - Material de Consumo



Nota 4 – Créditos a longo prazo

Compreende os valores a receber de empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo. A tabela abaixo apresenta a composição desses créditos:

Créditos e valores de longo prazo

Detalhamento	Valores em reais			
	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Empréstimos concedidos a receber	0	2.698.020	0,00%	-100,00%
Financiamentos concedidos a receber – exceto FAT	728.052	3.857.137	100,00%	-81,12%
	728.052	6.555.157	100,00%	-88,89%
(-) Ajuste de perdas empréstimos/financiamentos concedidos	0	(5.827.105)	-	-100,00%
Total	728.052	728.052	-	0,00%

Fonte: Siafi.

A variação nos valores registrados nas contas “Empréstimos Concedidos a Receber” e “Financiamentos Concedidos a Receber” decorre do desreconhecimento desses ativos devido à possibilidade remota de recebimento, de conformidade com o Acórdão nº 1.322/2018 – TCU – Plenário. Esses créditos eram referentes ao patrimônio do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O valor remanescente na conta “Financiamentos Concedidos a Receber”, de R\$ 728.052, é relativo ao convênio celebrado com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab – DF). Destaca-se que o assunto está em discussão, por isso não foi efetuado o desreconhecimento desse valor.

Nota 5 – Demais créditos a longo prazo

Trata-se de valores a receber por demais transações, com expectativa de recebimento no longo prazo.

O registro é decorrente de aporte a título de adiantamento de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), nos termos do Convênio de Adesão n. 2013/126, autorizado conforme a Lei n. 12.618, de 2012. Tal aporte destina-se a honrar a contribuição patronal do Plano de Benefícios Previdenciários do Poder Legislativo Federal (LegisPrev).

O valor inicial do adiantamento, no total de **R\$ 12,1 milhões**, foi contabilizado em 2013, sendo atualizado monetariamente ao final de cada ano.

Em 2018, a atualização monetária foi de **R\$ 644,9 mil**.

Demais créditos e valores a longo prazo – composição

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp	16.584.136	15.939.251
Créditos por danos ao patrimônio – créditos administrativos	216.800	216.800
(-) Ajuste de perdas de créditos administrativos	(216.800)	(216.800)
Créditos por danos ao patrimônio – créditos apurados em TCE	401.614	401.614
(-) Ajuste de perdas de créditos apurados em TCE	(401.614)	(401.614)
Total	16.584.136	15.939.251

Fonte: Siafi.

Composição dos créditos a receber por dano ao patrimônio a longo prazo

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Créditos por danos ao patrimônio – créditos administrativos	216.800	216.800
Créditos a receber decorrentes de folha de pagamento	40.884	40.884
Créditos a receber decorrentes de dano ao patrimônio	5.045	5.045
Créditos a receber por uso indevido de cota	78.506	78.506
Créditos a receber oriundos de uso ou aluguéis	85.025	85.025
Outros créditos administrativos	7.340	7.340
Créditos por danos ao patrimônio – créditos apurados em TCE	401.614	401.614
Créditos a receber de servidor não recolhido no prazo	37.593	37.593
Créditos a receber de responsáveis por danos/perdas	19.697	19.697
Créditos a receber por uso indevido de cota	340.245	340.245
Créditos a receber oriundos de uso ou aluguéis	4.079	4.079
Total	618.414	618.414
(-) Ajustes de perdas de créditos por danos ao patrimônio	(618.414)	(618.414)

Fonte: Siafi.

O ajuste para perdas desses créditos foi de **100%**, considerando a natureza, prazo de vencimento e o histórico de recebimento.

Nota 6 – Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis. Em 31/12/2018, os bens móveis totalizaram R\$ 216,7 milhões e os bens imóveis, R\$ 1,08 bilhão.

Bens móveis – composição

Classes	Valores em reais		
	31/12/2018	31/12/2017	AV
Bens de informática	79.374.984	69.704.503	36,63%
Material cultural, educacional e de comunicação	61.279.308	59.583.419	28,28%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	37.892.051	38.313.293	17,49%
Móveis e utensílios	26.102.982	33.818.729	12,05%
Bens móveis em almoxarifado	7.220.920	8.057.370	3,33%
Demais bens móveis	2.590.005	2.579.694	1,19%
Armamentos	1.125.563	1.138.127	0,52%
Veículos	1.101.036	1.099.313	0,51%
Total	216.686.849	214.294.448	100,00%

Fonte: Siafi.

Dentro dessa classe, os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 57,29 milhões) são os mais relevantes, devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Bens imóveis – composição

Descrição	Valores em reais		
	31/12/2018	31/12/2017	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	983.807.329	844.496.221	16,50%
Imóveis Residenciais/Comerciais	574.267.924	516.563.213	11,17%
Edifícios	347.747.662	317.434.744	9,55%
Terrenos/Glebas	7.026.992	6.418.905	9,47%
Armazéns/Galpões	54.764.751	4.079.359	1.242,48%
Bens Imóveis em Andamento	82.096.484	125.137.088	-34,39%
Obras em Andamento	80.390.976	123.431.580	-34,87%
Estudos e Projetos	1.705.508	1.705.508	0,00%
Instalações	12.976.523	11.650.838	11,38%
Total	1.078.880.336	981.284.148	9,95%

Fonte: Siafi.

Apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares.

Imóveis relacionados à execução da atividade-fim do órgão.

Reforma de apartamentos funcionais destinados à moradia de parlamentares.

As variações decorrem da incorporação do edifício do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados.

▪ Conciliação do valor contábil – bens móveis e imóveis

As principais alterações ocorridas nas contas de bens móveis e imóveis encontram-se na tabela abaixo:

Conciliação do valor contábil

Descrição	Valores em reais	
	Bens móveis	Bens imóveis
Saldo em 31/12/2017	214.294.448	981.284.148
Aquisições e incorporações	15.992.263	13.220.442
Reversão da depreciação acumulada	(15.295.962)	-
Reavaliação	4.004.309	84.375.746
Baixa de bens por desincorporação	(1.197.532)	-
Outros	(1.110.677)	-
Saldo em 31/12/2018 (I)	216.686.849	1.078.880.336
Depreciação Acumulada		
Saldo em 31/12/2017	(68.743.675)	(4.449.237)
Encargo de depreciação	(25.675.129)	(4.142.528)
Reversão da depreciação acumulada	15.295.962	-
Saldo em 31/12/2018 (II)	(79.122.842)	(8.591.765)
Valor Contábil (I + II)	137.564.007	1.070.288.571

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 7 – Intangível

O valor total de intangível é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. As variações ocorridas no período estão relacionadas, principalmente, à aquisição de licenças de *software*, no valor de R\$ 7,4 milhões, e à apropriação de encargos de amortização, no valor de R\$ 6,13 milhões.

Nota 8 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações e férias. Também compreende os respectivos benefícios previdenciários.

		Valores em reais			
Descrição		31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Pessoal a Pagar	Salários, remunerações e benefícios	6.509.133	1.485.956	28,23%	338,04%
	Férias a pagar	16.520.649	10.146.743	71,65%	62,82%
	Subtotal	23.029.782	11.632.699	99,88%	97,97%
Benefícios Previdenciários	Benefícios previdenciários a pagar	27.010	0	0,12%	-
	Subtotal	27.010	0	0,12%	-
Total		23.056.792	11.632.699	100,00%	98,21%

O valor mais relevante, de **R\$ 6,44 milhões**, foi registrado no final do exercício de 2018 e trata-se de apropriação por competência de passivo decorrente da folha de salários.

Fonte: Siafi.

Nota 9 – Fornecedores e contas a pagar

Registra os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços.

Saldo a pagar em 31/12/2018		Fornecedor	
R\$ 1.819.082		31/12/2018	
95,31%		Tam Linhas Aéreas S.A.	908.891
Passagens aéreas		Gol Linhas Aéreas S.A.	429.182
		Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	258.644
		Oceanair Linhas Aéreas S.A.	137.192

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Demais obrigações a curto prazo

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos e cauções recebidos.

Demais obrigações a curto prazo – composição

		Valores em reais		
Composição		31/12/2018	31/12/2017	AV
Consignações		13.853.242	5.014.783	84,98%
PSS - Vencimentos e vantagens		15.384	0	0,09%
Impostos e contribuições diversas ao Tesouro Nacional		166.597	0	1,02%
Depósitos retidos de fornecedores		12.883.806	4.521.636	79,03%
Depósitos retidos pessoal/benefícios		88.751	493.147	0,54%
Outros consignatários		698.704	0	4,29%
Depósitos não judiciais		2.275.077	3.893.232	13,96%
Depósitos e cauções recebidos		1.375.702	1.286.364	8,44%
Depósitos de terceiros		877.610	2.524.433	5,38%
Depósitos por devolução de valores não reclamados		21.764	82.397	0,13%
Indenizações, restituições e compensações		17.784	38	0,11%
Indenizações, restituições e compensações		17.784	38	0,11%
Outras obrigações a curto prazo		156.310	96.556	0,96%
Saque-cartão de pagamento do governo federal		156.310	96.556	0,96%
Total		16.302.412	9.004.571	100,00%

Fonte: Siafi.

Compreende os valores oriundos de consignações, retidos em folha de pagamento de servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e prestação de serviços. O item mais relevante trata de depósitos retidos de fornecedores (**R\$ 12,88 milhões**).

		Valores em reais	
Fornecedor		31/12/2018	AV
Sony Brasil Ltda.		3.080.342	23,91%
Cetro Rm Serviços Ltda		3.032.167	23,53%
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli		2.474.702	19,21%
Soberana Segurança e Vigilância Ltda		1.612.235	12,51%
Cidade Serviços e Mão de Obra Especializada Ltda		680.867	5,28%
City Service Segurança Ltda		394.579	3,06%
RCS Tecnologia Ltda		255.383	1,98%
Matos e Rangel Ltda		226.255	1,76%
Demais Fornecedores		1.127.276	8,75%
Total		12.883.806	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Atos potenciais ativos e passivos

Atos potenciais ativos - composição

Compõe-se das garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária e de seguro-garantia, cujo objetivo é assegurar a plena execução dos contratos celebrados com a Câmara dos Deputados.

Especificação	31/12/2018
Garantias e contragarantias recebidas a executar	36.506.597
Direitos contratuais a executar	96.905.019
Total	133.411.616

Fonte: Siafi.

Os itens mais relevantes se referem aos contratos firmados com o Banco do Brasil (R\$ 75,18 milhões) e com a Caixa Econômica Federal (R\$ 20,21 milhões) referente à cessão dos direitos de operacionalização da folha de pagamento.

Garantias contratuais recebidas

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	AV
G.C.E S/A	4.502.471	12,33%
Cetro RM Serviços Ltda	3.503.096	9,60%
Real JG Serviços Gerais Eireli	2.195.248	6,01%
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	1.803.277	4,94%
Fortaleza Serviços Empresariais Eireli	1.668.039	4,57%
EQS Engenharia S.A.	1.272.990	3,49%
Soberana Segurança e Vigilância Ltda	1.232.189	3,38%
Digi Soluções de Comunicação Ltda	1.169.944	3,20%
Agencia Aerotur Ltda	1.141.897	3,13%
Matos e Rangel Ltda	1.035.541	2,84%
Lenovo Tecnologia (Brasil) Limitada	931.459	2,55%
Qualitech Terceirização Ltda	825.845	2,26%
Demais Contratos	15.224.601	41,70%
Total	36.506.597	100,00%

Fonte: Siafi.

Atos potenciais passivos - composição

Especificação	31/12/2018
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres a liberar	31.176
Obrigações contratuais a executar	1.134.151.328
Total	1.134.182.504

Fonte: Siafi.

O saldo de atos potenciais passivos compreende principalmente os contratos a executar, os quais se subdividem em contratos de fornecimento de bens, aluguéis, seguros e serviços. Os **contratos de serviços** são os mais expressivos, respondendo por **96,41%** do universo dos contratos firmados.

Obrigações contratuais – contratos de serviços – detalhamento

Detalhamento	Valores em reais	
	31/12/2018	AV
Caixa Econômica Federal	537.564.285	49,16%
Companhia Energética de Brasília	98.438.491	9,00%
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	84.583.922	7,74%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	49.432.426	4,52%
Cetro RM Serviços Ltda	29.283.136	2,68%
Soberana Segurança e Vigilância Ltda	26.398.401	2,41%
Oi S.A. - em Recuperação Judicial	21.536.211	1,97%
City Service Segurança Ltda	16.139.534	1,48%
Secretaria Especial de Editoração e Publicações	13.500.000	1,23%
Qualitech Terceirização Ltda	12.341.326	1,13%
EQS Engenharia S.A.	11.616.755	1,06%
Demais Contratos	192.637.957	17,62%
Total	1.093.472.444	100,00%

Fonte: Siafi.

A obrigação a executar da Câmara para com essa instituição financeira se refere aos Convênios n°s 2015/145.0 e 2017/168.0, cujo objeto é a mútua cooperação para execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o plano de saúde oferecido pela Câmara a seus servidores.

Nota 12 – Exploração de bens, direitos e prestação de serviços

Trata-se principalmente de valores decorrentes da cessão aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A do direito de operacionalizar os recursos relativos à folha de pagamento do pessoal ativo, inativo, deputados e pensionistas da CD. O acerto contratual consistiu basicamente em pagamento inicial pelas mencionadas instituições financeiras do valor de R\$ 70 milhões, em 2017, e de parcelas mensais correspondentes a 1,03% aplicado sobre os valores líquidos da folha de pagamento.

O decréscimo verificado no valor da receita com exploração de bens, direitos e prestação de serviços é decorrente principalmente do pagamento inicial do valor de R\$ 70 milhões ocorrido no exercício de 2017.

Nota 13 – Transferências e delegações recebidas

Transferências e delegações recebidas – composição

Composição	Valores em reais		
	31/12/2018	31/12/2017	AV
Cota recebida	5.637.343.512	5.247.110.544	99,68%
Doações/transferências recebidas	17.921.460	1.499.040	0,32%
Outras transferências	117.214	21.526	0,00%
Total	5.655.382.186	5.248.631.110	100,00%

Fonte: Siafi.

Observa-se que quase a totalidade das transferências são recursos recebidos pela Câmara decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.

Nota 14 – Reavaliação de ativos

Decorre, em grande parte, da atualização dos valores dos bens imóveis, conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014, realizada nos percentuais do IPTU definidos nas Leis nºs 5.792, de 22 de dezembro de 2016, e 6.041, de 21 de dezembro de 2017, do Governo do Distrito Federal.

Nota 15 – Ganhos com incorporação de ativos

A variação decorre da incorporação de valores de benfeitorias prediais nas contas de imóveis de uso especial.

Nota 16 – Pessoal e encargos

Pessoal e encargos – composição

Conta	Valores em reais				
	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH	
Remuneração a Pessoal	Gratificações	1.666.255.584	1.613.801.488	53,9%	3,25%
	Vencimentos e salários	450.419.545	475.737.573	14,6%	-5,32%
	13. Salário	172.616.793	169.842.601	5,6%	1,63%
	Férias	50.545.523	50.630.794	1,6%	-0,17%
	Demais remunerações a pessoal	18.536.115	19.670.293	0,6%	-5,77%
Benefícios a Pessoal	Auxílio-alimentação	180.870.685	179.412.146	5,85%	0,81%
	Auxílio-creche	29.638.270	29.181.749	0,96%	1,56%
	Assistência à Saúde	19.490.719	25.752.328	0,63%	-24,31%
	Ajuda de custo	18.096.968	0	0,59%	100,00%
	Demais benefícios a pessoal	8.447.747	9.324.356	0,27%	-9,40%
Encargos Patronais	Contribuição patronal - RPPS	224.351.817	241.622.853	7,3%	-7,15%
	Contribuições previdenciárias - INSS	209.534.167	198.748.083	6,8%	5,43%
	Demais encargos patronais	12.472.836	6.575.167	0,4%	89,70%
Outras VPD – Pessoal e Encargos	Indenizações e restituições trabalhistas	28.762.147	25.113.641	0,93%	14,53%
Total		3.090.038.917	3.045.413.073	100,00%	1,47%

Fonte: Tesouro Gerencial.

O fato que mais contribuiu para este crescimento foi o reajuste, a partir de janeiro de 2018, de 4,8% na remuneração (principalmente nas **gratificações**), concedido pela Lei n. 13.323, de 2016. Embora o montante de pessoal e encargos tenha aumentado, a conta de vencimentos e salários apresentou decréscimo em decorrência de aposentadorias concedidas no período.

Nota 17 – Benefícios previdenciários e assistenciais

O item “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” totalizou cerca de R\$ 1,74 bilhão ao final de 2018, tendo apresentado um crescimento de 3,90%, em relação ao mesmo período do exercício anterior, em decorrência, principalmente, de aposentadorias concedidas no período. Os seus principais itens e variações estão demonstrados na tabela a seguir:

Benefícios previdenciários e assistenciais

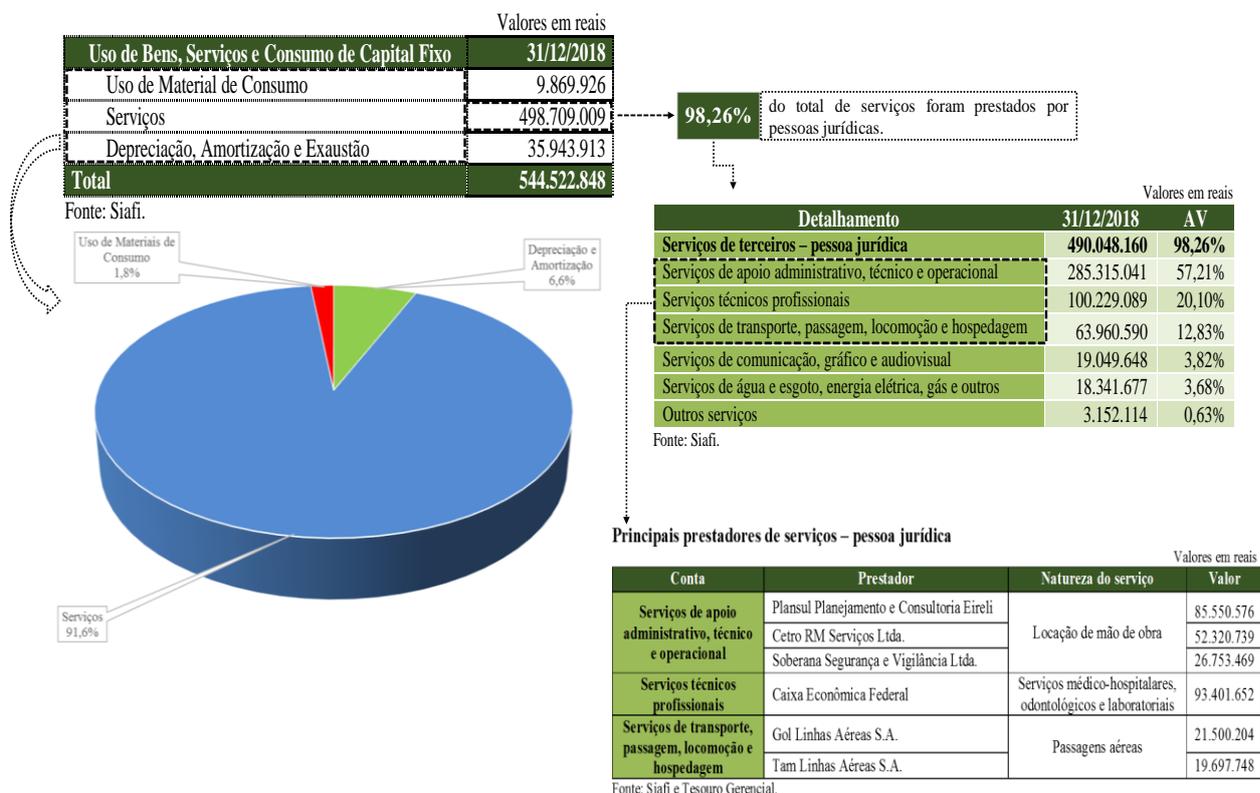
Valores em reais

Conta		31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Aposentadorias e Reformas	Proventos	1.225.099.845	1.169.413.297	70,21%	4,76%
	13º salário - aposentados	99.455.410	94.774.546	5,70%	4,94%
	Gratificações	56.189.218	53.554.419	3,22%	4,92%
	Demais - aposentadorias	9.121.261	16.698.799	0,52%	-45,38%
Pensões	Pensões civis	329.969.950	320.864.837	18,91%	2,84%
	13º salário - pensionistas	23.466.363	22.599.481	1,34%	3,84%
Outros	Demais benefícios previdenciários e assistenciais	1.673.812	1.606.813	0,1%	4,17%
Total		1.744.975.857	1.679.512.193	100,00%	3,90%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 18 – Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguéis, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.



Nota 19 – Transferências e delegações concedidas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas decorrentes das transferências financeiras a instituições públicas, privadas e ao exterior de bens e valores.

Transferências e delegações concedidas – composição

Descrição	Valores em reais	
	31/12/2018	AV
Transferências intragovernamentais	30.423.292	72,71%
Transferências a instituições privadas	14.000	0,03%
Transferências ao exterior	1.003.193	2,40%
Outras transferências	10.403.209	24,86%
Total	41.843.694	100,00%

Fonte: Siafi.

O item mais expressivo decorre, principalmente, da transferência de recursos financeiros oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos (R\$ 29,60 milhões) ao Tesouro Nacional.

Nota 20 – Diversas variações patrimoniais diminutivas

Valores em reais	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2018
Premiações	300.470
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	163.455.642
Total	163.756.112

Fonte: Siafi.

Esse item refere-se, principalmente, ao reembolso de despesas a deputados relativo à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, que totalizou R\$ 154,67 milhões no período.

Nota 21 – Custo dos produtos vendidos

Em 2018, foi aperfeiçoado o processo de registro contábil das obras literárias produzidas pela gráfica da Câmara dos Deputados para evidenciar de forma mais adequada a sua comercialização.

Nota 22 – Receitas correntes

Na coluna “Receita Realizada”, observou-se arrecadação de R\$ 70,52 milhões com destaque para a rubrica “Valores Mobiliários”, que compreende receitas de juros sobre recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 57,11 milhões, “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos” no valor de R\$ 9,22 milhões.

Nota 23 – Pessoal e encargos sociais

Valores em reais	
Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas
Despesas Correntes	5.524.044.013
Pessoal e Encargos Sociais	4.570.674.898
Outras Despesas Correntes	953.369.115
Despesas de Capital	28.940.622
Investimentos	28.940.622
Total	5.552.984.635

Fonte: Siafi.

82,31% do total da despesa empenhada.

99,86% foram liquidados.

Esse grupo compreende despesas com vencimentos, salários, proventos e subsídios, gratificações, obrigações patronais, funções comissionadas e pensões com parlamentares, servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Pessoal e encargos sociais – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais				
Elemento de despesa	Despesas empenhadas (a)	Despesas liquidadas (b)	Diferença (a-b)	% (b/a)
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.299.290.896	2.299.290.896	0	100,00%
Aposentadoria RPPS, reserva remunerada	1.385.938.205	1.385.938.205	0	100,00%
Obrigações patronais	433.183.761	433.183.761	0	100,00%
Pensões do RPPS e do militar	352.935.455	352.935.455	0	100,00%
Outras despesas variáveis - pessoal civil	42.438.962	42.438.962	0	100,00%
Indenizações e restituições trabalhistas	26.493.622	26.493.622	0	100,00%
Despesas de exercícios anteriores	18.149.664	11.703.664	6.446.000	64,48%
Contribuição a entidade fechada previdência	9.389.415	9.389.415	0	100,00%
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	2.854.919	2.854.919	0	100,00%
Total	4.570.674.898	4.564.228.898	6.446.000	99,86%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 24 – Outras despesas correntes

Valores em reais

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas
Despesas Correntes	5.524.044.013
Pessoal e Encargos Sociais	4.570.674.898
Outras Despesas Correntes	953.369.115
Despesas de Capital	28.940.622
Investimentos	28.940.622
Total	5.552.984.635

Fonte: Siafi.

17,17% do total da despesa empenhada. 92,72% foram liquidados.

Esse grupo compreende despesas com locação de mão de obra, auxílio alimentação, serviços de terceiros, passagens e despesas com locomoção, entre outras.

Outras despesas correntes – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas empenhadas (a)	Despesas liquidadas (b)	Diferença (a-b)	% (b/a)
Locação de mão de obra	224.623.931	214.503.671	10.120.259	95,49%
Indenizações e restituições	220.732.336	191.192.490	29.539.846	86,62%
Auxílio-alimentação	180.779.896	180.779.896	0	100,00%
Outros serviços de terceiros PJ	132.971.659	125.087.646	7.884.013	94,07%
Passagens e despesas com locomoção	70.901.402	60.228.306	10.673.095	84,95%
Serviços de tecnologia da informação	58.457.740	51.743.285	6.714.455	88,51%
Outros benefícios assistenciais do	31.225.914	31.225.914	0	100,00%
Outros	33.676.238	29.171.092	4.505.146	86,62%
Total	953.369.115	883.932.300	69.436.814	92,72%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 25 – Despesas de capital – Investimentos

Valores em reais

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas
Despesas Correntes	5.524.044.013
Pessoal e Encargos Sociais	4.570.674.898
Outras Despesas Correntes	953.369.115
Despesas de Capital	28.940.622
Investimentos	28.940.622
Total	5.552.984.635

Fonte: Siafi.

0,52% do total da despesa empenhada. 65,83% foram liquidados.

Esse grupo compreende, principalmente, despesas com serviços de tecnologia da informação, obras e instalações, equipamentos e material permanente e de consumo.

Despesas de capital – investimentos – elementos de despesa empenhados e liquidados

Valores em reais

Elemento de despesa	Despesas empenhadas (a)	Despesas liquidadas (b)	Diferença (a-b)	% (b/a)
Equipamentos e material permanente	15.347.186	10.740.439	4.606.747	69,98%
Serviços de tecnologia da informação	7.097.729	6.565.659	532.070	92,50%
Obras e instalações	5.115.171	1.236.011	3.879.160	24,16%
Material de consumo	1.270.254	474.704	795.550	37,37%
Outros serviços de terceiros PJ	55.400	0	55.400	0,00%
Despesas de exercícios anteriores	54.010	34.567	19.443	64,00%
Obrigações tributárias e contributivas	872,2	872,2	0	100%
Total	28.940.622	19.052.252	9.888.370	65,83%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota 26 – Movimentação de créditos

Destques e repasses concedidos

Valores em reais

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2018
Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	267.984
Escola de Administração Fazendária - ESAF	54.000
Total	321.984

Fonte: Tesouro Gerencial.

Destques orçamentários e repasses financeiros (valores empenhados em sua totalidade) foram concedidos para custear despesas com hospedagem e alojamento referente aos programas “Estágio Participação”, “Parlamento Jovem Brasileiro” e “Estágio-Visita de Curta Duração”.

Destques e repasses recebidos

Valores em reais

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2018
Senado Federal	6.082
Tribunal de Contas da União	1.049
Tribunal Superior Eleitoral	3.971
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/Ministério da Fazenda	1.680
Total	12.783

Fonte: Tesouro Gerencial.

Destques orçamentários e repasses financeiros (valores empenhados em sua totalidade) foram recebidos para pagamento despesas com Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso-GECC.

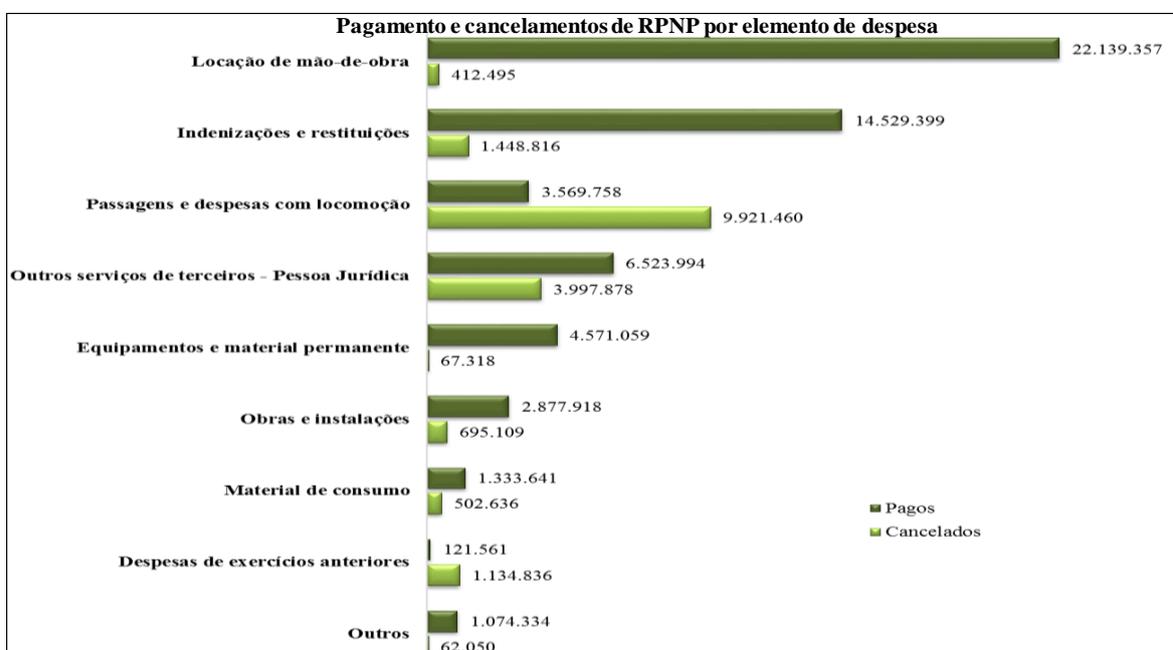
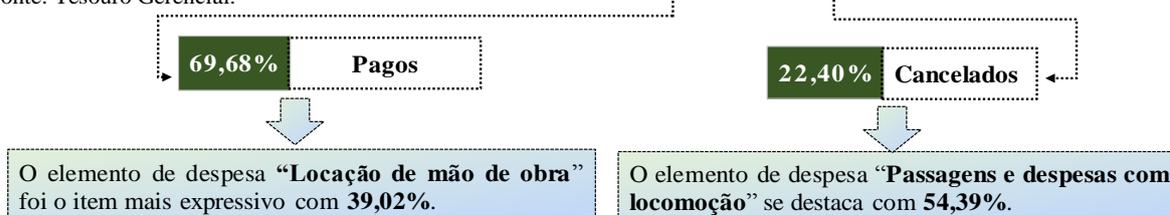
Nota 27 – Execução orçamentária dos restos a pagar

▪ Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

Valores em reais

Grupo de despesa	Montante em 1/1/2018	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2018
Pessoal e encargos sociais	1.089.680	0,00	1.089.680	0,00
Outras despesas correntes	68.354.092	48.262.891	15.308.372	4.782.829
Investimentos	11.982.328	8.478.130	1.844.546	1.659.653
Total	81.426.100	56.741.021	18.242.598	6.442.482

Fonte: Tesouro Gerencial.

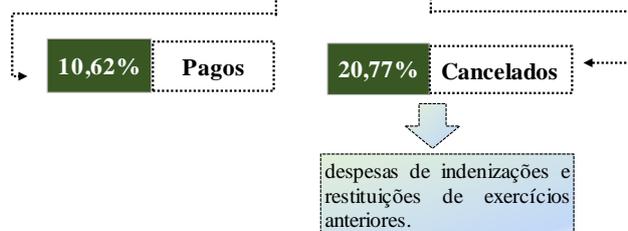


▪ Execução de restos a pagar processados (RPP)

Valores em reais

Grupo de despesa	Montante em 1/1/2018	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2018
Outras despesas correntes	2.401.631	248.971	1.247.661	904.999
Investimentos	3.606.207	388.887	0	3.217.320
Total	6.007.838	637.858	1.247.661	4.122.319

Fonte: Tesouro Gerencial.



Parte do montante ainda pendente de pagamento refere-se a valores retidos de fornecedores por descumprimento de contratos, os quais somente serão pagos após a conclusão do devido processo administrativo. Entre essas entidades credoras da Câmara, a empresa Sony Brasil Ltda. é a mais representativa, com **R\$ 3,08 milhões** retidos.

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1 Declaração de Integridade do Relato Integrado

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2018, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A preparação e elaboração deste documento foi apoiada nas diretrizes e elementos do Relato Integrado. O Comitê de Gestão Estratégica (CGE) procurou apresentar uma visão estratégica desta Casa com foco nos seus objetivos no curto, médio e longo prazos, bem como o gerenciamento dos recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, entre outros, sob o ponto de vista da eficiência e conformidade.

Nesse sentido, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2018 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas, ou seja, o Relato Integrado, e envidará esforços, nos próximos exercícios, para o aperfeiçoamento desse Relatório.

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Secretário-Geral da Mesa (SGM)

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor-Geral Adjunto

Virginia Queiroz Alves
Secretária-Geral da Mesa Adjunta
de Planejamento da Atividade Legislativa

David Miranda Silva Almeida
Diretor Executivo de Comunicação Social
(Direx/Secom)

Milton Pereira da Silva Filho
Diretor de Recursos Humanos
(DRH)

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo
(Dirad)

Afrisio de Souza Vieira Lima Filho
Diretor Legislativo
(Dileg)

Sebastião Neiva Filho
Diretoria de Inovação e Tecnologia da
Informação
(Ditec)

Antonio Carvalho e Silva Neto
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão
(Aproge)